

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA: UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DO ANO 2007



**JOANA FERNANDES
JORGE CUNHA
PEDRO OLIVEIRA**

Dezembro de 2008

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS.....	1
2 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA REGIÃO	3
2.1 O Instituto Politécnico de Bragança	3
2.2 As regiões de Bragança e Mirandela	5
3 - MATERIAL E MÉTODOS	9
3.1 Elaboração do questionário	9
3.2 Selecção da amostra e recolha de dados	9
3.3 Tratamento dos dados	11
4 - DOCENTES DO IPB	13
4.1 Comparação da amostra com a população.....	13
4.2 Caracterização da amostra.....	17
4.3 Caracterização Económica (condições de vida)	24
4.4 Síntese da análise aos docentes.....	44
5 - FUNCIONÁRIOS DO IPB	45
5.1 Comparação da amostra com a população.....	45
5.2 Caracterização da amostra.....	49
5.3 Caracterização Económica (condições de vida)	55
5.4 Síntese da análise aos funcionários.....	74
5.5 Aspectos diferenciais entre docentes e funcionários	75
6 - ALUNOS DO IPB	79
6.1 Comparação da amostra com a população.....	79
6.2 Caracterização pessoal.....	87
6.3 Percurso escolar e situação escolar actual.....	95
6.4 Caracterização familiar.....	103
6.5 Condições de vida.....	109
6.6 Padrões de consumo e práticas sociais.....	121
6.7 Mobilidade internacional	136
6.8 Síntese da análise aos alunos	139
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
ANEXOS	

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Total de alunos por ano lectivo e por escola.....	4
Figura 2 – Total de docentes por ano lectivo	4
Figura 3 – Total de funcionários por ano lectivo.....	5
Figura 4 – Distribuição dos docentes da amostra por idade.....	14
Figura 5 – Distribuição dos docentes da amostra por local de trabalho.....	16
Figura 6 – Distribuição dos docentes da amostra por habilitação académica.....	18
Figura 7 – Número de docentes da amostra que mudaram ou não de residência.....	19
Figura 8 – Número de pessoas que constitui o agregado familiar dos docentes da amostra	20
Figura 9 – Total de filhos dos docentes da amostra.....	21
Figura 10 – Número de filhos dos docentes da amostra que frequentam o ensino público.....	23
Figura 11 – Número de filhos dos docentes da amostra que frequentam o ensino privado	23
Figura 12 – Tipo de alojamento durante o período lectivo dos docentes da amostra	24
Figura 13 – Tipo de alojamento versus ter mudado de residência dos docentes da amostra	25
Figura 14 – Rendimento ilíquido mensal do agregado familiar dos docentes da amostra.....	25
Figura 15 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com o alojamento	26
Figura 16 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com a educação dos filhos	27
Figura 17 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com a alimentação	28
Figura 18 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em material escolar	29
Figura 19 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em bens pessoais	29
Figura 20 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em material informático.....	30
Figura 21 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em saúde.....	30
Figura 22 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com lazer.....	31
Figura 23 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com despesas correntes	31
Figura 24 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com outras despesas.....	32
Figura 25 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com o transporte próprio.....	33
Figura 26 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com outros transportes.....	33

Figura 27 – Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos docentes da amostra	35
Figura 28 – Frequência anual das visitas aos docentes da amostra que mudaram de residência	39
Figura 29 – Duração das visitas aos docentes da amostra que mudaram de residência.....	39
Figura 30 – Gasto médio diário das visitas recebidas pelos docentes da amostra que mudaram de residência	40
Figura 31 – Poupança média mensal dos docentes da amostra que é depositada numa conta do concelho onde trabalham	41
Figura 32 – Montante inicial dos empréstimos contraídos pelos docentes da amostra	41
Figura 33 – Montante investido pelos docentes da amostra na aquisição de habitação própria	42
Figura 34 – Montante investido pelos docentes da amostra na aquisição de automóvel	43
Figura 35 – Distribuição dos funcionários da amostra por idade.....	46
Figura 36 – Distribuição dos funcionários da amostra por local de trabalho	48
Figura 37 – Distribuição dos funcionários da amostra por habilitação académica.....	50
Figura 38 – Número de funcionários da amostra que mudaram ou não de residência	50
Figura 39 – Número de funcionários da amostra que mudaram ou não de residência	51
Figura 40 – Número de pessoas que constituem o agregado familiar dos funcionários inquiridos.....	52
Figura 41 – Número de filhos dos funcionários da amostra que frequentam o ensino público.....	53
Figura 42 – Número de filhos dos funcionários da amostra que frequentam o ensino privado	54
Figura 43 – Tipo de alojamento durante o período lectivo dos funcionários da amostra.....	55
Figura 44 – Tipo de alojamento versus ter mudado de residência dos funcionários da amostra	56
Figura 45 – Rendimento líquido mensal do agregado familiar dos funcionários da amostra	56
Figura 46 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com o alojamento	57
Figura 47 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com a educação dos filhos	58
Figura 48 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com a alimentação.....	59
Figura 49 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com material escolar	60
Figura 50 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com bens pessoais	60
Figura 51 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com material informático.....	61
Figura 52 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra em saúde	61
Figura 53 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra em lazer	62
Figura 54 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com despesas correntes mensais	62
Figura 55 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com outras	

despesas	63
Figura 56 – Gastos médios mensais com os transportes próprios dos funcionários	64
Figura 57 – Gastos médios mensais com outros transportes dos funcionários.....	64
Figura 58 – Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos funcionários	66
Figura 59 – Número de visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência	69
Figura 60 – Duração média das visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência	69
Figura 61 – Gasto médio diário das visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência	70
Figura 62 – Poupança média mensal depositada pelos funcionários numa conta do concelho onde trabalham	71
Figura 63 – Montante inicial dos empréstimos obtidos pelos funcionários da amostra através de uma conta do concelho onde trabalham	72
Figura 64 – Montante investido na aquisição de habitação própria pelos funcionários	72
Figura 65 – Montante investido na aquisição de automóvel pelos funcionários	73
Figura 66 – Distribuição dos alunos da amostra pelo número total de anos de matrícula	82
Figura 67 – Distribuição dos alunos da amostra pelo ano oficial de matrícula.....	82
Figura 68 – Associação entre a área de estudo e o número de anos que frequentam o IPB	84
Figura 69 – Distribuição dos alunos da amostra por escola e por tipo de aluno	86
Figura 70 – Associação dos alunos da amostra por tipo de aluno e por idade	87
Figura 71 – Histograma das idades dos alunos inquiridos	88
Figura 72 – Distribuição de idades dos alunos inquiridos em classes.....	88
Figura 73 – Distribuição dos alunos inquiridos por classe de idades e por sexo	89
Figura 74 – Associação entre o estado civil dos alunos inquiridos e a existência de filhos	90
Figura 75 – Distribuição dos alunos da amostra por concelho de naturalidade.....	91
Figura 76 – Distribuição dos alunos da amostra por concelho de residência dos pais.....	91
Figura 77 – Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e as escolas de Bragança ...	92
Figura 78 – Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e a escola de Mirandela.....	93
Figura 79 – Número de alunos da amostra que mudou de residência para frequentar o actual curso	94
Figura 80 – Identificação dos principais motivos pelos quais os alunos mudaram de concelho de residência	95
Figura 81 – Via de acesso ao ensino superior	96
Figura 82 – Associação dos alunos da amostra por via de acesso e por idade	96
Figura 83 – Associação entre o sexo dos alunos inquiridos e a existência de experiência/formação profissional	98
Figura 84 – Situação profissional dos alunos que têm uma ocupação profissional.....	99
Figura 85 – Número de horas de trabalho semanal dos alunos trabalhadores-estudantes.....	100

Figura 86 – Comparação entre o número de horas de aulas frequentadas semanalmente pelos alunos ordinários e pelos trabalhadores-estudantes	101
Figura 87 – Comparação entre o número de horas de estudo semanal dos alunos ordinários e dos trabalhadores-estudantes.....	102
Figura 88 – Situação profissional da mãe dos alunos inquiridos	103
Figura 89 – Situação profissional do pai dos alunos inquiridos	104
Figura 90 – Escolaridade máxima do agregado familiar dos alunos inquiridos	108
Figura 91 – Caracterização do rendimento médio mensal do agregado familiar dos alunos.....	109
Figura 92 – Distribuição do valor médio mensal disponibilizado pela família aos alunos.....	110
Figura 93 – Distribuição do subsídio estatal não reembolsável atribuído mensalmente aos alunos.	111
Figura 94 – Caracterização do empréstimo estatal reembolsável atribuído mensalmente aos alunos	111
Figura 95 – Caracterização da bolsa escolar não reembolsável atribuída mensalmente aos alunos.	112
Figura 96 – Caracterização do montante disponível mensalmente proveniente de apoios não estatais	112
Figura 97 – Caracterização do montante mensal disponível fruto do próprio trabalho dos alunos ..	113
Figura 98 – Associação entre a idade dos alunos e o montante disponibilizado mensalmente pela família	115
Figura 99 – Montante da bolsa escolar atribuída mensalmente por sexo.....	116
Figura 100 – Associação entre a idade dos alunos e o montante disponibilizado mensalmente pela família	117
Figura 101 – Associação entre o montante disponibilizado pela família dos alunos e o tipo de alojamento	118
Figura 102 – Relação entre o sexo e o tipo de alojamento dos alunos (em percentagem).....	119
Figura 103 – Associação entre a idade dos alunos e o tipo de alojamento	119
Figura 104 – Condições de alojamento	120
Figura 105 – Valor médio mensal gasto com alojamento pelos alunos inquiridos.....	121
Figura 106 – Valor médio mensal gasto com alimentação pelos alunos inquiridos	123
Figura 107 – Valor médio mensal gasto com material escolar pelos alunos inquiridos	124
Figura 108 – Tipo de aluno versus valor médio mensal gasto com o material escolar.....	125
Figura 109 – Valor médio mensal gasto com saúde pelos alunos inquiridos	126
Figura 110 – Valor médio mensal gasto com lazer pelos alunos inquiridos	126
Figura 111 – Valor médio mensal gasto com bens pessoais pelos alunos inquiridos.....	127
Figura 112 – Valor médio mensal gasto em bens intangíveis pela família dos alunos	127
Figura 113 – Gastos em deslocações entre a residência e a casa de família pelos alunos inquiridos que não possuem transporte próprio	129
Figura 114 – Gastos com a utilização do seu meio de transporte pelos alunos inquiridos que possuem transporte próprio.....	130

Figura 115 – Gastos com a utilização de outros meios de transporte pelos alunos inquiridos que possuem transporte próprio	130
Figura 116 – Avaliação da situação financeira pelos alunos inquiridos	132
Figura 117 – Frequência das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência	134
Figura 118 – Duração das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência	135
Figura 119 – Gasto médio diário das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência	135
Figura 120 – Distribuição dos alunos que estudaram no estrangeiro através de um programa de mobilidade internacional	136
Figura 121 – Distribuição dos alunos segundo a decisão de ficar ou não na região após obter a licenciatura	138

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo dos indicadores da população portuguesa	6
Tabela 2 – População activa do Norte de Portugal por nível de escolaridade obtido	7
Tabela 3 – Número de alunos matriculados por nível de ensino.....	7
Tabela 4 – Comparação entre a população e a amostra de docentes por sexo	13
Tabela 5 – Comparação entre a população e a amostra de docentes por classes de idades	14
Tabela 6 – Comparação entre a população e a amostra de docentes por categoria profissional.....	15
Tabela 7 – Comparação entre a população e a amostra de docentes por local de trabalho	15
Tabela 8 – Comparação entre a população e a amostra de docentes por anos de serviço.....	17
Tabela 9 – Associação entre as condições de trabalho e o local onde é exercido.....	18
Tabela 10 – Distribuição dos docentes da amostra por concelhos de naturalidade e de residência ...	20
Tabela 11 – Distribuição dos filhos dos docentes da amostra por ciclo de ensino e tipo de instituição	22
Tabela 12 – Relação entre o tipo de refeições e o local onde são realizadas (em percentagem)	28
Tabela 13 – Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra (em euros)	34
Tabela 14 – Gasto médio mensal total do agregado familiar, por número de filhos	35
Tabela 15 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra, por número de filhos	36
Tabela 16 – Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos docentes e das famílias portuguesas	37
Tabela 17 – Distribuição dos docentes por local de trabalho e por dias presenciais	38
Tabela 18 – Resumo dos empréstimos obtidos pelos docentes (em euros).....	43
Tabela 19 – Comparação entre a população e a amostra de funcionários por sexo	45
Tabela 20 – Comparação entre a população e a amostra de funcionários por escalão de idades.....	46
Tabela 21 – Comparação entre a população e a amostra de funcionários por categoria profissional.	47
Tabela 22 – Comparação entre a população e a amostra de funcionários por local de trabalho	47
Tabela 23 – Comparação entre a população e a amostra de funcionários por anos de serviço	48
Tabela 24 – Associação entre as condições de trabalho e o local onde é exercido.....	49
Tabela 25 – Distribuição dos filhos dos funcionários da amostra por ciclo de ensino e tipo de instituição	53
Tabela 26 – Relação entre o tipo de refeições e o local onde são realizadas (em percentagem)	59
Tabela 27 – Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra (em euros)	65
Tabela 28 – Gasto médio mensal total do agregado familiar, por número de filhos	66
Tabela 29 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra, por número	

de filhos	67
Tabela 30 – Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos funcionários e das famílias portuguesas	68
Tabela 31 – Associação entre a poupança média mensal e o rendimento médio mensal	71
Tabela 32 – Resumo dos empréstimos obtidos pelos funcionários (em euros)	74
Tabela 33 – Comparação entre docentes e funcionários.....	76
Tabela 34 – Comparação entre a população e a amostra de alunos por sexo	79
Tabela 35 – Comparação entre a população e a amostra de alunos por escalão de idades	79
Tabela 36 – Comparação da população e da amostra dos alunos por escola que frequentam	80
Tabela 37 – Comparação entre a população e a amostra dos alunos por área de estudos	80
Tabela 38 – Comparação entre a população e a amostra de alunos no total de anos que frequentam o IPB.....	81
Tabela 39 – Associação entre os anos oficiais de matrícula e o total de anos a frequentar o IPB dos alunos da amostra	83
Tabela 40 – Associação entre as áreas estudo e o total de anos a frequentar o IPB dos alunos da amostra	84
Tabela 41 – Taxa de retenção por área de estudo dos alunos da amostra (em percentagem).....	85
Tabela 42 – Associação entre as áreas estudo e o sexo dos alunos da amostra	89
Tabela 43 – Área de influência do IPB.....	94
Tabela 44 – Associação entre a existência de experiência/formação anterior e a idade dos alunos da amostra	97
Tabela 45 – Situação profissional e a relação entre a profissão e o actual curso.....	100
Tabela 46 – Relação entre o número de horas de aulas frequentadas por semana e a área de estudos	102
Tabela 47 – Comparação entre a situação profissional da mãe dos alunos e da população feminina portuguesa empregada	105
Tabela 48 – Comparação entre a situação profissional do pai dos alunos e da população masculina portuguesa empregada	106
Tabela 49 – Caracterização da escolaridade dos progenitores dos alunos.....	107
Tabela 50 – Comparação da escolaridade máxima do agregado familiar dos alunos com a escolaridade máxima da população portuguesa activa	107
Tabela 51 – Resumo do orçamento disponível dos alunos por fonte de origem (em euros).....	114
Tabela 52 – Cruzamento entre o orçamento disponibilizado pela família e a idade dos alunos	114
Tabela 53 – Relação entre o orçamento recebido da bolsa escolar e o rendimento líquido do agregado familiar dos alunos	117
Tabela 54 – Relação entre o montante disponibilizado pela família e o tipo de alojamento.....	118
Tabela 55 – Relação entre o concelho de residência e o valor mensal pago pelo alojamento	122
Tabela 56 – Relação entre o montante disponibilizado pela família e o tipo de alojamento.....	122

Tabela 57 – Relação entre o tipo de refeições e o local onde são realizadas (em percentagem)	124
Tabela 58 – Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por tipo de alojamento (em euros).....	128
Tabela 59 – Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por categoria (em euros e em percentagem)	131
Tabela 60 – Resumo dos gastos totais médios mensais dos alunos inquiridos (em euros).....	131
Tabela 61 – Associação entre a situação financeira e as diferentes variáveis consideradas.....	133
Tabela 62 – Distribuição de alunos segundo continente onde frequentaram Ensino Superior	136
Tabela 63 – Distribuição de alunos segundo tempo que frequentaram Ensino Superior no estrangeiro	137
Tabela 64 – Distribuição de alunos segundo opção futura de ficar ou não região.....	138
Tabela 65 – Caracterização da amostra dos alunos	139

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

- DGCI – Direcção-Geral dos Impostos
- DGES – Direcção-Geral do Ensino Superior
- ESA – Escola Superior Agrária
- EsACT – Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo
- ESE – Escola Superior de Educação
- ESSa – Escola Superior de Saúde
- ESTGM – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela
- ESTiG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão
- IES – Instituição de Ensino Superior
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPB – Instituto Politécnico de Bragança
- NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial

1 - INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

Este trabalho é parte integrante do doutoramento que está a ser realizado na Universidade do Minho, subordinado ao tema “O impacto económico das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança”.

No âmbito do doutoramento importa determinar qual é o impacto das instituições de ensino superior (IES) na região e no país. Esta relevância advém da rápida expansão do sistema do ensino superior associada à actual diminuição da taxa de natalidade com a consequente diminuição de alunos a aceder ao ensino superior, e à diminuição nos apoios estatais, observando-se nos últimos anos uma generalização de cortes orçamentais (Amaral & Magalhães, 2007).

Os diferentes autores estudados¹ consideraram que, na maior parte dos casos, há uma relação positiva entre a existência das IES e o desenvolvimento das regiões e que, de facto, as IES afectam e beneficiam as regiões onde se inserem, sendo por vezes vitais ao seu desenvolvimento. No entanto, é essencial que as IES consigam quantificar o impacto que as suas actividades têm na comunidade envolvente e no respectivo desenvolvimento económico.

O interesse das instituições do ensino superior na determinação do impacto económico decorre não só da necessidade de demonstrar às regiões em que estão inseridas todas as vantagens que obtêm por albergar uma instituição deste tipo, mas também para poderem lutar por mais apoios estatais, ou justificarem os actuais. O ambiente financeiro é cada vez mais exigente e, sem ignorar o papel fundamental do ensino superior para a sociedade, é esperado do sector e das suas instituições que produzam provas que justifiquem o financiamento público (Johnson, 1994).

¹ Ver, por exemplo, Appleseed, 2003; Arik & Nsiah, 2004; Austrian & Sadowski, 2002; Blackwell, Cobb & Weinberg, 2002; Bluestone, 1993; Brown & Heaney, 1997; Carr & Roessner, 2002; Chan, 2000; Charney & Pavlakovich-Kochi, 2003 e 2002; Clarck, Feng & Stromsdorfer, 1998; Clinch & Gerlowski, 2002; Duhart, 2002; Emmett & Manaloor, 2000; FINHEEC, 2004; Gunderson, Eastwood & Fox, 2003; Head, 1997; Healey & Akerblom, 2003; IHARA, 2004; Jones, 2004; Kosempel, 1995; Langworthy, 2001; Lantz, Brander & Yigezu, 2002; Livingston, 2001; Macfarland, 2001; NASULGC, 2001 e 1997; O'HARE, 2002; Pereira & Schneider, 2002; Sudmant, 2002.

Internacionalmente existem vários estudos realizados por diferentes IES, e sobre diferentes IES². Concretamente, o que os estudos de impacto económico das IES sobre as regiões pretendem determinar é: “Quanto é que uma região beneficia, economicamente, por hospedar uma Instituição de Ensino Superior?” (Jefferson College, 2003; Macfarland, 2001; Chan, 2000; Emmett & Manaloor, 2000).

Para isso, é necessário determinar primeiro quais são as actividades e respectivos fluxos monetários e não monetários que advêm da existência da instituição, neste caso do Instituto Politécnico de Bragança (IPB).

Nesta perspectiva, uma das etapas do doutoramento consistiu na recolha de dados através de um inquérito por questionário para se proceder à caracterização socioeconómica dos indivíduos directamente relacionados com o IPB.

Este relatório descreve a recolha e o tratamento dos dados provenientes do inquérito a que se submeteram os docentes, funcionários e alunos do IPB e as respectivas considerações obtidas.

² Ver, por exemplo, University of Buffalo, 2002; University of California, 2003; University of Georgia, 1996; University of Houston, 2006; University of Pittsburgh, 2004; University of South Carolina, 2000; University of Strathclyde, 2006.

2 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA REGIÃO

Este estudo pretende caracterizar os docentes, funcionários e alunos do Instituto Politécnico de Bragança e os correspondentes gastos na região. Para melhor o enquadrar, apresenta-se de seguida uma descrição da instituição e da região onde está inserida.

2.1 O Instituto Politécnico de Bragança

O Instituto Politécnico de Bragança *“é uma instituição pública de ensino superior que tem por missão a criação, transmissão e difusão do conhecimento técnico-científico e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental”* (DR 2ª série – nº 236 – 5/12/2008).

O IPB, enquanto instituição localizada no nordeste transmontano, *“tem como missão principal o desenvolvimento do interior de Trás-os-Montes, impedindo a sua desertificação e constituindo um pólo de atracção de iniciativas para a região”* (acedido em 28/12/2008, disponível em www.ipb.pt).

O IPB foi criado pelo Decreto-Lei nº 513-T/79 de 26 de Dezembro com competências para atribuir graus de bacharel e de licenciado, que foram alteradas para a *“realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros”* (DR 2ª série – nº 236 – 5/12/2008). Inicialmente, foi constituído com a Escola Superior Agrária e a Escola Superior de Educação. Posteriormente, foram criadas mais 3 escolas: a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (criada em 1990), a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela (criada em 1999³, e que, pelos novos estatutos do IPB, publicados no DR 2ª série – nº 236 – 5/12/2008, passará a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo) e a Escola Superior de Saúde (Escola Superior de Enfermagem de Bragança integrada no IPB em 2001, e

³ A escola ESTGM de 1995/96 a 1998/99 funcionou como pólo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, só funcionando formalmente como escola independente a partir de 1999.

reconvertida para a actual designação em 2003).

O crescimento do IPB, ao longo da sua existência, pode ser avaliado pela evolução do seu número de alunos, docentes e funcionários, como se pode observar nas figuras 1, 2, e 3.

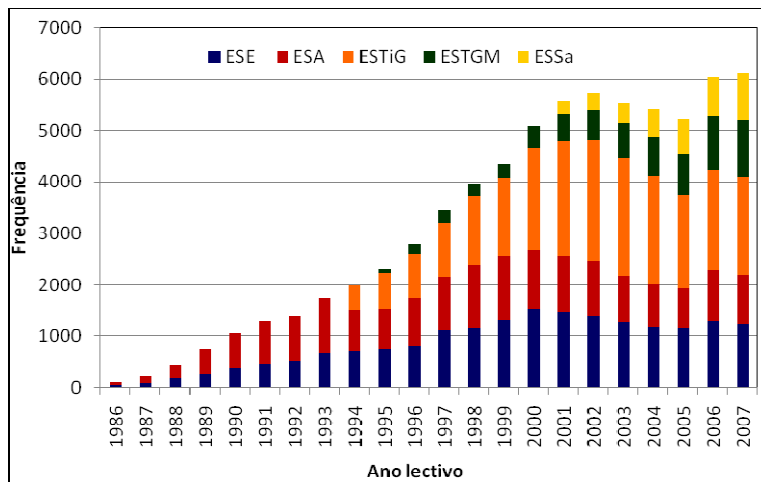


Figura 1 – Total de alunos por ano lectivo e por escola

Fonte: Serviços académicos do IPB.

A figura 1 apresenta a evolução dos alunos, desde o ano do início do seu funcionamento até ao ano lectivo de 2007/08, onde se verifica que estão matriculados 6120 alunos.

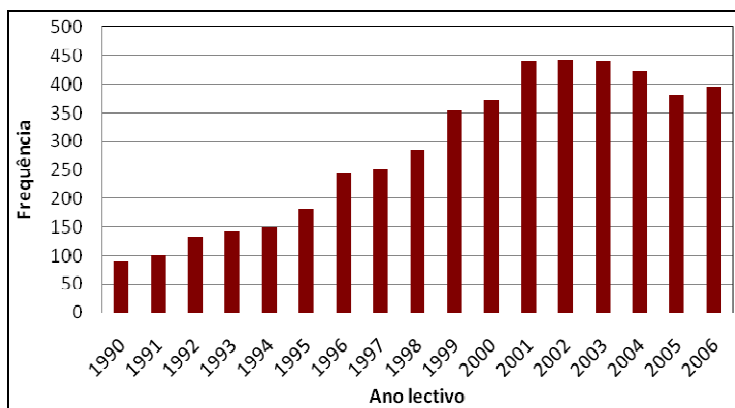


Figura 2 – Total de docentes por ano lectivo

Fonte: Serviços académicos do IPB.

Na figura 2 observa-se a evolução do número de docentes do IPB, valor registado desde o

ano lectivo de 1990/91 até ao ano de 2006/07, que apresenta um total de 396 docentes.

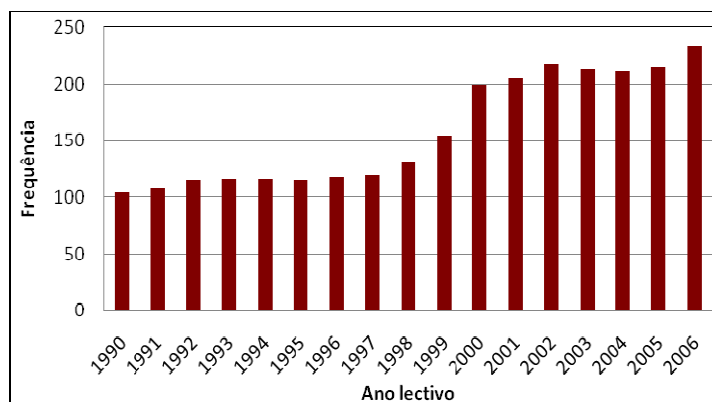


Figura 3 – Total de funcionários por ano lectivo

Fonte: Serviços académicos do IPB.

A figura 3 descreve o número de funcionários contratados pelo IPB ao longo dos anos, desde 1990 até ao ano de 2006/07, onde havia 233 funcionários.

2.2 As regiões de Bragança e Mirandela

Para conduzir este estudo é necessário demarcar claramente a região em análise. Como a definição de fronteira geográfica de um estudo é, usualmente, institucional e politicamente motivada, entendeu-se que a economia local seria definida como a economia onde a instituição estudada está localizada, ou seja, os concelhos de Bragança e Mirandela (Johnson, 1994).

O IPB tem o seu campus principal implantado na cidade de Bragança e uma escola descentralizada na cidade de Mirandela, que são as regiões beneficiadas pela presença do IPB e pela correspondente existência dos indivíduos a ele associados.

Estas regiões pertencem à NUT II (Nomenclatura de Unidade Territorial) – Norte, que, em 2007, apresentava uma população de 3.745.236 habitantes e à NUT III – Alto Trás-os-Montes, que tinha uma população de 216.245 habitantes.

Na tabela 1 são apresentados alguns indicadores que permitem uma descrição mais detalhada das regiões em análise.

Tabela 1 – Resumo dos indicadores da população portuguesa

	Portugal (Continente) (NUT I)	Norte (NUT II)	Alto Trás-os-Montes (NUT III)	Bragança	Mirandela
População (2007)	10.126.880	3.745.236	216.245	34.489	25.559
0-14 anos	1.538.369	593.048	24.771	4.387	3.153
15-24 anos	1.163.561	470.547	25.810	3.962	3.185
25-64 anos	5.637.606	2.110.142	113.713	19.043	13.663
65 ou mais anos	1.787.344	571.499	51.951	7.097	5.558
Taxa de analfabetismo (2001)	8,93%	8,34%	15,81%	12,19%	13,95%
Taxa bruta de natalidade (2007)	9,6‰	9,1‰	6,3‰	7,6‰	6,8‰
Taxa bruta de mortalidade (2007)	9,8‰	8,4‰	13,5‰	12,2‰	12,1‰
Índice de envelhecimento (2007)	116,2	96,4	209,7	161,8	176,3
Número de hospitais (2006)	185	65	3	1	0
Médicos por habitante (2007)	3,6‰	3,3‰	2,2‰	3,2‰	2,3‰
PIB <i>per capita</i> (2007)	15.300 €	12.200 €	10.400 €	11.740 € ^(a)	8.847 € ^(a)
Índice PIB <i>per capita</i> (2007)	99,5	79,5	67,5	76,2 ^(a)	57,5 ^(a)
Poder de compra <i>per capita</i>	(2005)	100,52	85,45	69,05	100,99
	(2004)	101,04	83,90	65,00	92,53
	(2002)	101,32	85,58	63,85	97,86
População activa (2007)	5.381.200	1.986.700	83.581 (2001)	14.582 (2001)	10.070 (2001)
Taxa de desemprego (2007)	8,1%	9,4%	--	--	--
Edifícios de habitação familiar clássica (2007)	3.216.911	1.184.778	126.652	16.721	12.176
Fogos licenciados para habitação familiar (2007)	60.590	18.496	1.079	185	207

(a) Valores estimados, assumindo que estas regiões terão um comportamento igual ao da região NUT III – Alto Trás-os-Montes, com base nos dados do INE (acedido em 05/11/2008) e de Ramos (1998).

Fonte: INE (acedido em 05/11/2008, disponível em www.ine.pt) e Ramos (1998).

Bragança, segundo os dados de 2007, é uma região com 34.489 habitantes (a cidade tem 20.309 habitantes), com uma densidade populacional de 29,4 habitantes/km², com um índice de envelhecimento de 161,8, com uma área geográfica de 1.173,6 km², e um índice de poder de compra de 100,99 (o índice da média nacional é 100,00).

A região de Mirandela apresenta, no ano de 2007, 25.559 habitantes (a cidade tem 10.780 habitantes), uma densidade populacional de 38,8 habitantes/km², um índice de envelhecimento de 176,3 (dados de 2007), ocupa uma área geográfica de 659,0 km², e tem

um índice de poder de compra correspondente a 73,88 da média nacional.

Em ambas as regiões observa-se uma distribuição quase equitativa de homens e mulheres, sendo as mulheres ligeiramente mais representadas (aproximadamente 52,0% mulheres).

A tabela 2 apresenta uma breve síntese da distribuição da população activa em função do nível de escolaridade obtido mais elevado, para a região Norte de Portugal.

Tabela 2 – População activa do Norte de Portugal por nível de escolaridade obtido

Ano 2007	Nenhuma educação	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Ensino Superior	Total
Total	103.700	591.200	474.900	336.300	250.700	242.400	1.999.200
15-24 anos	--	4.300	51.400	87.900	55.000	17.100	215.700
25-34 anos	7.000	44.000	166.400	105.200	97.200	107.400	527.400
35-44 anos	11.300	153.800	170.600	73.300	52.800	61.500	523.300
45-64 anos	42.700	342.200	84.600	69.000	45.400	54.100	638.000
65 ou mais anos	42.700	46.900	1.900	800	--	2.400	94.900

Fonte: INE (acedido em 05/11/2008, disponível em www.ine.pt).

A tabela seguinte apresenta o número de alunos matriculados nos vários níveis de ensino.

Tabela 3 – Número de alunos matriculados por nível de ensino

Número de alunos matriculados (2006/07)	Pré-primária	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Ensino Superior
Norte	92.627	183.781	95.424	151.636	123.113	113.690
Alto Trás-os-Montes	4.231	7.834	4.374	7.624	6.942	8.555
Bragança	725	1.415	769	1.353	1.572	5.045
Mirandela	608	1.091	624	1.218	942	1.181

Fonte: INE (2008a).

Como se pode observar na tabela 3, a cidade de Bragança tem 59,0% de todos os alunos que frequentam o ensino superior no Alto Trás-os-Montes. E, se forem considerados todos os níveis educacionais, do 1º ciclo ao ensino superior, a cidade de Bragança tem 49,7% da sua população estudantil no ensino superior, enquanto na cidade de Mirandela este valor decresce para 23,4%. É de realçar que a percentagem de alunos matriculados no ensino superior no Alto Trás-os-Montes é de 24,2% e na região Norte é de 17,0%.

Estes valores tornam-se mais relevantes quando se comparam os 6053 alunos matriculados no IPB no ano de 2006/2007 e os alunos matriculados no ensino superior no mesmo ano. Verifica-se que 97,2% de todos os alunos matriculados no ensino superior nas cidades de Bragança e Mirandela frequentam o IPB. De facto, os alunos do IPB representam 70,8% dos alunos da região do Alto Trás-os-Montes que estão no ensino superior.

Assim, pode concluir-se, desta breve panorâmica, que o IPB se localiza numa região desfavorecida no todo nacional e que a sua influência no contexto educacional da região é significativa.

3 - MATERIAL E MÉTODOS

Nesta secção descrevem-se os pressupostos e os métodos utilizados na recolha e tratamento dos dados provenientes do questionário a que se submeteram os docentes, funcionários e alunos do Instituto Politécnico de Bragança.

3.1 Elaboração do questionário

O questionário foi baseado nos trabalhos de Buchanan *et al.* (1984), Caffrey & Isaacs (1971), Martins, Mauritti & Costa (2005), e Seybert (2003).

No caso dos docentes e funcionários o questionário continha três secções⁴: *caracterização profissional, caracterização pessoal e familiar e condições de vida.*

No caso dos alunos eram cinco as secções que compunham o questionário⁵: *caracterização pessoal, percurso escolar, situação escolar actual, condições de vida e caracterização familiar.*

3.2 Selecção da amostra e recolha de dados

Toda a comunidade do IPB recebeu, por correio electrónico, uma mensagem do presidente que dava a conhecer a importância do presente estudo. E, durante o 2º semestre do ano lectivo de 2006/07, foram aplicados os questionários.

Em relação aos docentes e funcionários pretendeu-se inquirir toda a população, que era, segundo a informação relativa a 31 de Dezembro de 2006, composta por 399 docentes e 237 funcionários.

No entanto, para se evitarem duplicações de respostas, a população considerada foi de 396 docentes e 233 funcionários. Este facto foi devido a três docentes exercem funções de

⁴ Anexos 1 e 2.

⁵ Anexo 3.

administrador e secretários e foram, por isso, contabilizados como funcionários, enquanto quatro funcionários estavam também identificados nos respectivos departamentos de origem como docentes e foi nessa categoria que responderam.

Aos docentes foi disponibilizado o questionário em formato digital, realizado na linguagem de programação *Hypertext Preprocessor*, que podia ser respondido através do acesso a um endereço na intranet do IPB: www.estgm.ipb.pt/phdjoana/index.php.

Os docentes para acederem ao questionário tinham de introduzir o *login* e a palavra-chave, como no acesso ao *webmail*, de forma a garantir que cada docente só respondia uma única vez. Obtiveram-se 166 respostas (41,9%).

Aos funcionários foi enviado o questionário por correio interno, juntamente com uma folha de instruções e uma carta do presidente do IPB apelando ao seu preenchimento. No envelope seguia também um outro envelope já endereçado para a resposta. Obtiveram-se 105 respostas (44,3%).

Docentes e funcionários responderam de forma voluntária e, apesar de diversos apelos, não foi possível obter a totalidade do universo de potenciais respondentes.

Aos alunos o questionário foi aplicado em contexto de sala de aula na presença de um entrevistador, por ser a forma que garantia um maior número de respostas. Para assegurar que todos os anos de todos os cursos teriam igual oportunidade de responder ao questionário, foi feita uma selecção aleatória das aulas, com base nos horários dos cursos disponibilizados no sítio oficial das escolas.

O IPB, como já foi referido, é constituído por cinco escolas geograficamente distantes, quatro localizadas em Bragança (Escola Superior Agrária – ESA, Escola Superior de Educação – ESE, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança – ESTiG, e Escola Superior de Saúde – ESSa) e uma localizada em Mirandela (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela – ESTGM). Por isso, e como a população alvo era de 5119 alunos, não era praticável realizar o questionário em todas as escolas no mesmo período.

Numa semana foram aplicados nas escolas de Bragança (de 7 a 11 de Maio e 17 de Maio) e posteriormente em Mirandela (de 21 a 24 de Maio)⁶. Obtiveram-se 1343 respostas válidas (26,2%).

3.3 Tratamento dos dados

Os dados dos inquéritos recolhidos foram inseridos no programa SPSS 15.0 – e foram tratados neste *software* estatístico, recorrendo-se à estatística descritiva e aos testes paramétricos disponíveis. Desses dados foi possível obter a caracterização socioeconómica dos docentes, funcionários e alunos que se apresenta nos capítulos seguintes.

⁶ Anexo 4.

4 - DOCENTES DO IPB

Neste ponto fez-se inicialmente uma comparação entre a população (os 396 docentes considerados) e a amostra recolhida, nas seguintes variáveis: sexo, idade, categoria profissional, local de trabalho e tempo de serviço. Esta comparação determina quão bem a amostra recolhida descreve a população em estudo. Em seguida caracterizou-se social e economicamente a amostra de docentes.

4.1 Comparação da amostra com a população

A tabela 4 foi utilizada para verificar se a amostra recolhida é representativa da população relativamente ao sexo.

Tabela 4 – Comparação entre a população e a amostra de docentes por sexo

Sexo	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Masculino	209	52,8	88	53,3
Feminino	187	47,2	77	46,7
Total	396	100,0	165	100,0

Qui-quadrado=0,02 ($p>0,05$).

Fonte: Secção de Pessoal do IPB e questionário *on-line* aos docentes.

De acordo com a tabela 4, não existem diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida, em relação ao sexo, sendo a amostra bastante próxima da população nesta característica.

A tabela seguinte caracteriza a amostra recolhida e a população, distribuídas nas 5 classes de idades consideradas.

Tabela 5 – Comparação entre a população e a amostra de docentes por classes de idades

Classes	População ^(b)		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
≤ 30	34	8,6	27	16,6
]30;40]	200	50,5	95	58,3
]40;50]	107	27,0	32	19,6
]50;60]	53	13,4	9	5,5
> 60	2	0,5	0	0,0
Total	396	100,0	163	100,0

Qui-quadrado=25,62 (p<0,05).

(b) Informação oficial relativa a 31 de Dezembro de 2006, mas a idade foi actualizada para 30 de Junho de 2007.

Fonte: Secção de Pessoal do IPB e questionário *on-line* aos docentes.

Na análise da tabela 5, verifica-se que existem diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida, em relação à idade. A amostra e a população não são homogéneas nesta característica, mas admite-se que a diferença sucedeu por haver uma maior adesão proporcional dos docentes mais jovens ao inquérito. A esta situação não será alheio o facto de o inquérito ter sido realizado através da *Internet*, que é um meio ao qual os jovens tendem a recorrer mais e com maior facilidade.

A figura seguinte (fig. 4) ilustra a distribuição dos docentes da amostra nas classes de idade consideradas. A idade média dos docentes que responderam ao inquérito é de 36,6 anos (mediana 35,0 anos).

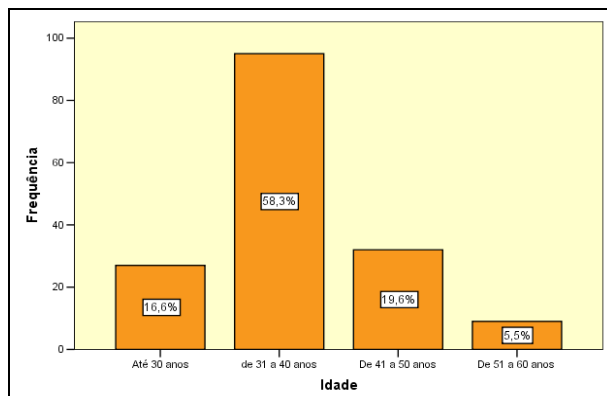


Figura 4 – Distribuição dos docentes da amostra por idade

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Foi também comparada a amostra recolhida com a população em termos de categoria profissional, como se pode observar na tabela 6.

Tabela 6 – Comparação entre a população e a amostra de docentes por categoria profissional

Categoria profissional	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Assistente 1º triénio (ou equiparado)	76	19,2	35	21,3
Assistente 2º triénio (ou equiparado)	134	33,8	64	39,0
Professor-adjunto	160	40,4	61	37,2
Professor-coordenador	23	5,8	4	2,4
Professor do ensino básico ou secundário	3	0,8	0	0,0
Total	396	100,0	164	100,0

Qui-quadrado=6,56 ($p>0,05$).

Fonte: Secção de Pessoal do IPB e questionário *on-line* aos docentes.

A tabela 6 mostra que não há diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida, em relação à categoria profissional.

A comparação seguinte foi feita relativamente ao local de trabalho (tabela 7).

Tabela 7 – Comparação entre a população e a amostra de docentes por local de trabalho

Local de trabalho ^(c)	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
ESA	88	22,2	32	19,4
ESE	92	23,2	34	20,6
ESTiG	134	33,8	55	33,3
ESTGM	48	12,1	35	21,2
ESSa	34	8,6	9	5,5
Total	396	100,0	165	100,0

Qui-quadrado=14,23 ($p<0,05$).

(c) Foi acrescentado no total da ESA (86) dois docentes (o presidente e um dos vice-presidentes do IPB) por serem originários desta escola e foi acrescentado um docente no total da ESTiG (133) por o outro vice-presidente pertencer a esta escola.

Fonte: Secção de Pessoal do IPB e questionário *on-line* aos docentes.

Na tabela 7 observam-se diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida, relativamente ao local onde exercem as suas funções, havendo uma adesão claramente superior à esperada na ESTGM.

A figura seguinte (fig. 5) caracteriza a distribuição dos docentes pelas diferentes escolas onde trabalham.

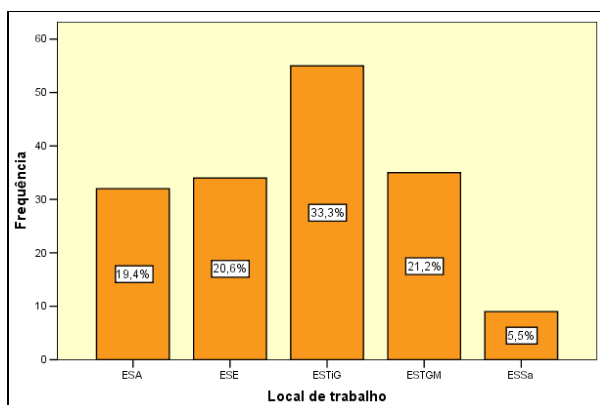


Figura 5 – Distribuição dos docentes da amostra por local de trabalho

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Como foi referido anteriormente, a ESTGM foi a escola que apresentou um número de respostas superior ao esperado. Por outro lado, como se observa na figura 5, a ESSa foi a que apresentou o menor número de respostas. Poderá haver uma associação com o facto dos cursos da área de saúde terem um calendário escolar diferente do das outras áreas e nesta altura estarem muitos cursos em estágio, o que justificaria alguma ausência dos docentes.

A última característica analisada foi o número de anos de serviço no IPB. Na amostra observa-se que, em termos de anos de serviço, 52,2% dos docentes inquiridos trabalham no IPB entre 5 e 10 anos, 21,1% trabalham há menos de 5 anos e 12,4% e 11,2% são as percentagens de docentes que trabalham, respectivamente, entre 10 e 15 anos e entre 15 e 20 anos. Com mais de 20 anos de serviço respondeu uma percentagem baixa, 3,1% dos inquiridos (tabela 8).

Tabela 8 – Comparação entre a população e a amostra de docentes por anos de serviço

Classes	População ^(d)		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
<=5	78	19,7	34	21,1
]5;10]	157	39,7	84	52,2
]10;15]	72	18,2	20	12,4
]15;20]	59	14,9	18	11,2
>20	30	7,6	5	3,1
Total	396	100,0	161	100,0

Qui-quadrado=15,22 ($p < 0,05$).

(d) Informação oficial relativa a 31 de Dezembro de 2006, mas o tempo de serviço foi actualizado para 30 de Junho de 2007.

Fonte: Secção de Pessoal do IPB e questionário *on-line* aos docentes.

Esta característica apresenta diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida. A baixa percentagem de respostas da classe de idades “*mais de 20*” poderá ser justificada pela maior idade destes docentes e uma menor adaptação às novas tecnologias ou por estes docentes estarem em cargos mais elevados e terem menos disponibilidade para este tipo de inquéritos.

Da análise da amostra recolhida verifica-se que ela pode ser considerada representativa da população, havendo um bom ajuste nas características “*sexo*” e “*categoria profissional*”. No entanto, nas características em que apresenta diferenças – “*idade*”, “*local de trabalho*” e “*anos de serviço*” – pode-se presumir que houve alguma interferência da via utilizada para realizar o inquérito (*Internet*).

De facto, a amostra não corresponde perfeitamente à população em estudo, mas, tal facto, não invalida a análise realizada e os resultados obtidos.

4.2 Caracterização da amostra

Pretendeu-se determinar se haveria alguma diferença entre a avaliação das condições de trabalho e o local onde é exercido esse trabalho, ou seja, se alguma das avaliações poderia estar relacionada com alguma das escolas.

Na sua estrutura original os pressupostos para a aplicação do teste Qui-quadrado não se verificaram e, por isso, foi necessário agrupar as condições de trabalho em 3 categorias: *Satisfatórias ou muito satisfatórias*; *Aceitáveis*; e *Más ou muito más*, como se apresenta na tabela 9.

Tabela 9 – Associação entre as condições de trabalho e o local onde é exercido

Condições do local de trabalho	Local de trabalho					Total
	ESA	ESE	ESTiG	ESTGM	ESSa	
Satisfatórias ou Muito satisfatórias	20	29	49	1	5	104
Aceitáveis	9	4	6	14	3	36
Más ou Muito más	3	1	0	20	1	25
Total	32	34	55	35	9	165

Qui-quadrado=93,01 ($p < 0,05$).

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na tabela 9 aparece a nova distribuição da variável *condições de trabalho* e confirma-se que esta não é independente do local onde o trabalho é exercido. Existem diferenças entre o local de trabalho e a satisfação dos docentes. Enquanto os docentes mais satisfeitos com as suas condições de trabalho se encontram nas escolas de Bragança, os mais insatisfeitos exercem a sua actividade na escola de Mirandela (ESTGM). Esta situação está de acordo com as características das actuais instalações provisórias da referida escola, estando previsto que sejam, eventualmente, substituídas por novas instalações.

A figura seguinte (fig. 6) apresenta a distribuição dos docentes por habilitação académica.

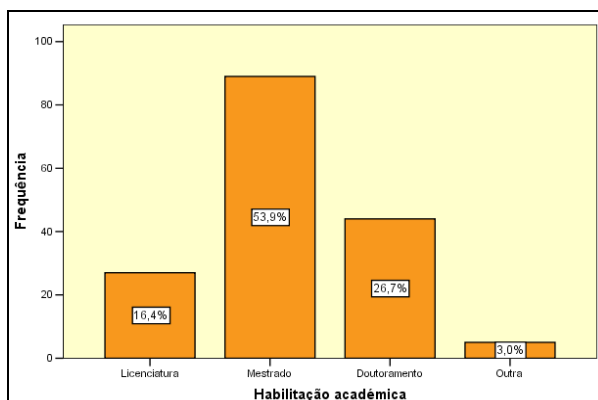


Figura 6 – Distribuição dos docentes da amostra por habilitação académica

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Dos docentes inquiridos quase 81,0% possui, no mínimo, o grau de mestre. Este facto salienta uma das características mais importantes do IPB: a nível nacional é o instituto politécnico cujo corpo docente possui mais habilitações, especificamente possui 2 doutorados por cada 100 alunos⁷ (30% do corpo docente doutorado, à data de Dezembro de 2006).

Os docentes da amostra foram também questionados sobre a decisão de mudarem de concelho de residência para integrarem o corpo docente do IPB, representando a figura 7 a percentagem dos docentes que tomou essa decisão.

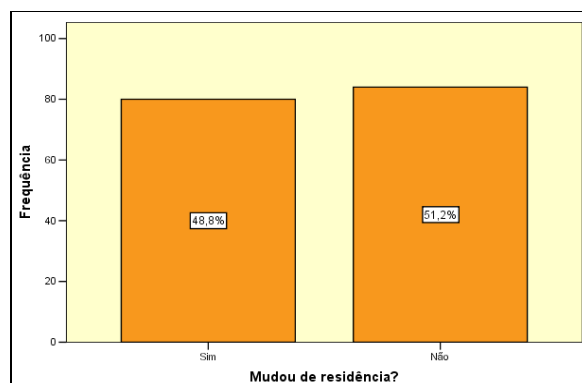


Figura 7 – Número de docentes da amostra que mudaram ou não de residência

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Como se pode ver na figura 7, uma elevada percentagem (48,8%) dos docentes deslocou-se do seu anterior concelho de residência para trabalhar no IPB. Este é um dos impactos atribuídos ao IPB, a sua influência na mobilidade dos docentes.

É também importante analisar de onde se mudaram estes docentes, o que está representado na tabela 10.

⁷ Em 2006 existiam 120 doutorados (acedido em 21/11/2007, disponível em www.rba.pt), 396 docentes e 6038 alunos (Secção de Pessoal do IPB).

Tabela 10 – Distribuição dos docentes da amostra por concelhos de naturalidade e de residência

Concelho de Naturalidade	Concelho de Residência				Total
	Bragança	Mirandela	Norte	Outras regiões	
Bragança	30	0	0	0	30
Mirandela	5	2	2	0	9
Norte	45	7	26	0	78
Outras regiões	29	2	7	4	42
Total	109	11	35	4	159

Qui-quadrado=19,00 ($p < 0,05$).

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Verifica-se na tabela 10 que houve uma maior deslocação dos docentes que eram naturais da região norte ou de outras regiões para os concelhos de Bragança e Mirandela, indicando a existência de uma dependência entre o concelho de naturalidade e o concelho de residência.

A caracterização dos docentes segue com a análise dos seus agregados familiares. A figura 8 retrata a distribuição dos docentes da amostra pelo número de pessoas que constitui o seu agregado familiar.

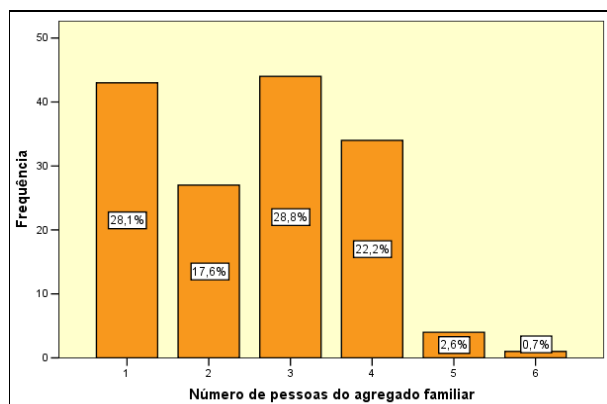


Figura 8 – Número de pessoas que constitui o agregado familiar dos docentes da amostra

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na figura 8, os agregados familiares mais representados compreendem uma ou três pessoas (28,1% e 28,8%, respectivamente), que representam os núcleos onde ainda só existe o docente inquirido e em que já foi constituída família com 1 descendente.

Os agregados com 2 ou 4 pessoas representam 17,6% e 22,2% dos casos, respectivamente, enquanto as situações de 5 ou mais pessoas são raras (só cerca de 3,3%). É de realçar que 9 inquiridos consideraram que o seu agregado era constituído por zero pessoas e foram eliminados desta análise.

Quanto ao número de filhos, 53,3% dos docentes inquiridos tem filhos, no mínimo 1 e no máximo 4 filhos (figura 9).

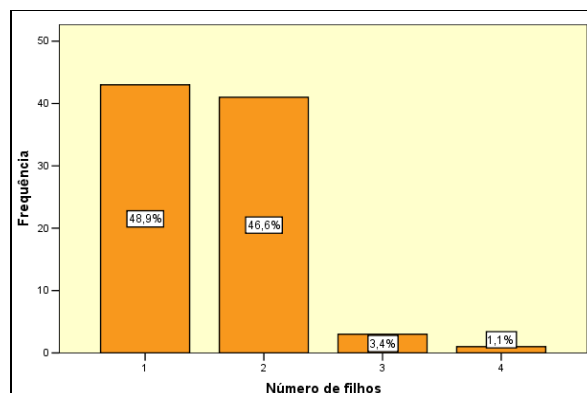


Figura 9 – Total de filhos dos docentes da amostra

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Como se observa na figura 9, os docentes têm na maioria dos casos (48,9%) apenas um filho, 46,6% tem dois filhos e só 4,5% tem três ou quatro filhos.

Os 88⁸ docentes apresentam um total de 138 filhos, mas o número médio de filhos por docente mulher com idade até 49 anos é igual a 0,54 filhos. Este valor pode ser comparado ao índice sintético de fertilidade (ISF) que representa o número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (15-49 anos). O valor obtido é consideravelmente inferior ao ISF nacional, ao da região Norte, e ao da região Alto Trás-os-Montes, que em 2006 eram, respectivamente, 1,36; 1,26; e 1,00 filhos⁹ (INE, acedido em 05/11/2008).

A idade média do filho mais novo é 7,2 anos, mas os percentis 25, 50, e 75 encontram-se, respectivamente, nos 2, 5 e 11 anos.

⁸ Apesar de só 86 docentes responderem “sim” à questão “tem filhos?”, 88 indicaram o número de filhos.

⁹ O valor do ISF nacional em 2007 atingiu os 1,33 filhos por mulher (no Norte 1,21 e no Alto Trás-os-Montes 0,90), mas considerou-se que era mais adequado comparar com os valores de 2006 pelo facto de o inquérito ter sido respondido no 1º semestre de 2007 (INE, 2008a).

Foi analisada a distribuição dos filhos por sistema de ensino, público ou privado. Desses 138 filhos, a informação recolhida refere que 55 (45,8%) frequentam o ensino público e 65 (54,2%) frequentam o ensino privado. Os docentes matricularam os filhos no ensino público e privado segundo os seguintes ciclos de ensino (tabela 11):

Tabela 11 – Distribuição dos filhos dos docentes da amostra por ciclo de ensino e tipo de instituição

Tipo de instituição	Nível de ensino						Total ^(e)
	Infantário	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Outro	
Instituição pública	5	16	9	7	8	10	55
Instituição privada	40	14	2	2	2	5	65
Total	45	30	11	9	10	15	120

(e) Dos outros 18 filhos, dos 138 considerados, que não surgem nos níveis de ensino da tabela 11, verificou-se que em 9 casos não foi identificado o nível de ensino, 2 já estão a trabalhar, 6 estão num serviço de amas e houve um caso em que a criança recém-nascida ainda estava no hospital.

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na tabela 11 apresenta-se a distribuição do número de filhos dos docentes por cada nível de ensino, sugerindo que há uma maior preferência por instituições privadas ao nível de infantário. Esta preferência é reforçada quando se incluem nesta categoria as 8 crianças que estão ao cuidado de amas. A partir do 1º ciclo há mais filhos a frequentar instituições de ensino públicas que privadas. Na categoria “outro” 86,7% (13 filhos) frequentam o ensino superior e os restantes estão num serviço de amas.

As figuras 10 e 11 ilustram a distribuição do número de filhos dos docentes no ensino público e privado.

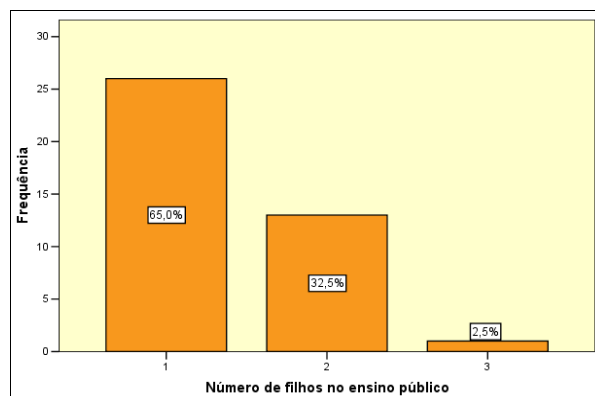


Figura 10 – Número de filhos dos docentes da amostra que frequentam o ensino público

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na figura 10 pode-se observar que, em relação aos filhos que frequentam instituições de ensino públicas, 65,0% dos inquiridos só tem um filho nessas instituições, enquanto os restantes possuem dois filhos e surge um caso com três filhos.

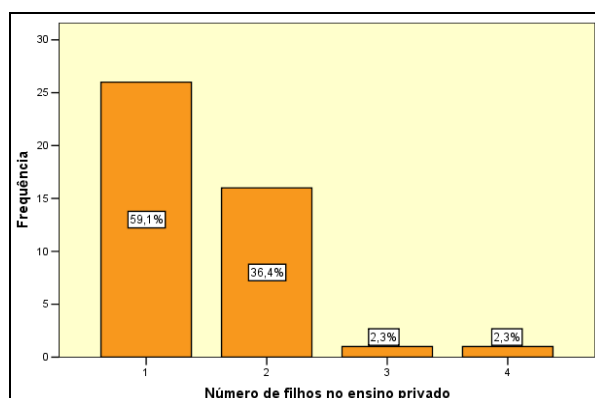


Figura 11 – Número de filhos dos docentes da amostra que frequentam o ensino privado

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

O número de filhos por agregado que frequenta uma instituição de ensino privada é na maioria dos casos um filho (em 59,1%), havendo também famílias com dois filhos (36,4%), mas só dois docentes têm 3 e 4 filhos, respectivamente, em instituições privadas.

4.3 Caracterização Económica (condições de vida)

As condições de vida dos docentes foram caracterizadas nos seguintes aspectos: tipo de alojamento, rendimento médio mensal, gastos médios mensais, e poupança média mensal.

A figura 12 apresenta a primeira categoria a ser analisada: o tipo de alojamento.

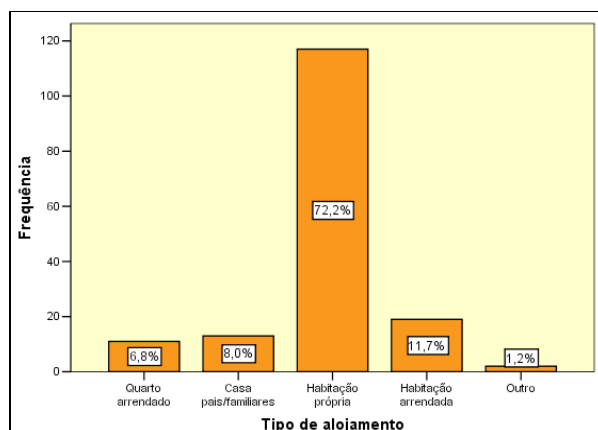
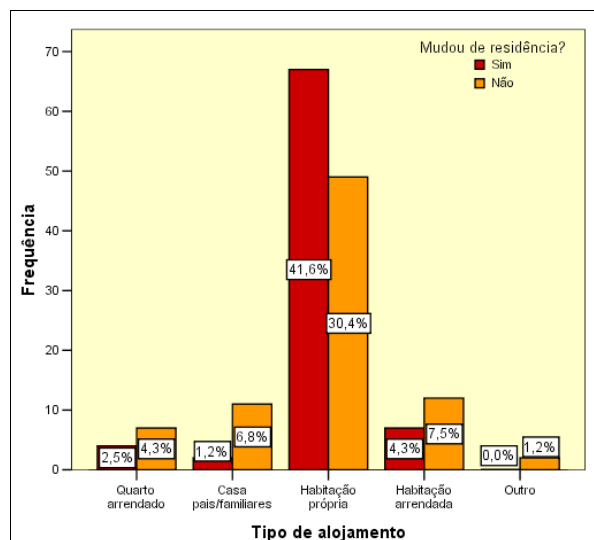


Figura 12 – Tipo de alojamento durante o período lectivo dos docentes da amostra

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na figura 12 verifica-se que a maioria dos docentes inquiridos reside em habitação própria (casa ou apartamento), havendo ainda 11,7% a pagar arrendamento. Os docentes que vivem em quartos arrendados são na sua maioria docentes cujo agregado familiar se limita a uma pessoa, enquanto os que residem com os pais/familiares são na sua maioria docentes que não mudaram de residência para trabalhar no IPB.

Analisou-se também se o facto de ter mudado de residência estaria associado com o tipo de alojamento (figura 13).



Qui-quadrado=13,15 (p<0,05).

Figura 13 – Tipo de alojamento versus ter mudado de residência dos docentes da amostra

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Em relação ao rendimento médio do agregado familiar dos docentes inquiridos, este foi classificado em nove categorias, cujos valores variam em intervalos de dois salários mínimos mensais, que no ano de 2007 correspondia a 403,0 euros¹⁰ (figura 14).

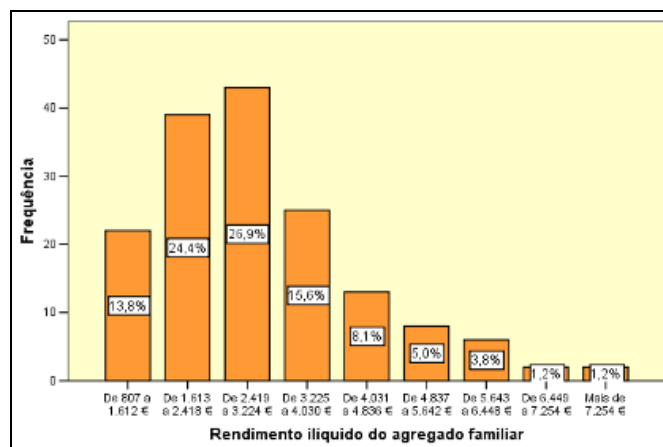


Figura 14 – Rendimento líquido mensal do agregado familiar dos docentes da amostra

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

¹⁰ Decreto-Lei 2/2007, de 03/01 – Série I – nº2.

Na figura 14 observa-se que o agregado familiar de 65,0% dos docentes auferem no máximo 3.224 euros líquidos mensais e só 6,25% dos docentes pertence a um agregado que tem um rendimento líquido superior a 5.643 euros mensais.

O agregado familiar dos docentes auferem um rendimento líquido médio mensal de 2.241 euros¹¹. Este valor está acima do rendimento líquido médio mensal das famílias portuguesas, situado nos 1.838 euros, e muito superior ao rendimento líquido médio mensal dos agregados familiares da região Norte, estimado em 1.615 euros¹².

Pretendeu-se caracterizar também os gastos dos docentes e respectivo agregado familiar, nas seguintes categorias: alojamento, educação dos filhos, alimentação, material escolar, bens pessoais, material informático, saúde, lazer, despesas correntes e outras despesas.

As variáveis analisadas sobre os gastos médios mensais, por terem sido de resposta aberta, tiveram de ser recodificadas, passando a apresentar os intervalos de valores. No caso do alojamento codificaram-se as respostas em “até 200 €”, “de 201 a 400 €”, “de 401 a 600 €”, “de 601 a 800 €” e “mais de 800 €” (figura 15).

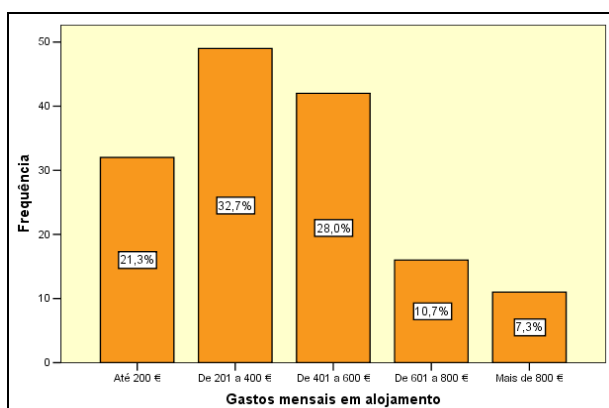


Figura 15 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com o alojamento

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

¹¹ Este rendimento líquido foi estimado a partir dos rendimentos líquidos médios mensais, aos quais foram aplicadas as correspondentes taxas de retenção na fonte de IRS (tabelas para o Continente, ano 2007, trabalho dependente, casado, dois titulares) disponíveis na Direção-Geral de Impostos (www.dgci.min-financas.pt) e considerando contribuições mensais obrigatórias de 11% para a Segurança Social.

¹² Valores anuais estimados pelo INE (2008a) para 2005, convertidos em médios mensais utilizando ponderações para uma estrutura familiar idêntica à da amostra e atualizados para 2007 com base nas taxas de inflação de 2006 e 2007, respectivamente, 3,1% e 2,5% (INE, 2008b).

A figura 15 descreve os gastos com o alojamento e verifica-se uma maior frequência nas categorias “de 201 e 400 €” e “de 401 e 600 €” (32,7% e 28,0%, respectivamente), sendo que na análise dos dados se obteve uma média de 427,3 euros e uma mediana de 400,0 euros. É de sublinhar que 46,0% dos docentes gastam com o alojamento mensal um valor superior ao salário mínimo nacional.

A figura 16 apresenta os gastos médios mensais com a educação dos filhos.

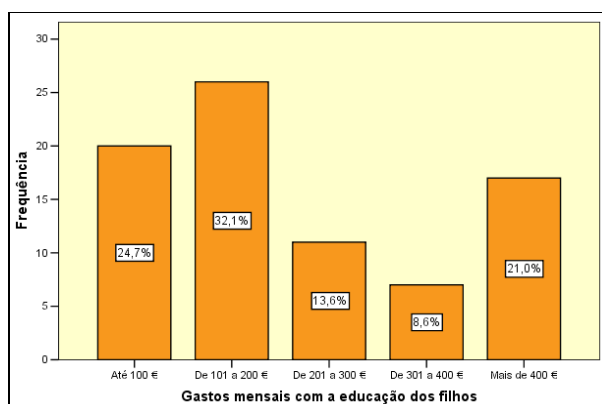


Figura 16 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com a educação dos filhos

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Como já foi referido, 45,8% dos filhos dos docentes estuda no ensino público enquanto 54,2% estuda no ensino privado. Estes dados poderão justificar o valor médio por filho gasto mensalmente na educação, que ascende aos 191,7 euros (mediana 150,0), quando se consideram só os docentes que responderam um valor diferente de zero nos gastos com educação dos filhos.

A figura seguinte (fig. 17) descreve os valores gastos mensalmente com a alimentação nos agregados familiares.

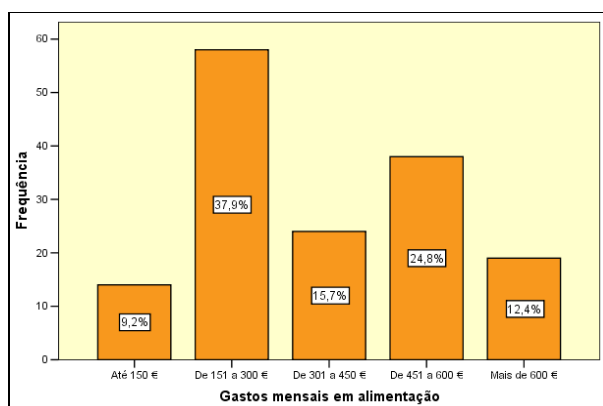


Figura 17 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com a alimentação

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

O agregado familiar dos docentes apresenta um gasto médio mensal com a alimentação de 411,6 euros. Dos inquiridos 20,7% faz todas as refeições em casa, 22,0% toma o pequeno-almoço e jantar e 20,4% almoça na cantina, sugerindo que será este o comportamento preferencial dos docentes.

Tabela 12 – Relação entre o tipo de refeições e o local onde são realizadas (em percentagem)

Tipo de refeição	Local onde realizam as refeições			
	Casa	Cantina	Bar	Estab. Comerciais
Só Pequeno-almoço	2,3	0,3	5,9	0,7
Só almoço	0,0	20,4	1,3	12,2
Só Jantar	3,0	0,0	0,0	3,6
Pequeno-almoço & almoço	0,3	0,0	1,3	0,3
Pequeno-almoço & jantar	22,0	0,0	0,0	0,0
Almoço & jantar	2,3	0,7	0,0	1,6
Todas	20,7	0,0	0,0	1,0
Total	50,7	21,4	8,6	19,4

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Como se observa na tabela 12, os locais que os docentes mais utilizam para fazer as refeições são a própria casa e a cantina do IPB. Há uma percentagem baixa (5,9%) que toma o pequeno-almoço no bar do IPB e que almoça nos estabelecimentos comerciais (12,2%), mas estes estabelecimentos são muito pouco procurados nas restantes opções.

Os docentes indicaram também no questionário os gastos mensais com o material escolar, como se ilustra na figura 18.

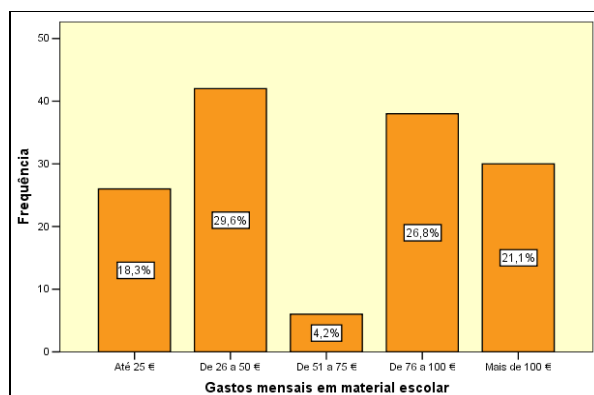


Figura 18 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em material escolar

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Nesta figura há uma clara distinção entre os que gastam até 50 euros mensais (47,9%) e os que gastam mais de 76 euros (47,9%).

A distribuição de gastos com os bens pessoais é apresentada na figura 19, onde se observa que a maioria dos agregados familiares dos docentes inquiridos gasta mensalmente menos de 101 euros em bens pessoais.

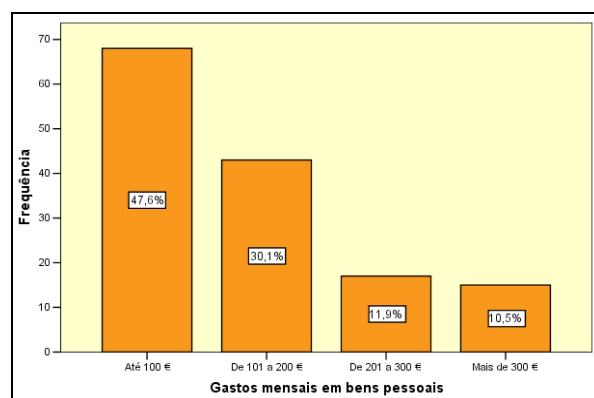


Figura 19 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em bens pessoais

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

As figuras 20 e 21 apresentam a distribuição dos gastos mensais em material informático e em saúde, respectivamente.

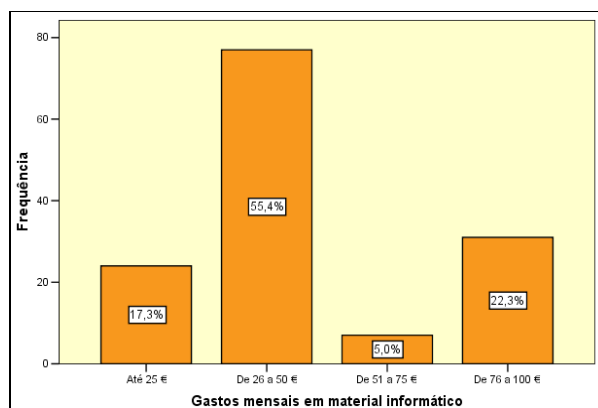


Figura 20 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em material informático

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na figura 20 vê-se que a maioria dos inquiridos gasta entre 26 e 50 euros. O que sugere ser gasto numa assinatura mensal de acesso à Internet.

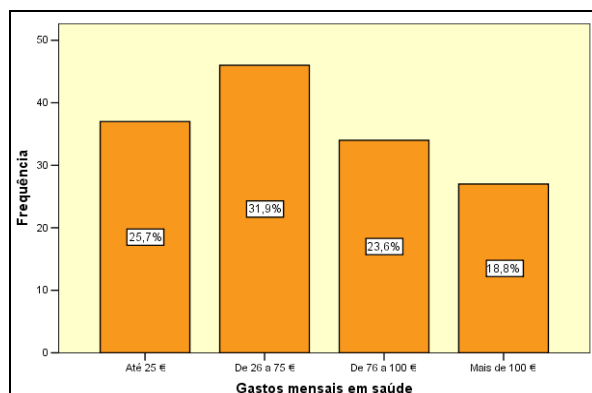


Figura 21 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra em saúde

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na figura 21 descrevem-se os gastos mensais dos docentes com as despesas de saúde. Enquanto 57,6% gasta até 75 euros, os restantes 42,4% gastam mais de 75 euros por mês.

A figura 22 apresenta a distribuição dos gastos mensais em lazer, que se verifica serem mais baixos do que os gastos em saúde.

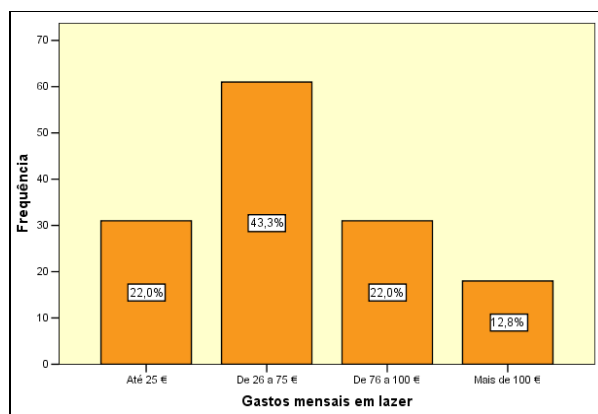


Figura 22 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com lazer

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

A figura 23 representa os gastos em despesas correntes. Nesta categoria a maior parte dos docentes gasta até 100 euros nas despesas mensais de luz, água, gás, etc.

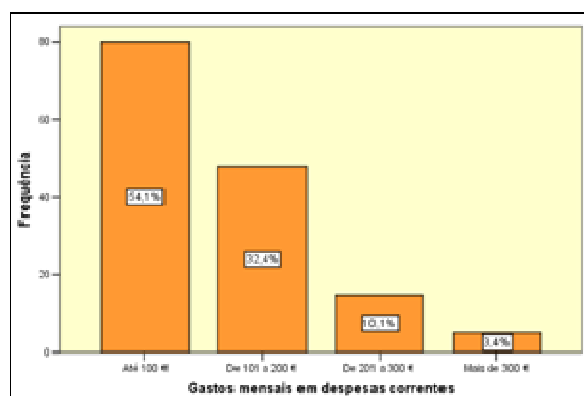


Figura 23 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com despesas correntes

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

A última categoria considerada foi “*outras despesas*”. Nesta categoria a maioria dos inquiridos identificam como gastos prestações bancárias, o salário das empregadas domésticas e os gastos com a própria educação. Nesta categoria foram eliminadas 15

respostas que se referiam a combustível, para, desta forma, se assegurar que não há dupla contabilização de gastos.

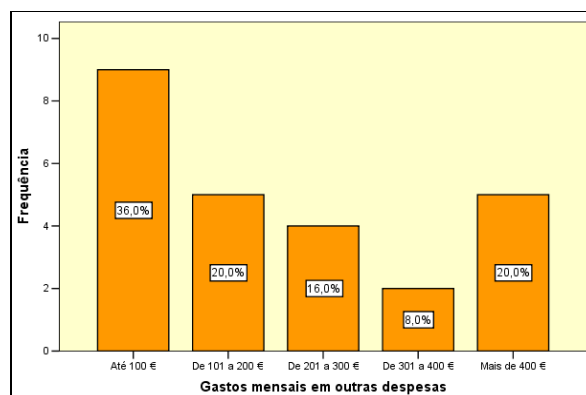


Figura 24 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com outras despesas

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Um outro gasto potencialmente relevante é relativo aos meios de transporte. Dos docentes inquiridos, 157 possuem meio de transporte próprio, onde 154 possuem automóveis (48,7% possui um automóvel, 48,7% possui dois automóveis, e 2,3% possui três ou quatro, num total de 238 veículos), 4 possuem uma motorizada e 8 possuem motos.

O gasto devido aos transportes foi dividido em duas categorias: os gastos com os transportes próprios (onde se incluía, entre outros, a gasolina, a manutenção, as reparações, e o seguro) e os gastos noutros transportes (onde se incluía, entre outros, autocarro, táxi, ou passagem aérea). As figuras 25 e 26 apresentam os valores para cada uma dessas categorias.

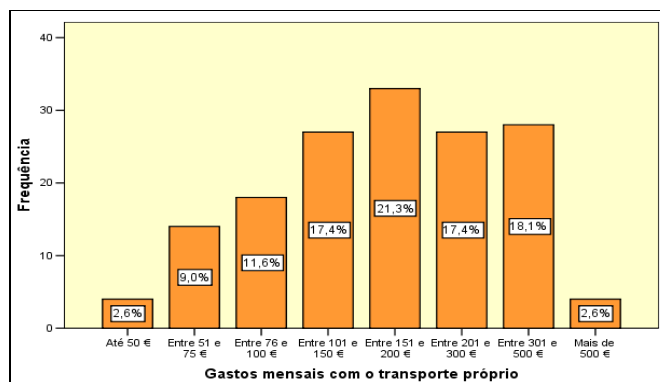


Figura 25 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com o transporte próprio

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

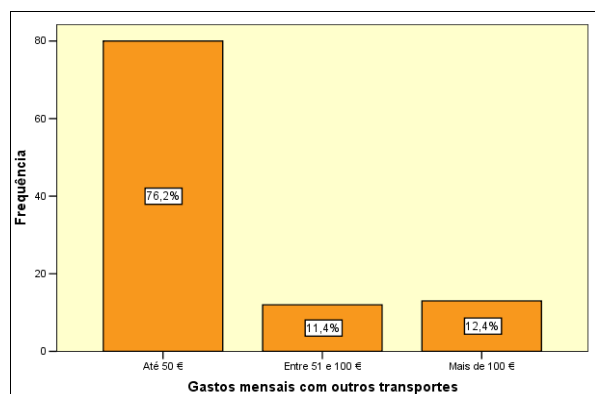


Figura 26 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra com outros transportes

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Da análise das figuras 25 e 26, vê-se que os inquiridos gastam muito menos em outros transportes, comparativamente ao que gastam com o próprio transporte.

A média dos gastos mensais é:

- No caso de possuírem transporte próprio (97,5%): 203,3 euros por mês (152 docentes) com o transporte próprio e 42,7 euros por mês (103 docentes) com outros transportes.
- No caso de não possuírem transporte próprio (2,5%): então só têm gastos com outros transportes no montante de 85,6 euros por mês (11 docentes).

Na tabela seguinte apresenta-se um resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos inquiridos nas várias categorias anteriormente descritas.

Tabela 13 – Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra (em euros)

	Alojamento	Alimentação	Outras despesas	Educação filhos ^(g)	Transportes
N	150	153	25	81	152
Média	427,3	411,6	317,02	296,9	213,7
Mediana	400,0	350,0	200,0	200,0	
Desvio padrão	277,4	234,2	436,1	281,8	
Mínimo ^(f)	80	100	8	25	
Máximo	1750	1500	2200	1500	
Percentil 25	263,8	250,0	100,0	110,0	
Percentil 75	600,0	500,0	375,0	400,0	

	Bens pessoais	Despesas Correntes	Material escolar	Saúde	Lazer	Material informático
N	143	148	142	144	141	139
Média	178,5	143,2	105,3	98,7	75,5	68,2
Mediana	150,0	100,0	70,0	50,0	50,0	50,0
Desvio padrão	174,2	140,9	125,8	183,1	94,8	132,3
Mínimo ^(f)	5	25	5	5	5	5
Máximo	1500	1500	1000	2000	1000	1500
Percentil 25	100,0	76,3	40,0	25,0	30,0	30,0
Percentil 75	200,0	180,0	100,0	100,0	100,0	60,0

(f) Foi considerado como mínimo o menor valor diferente de zero.

(g) Nesta categoria só foram considerados os inquiridos que na pergunta “tem filhos?” responderam *sim*.

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Da análise da tabela 13 verifica-se que a maior parte dos gastos mensais é com o alojamento e com a alimentação.

Somando todas as opções de gastos mensais criou-se uma nova variável chamada *Gastos_totais*, cujo valor apresentado é a soma de todos os valores das variáveis anteriores (excepto transportes¹³). O resultado é a figura 27.

¹³ A categoria “transportes” foi calculada com base em intervalos, ao contrário das outras categorias onde os inquiridos indicaram um valor exacto, o que impediu a sua inclusão na variável *Gastos_totais*.

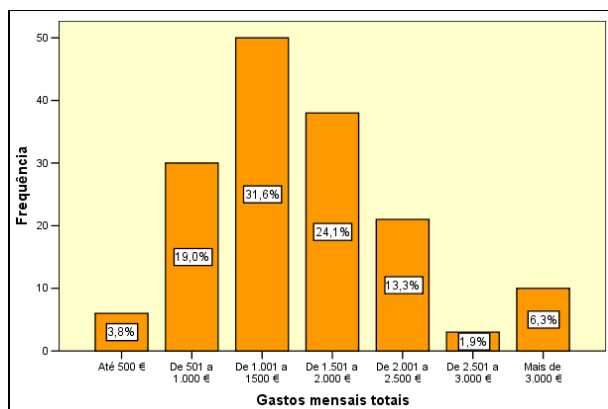


Figura 27 – Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos docentes da amostra

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Em termos médios mensais totais, dos inquiridos que apresentaram valores nas diferentes rubricas, o agregado familiar de cada inquirido gasta em média: se tiverem filhos (53,3%) 2.054,9 euros por mês (mediana 1.842,5 euros), e se não tiverem filhos (46,7%) 1.097,6 por mês (mediana 1.065,0 euros). Nestes valores não está incluída a despesa mensal com os transportes.

Na tabela 14 especifica-se o gasto médio mensal total do agregado familiar dos docentes, em função do número de filhos.

Tabela 14 – Gasto médio mensal total do agregado familiar, por número de filhos

	Número de filhos				
	0	1	2	3	4
N	74	41	41	3	1
Total dos docentes	46,7%	26,1%	24,9%	1,82%	0,6%
Gasto médio mensal (em euros)	1.097,6	1.625,0	2.501,3	2.036,7	2.330,0
Gasto médio mensal com transportes (em euros)	211,3	212,1	218,8	146,3	425,5
Gasto Médio Mensal Total (em euros)	1.308,90	1.837,10	2.720,10	2.183,00	2.755,50

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Da análise à tabela 14 verifica-se que há um aumento em 48,1% nas despesas quando se consideram os docentes que têm 1 filho, relativamente aos que não têm filhos. Quando se analisa a situação de 2 filhos, comparativamente a 1 filho, verifica-se que há um aumento de

53,9% nas despesas mensais, mas as famílias com 3 filhos apresentam uma diminuição de 18,6% nos gastos médios mensais, o que sugere a existência de economias de escala. Finalmente, as famílias com 4 filhos apresentam um acréscimo de 14,4% em relação às que só têm 3 filhos, mas têm um acréscimo de 112,3% comparativamente a quem não tem filhos. É de sublinhar que, como só houve 1 caso de famílias com 4 filhos, os valores apresentados podem estar sobre ou sub-representados, por exemplo, o valor observado nos transportes é 190,8% superior ao das famílias com 3 filhos e 94,5% superior ao das famílias com 2 filhos.

Em resumo, verifica-se que os gastos dos docentes estão repartidos nas seguintes proporções, em função do número de filhos (tabela 15).

Tabela 15 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos docentes da amostra, por número de filhos

Número de filhos	Alojamento	Alimentação	Outras despesas	Transporte	Bens pessoais	Educação filhos
0 filhos (46,7%)	354,7	307,9	229,7	211,3	121,3	--
1 filho (26,1%)	417,9	456,3	251,3	212,1	166,1	172,2
2 filhos (24,9%)	530,7	548,7	435,0	218,8	307,7	413,1
3 filhos (1,82%)	633,3	600,0	--	146,3	150,0	350,0
4 filhos (0,6%)	1000,0	--	--	425,5	100,0	100,0
Média	424,4 €	410,4 €	281,2 €	213,7 €	179,9 €	154,8 €
% do total gasto	19,7%	19,1%	13,1%	9,9%	8,4%	7,2%
%[min-max] filhos	[16,5-36,3]	[17,1-27,5]	[12,1-14,2]	[6,7-15,4]	[3,6-9,6]	[3,6-16,0]

Número de filhos	Despesas correntes	Material escolar	Saúde	Lazer	Material informático	Total (sem transportes)	Total (com transportes)
0 filhos (46,7%)	102,6	98,2	74,1	64,9	53,5	1.097,6	1.203,25
1 filho (26,1%)	138,4	82,4	65,5	59,4	50,1	1.625,0	1.731,05
2 filhos (24,9%)	217,0	121,9	184,0	120,9	117,0	2.501,3	2.610,70
3 filhos (1,82%)	108,3	38,3	51,7	51,7	53,3	2.036,7	2.109,85
4 filhos (0,6%)	130,0	1000,0	0,0	0,0	0,0	2.330,0	2.542,75
Média	140,8 €	104,4 €	98,5 €	76,9 €	68,2 €	1.939,5 €	2.153,2 €
% do total gasto	6,5%	4,8%	4,6%	3,6%	3,2%	--	100,0%
%[min-max] filhos	[4,7-6,8]	[1,8-36,3]	[0,0-5,7]	[0,0-4,0]	[0,0-3,6]		

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

A tabela 15 apresenta os totais médios mensais por agregado familiar. Apesar de terem uma variação relativamente aos que são obtidos na tabela 13, é de supor que são mais exactos

por haver um melhor ajuste na ponderação dos valores em função do número de filhos existentes em cada agregado familiar.

Para ser possível realizar algumas comparações com o “*Inquérito às despesas das famílias 2005/2006*”, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2008c), estimaram-se os gastos anuais para os agregados familiares dos docentes (tabela 16).

Tabela 16 – Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos docentes e das famílias portuguesas

Categoria dos gastos	Amostra (em euros)	Amostra (em %)	Portugal (em %)	Norte (em %)
Alojamento e despesas correntes ^(h)	6782,4	32,8	26,6	25,6
Ensino ⁽ⁱ⁾	3110,4	15,0	1,7	1,8
Alimentação	4924,8	23,8	15,5	16,9
Bebidas alcoólicas e tabaco	--	--	2,3	2,5
Vestuário e calçado	--	--	4,1	4,4
Móveis, artigos decoração	--	--	4,8	4,8
Bens pessoais ^(j)	2158,8	10,4	6,5	6,4
Saúde	1182	5,7	6,1	5,7
Lazer ^(k)	1.741,2	8,4	5,7	5,4
Transportes	2564,4	12,4	12,9	12,8
Comunicações	--	--	2,9	2,8
Outras despesas	3374,4	16,3	--	--
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	--	--	10,8	11,1
Despesa média anual por agregado	20.692,8 €	100%	100% (18.046 € ^(l))	100% (17.417 € ^(l))
Despesa média mensal por agregado	1.724,4 €	--	1.503,8 €	1.451,4 €

(h) Os valores das categorias *alojamento e despesas correntes* foram, respectivamente, 424,2 e 140,8 euros. O valor indicado é a soma de ambas as categorias devido ao referido estudo apresentar estes dois valores reunidos numa só categoria “*Habituação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis*”.

(i) Os valores apresentados são a soma das categorias *educação dos filhos e material escolar* (154,8 e 104,4 euros, respectivamente), dado que no estudo do INE só aparece a categoria *ensino*.

(j) Esta categoria é identificada no estudo do INE como “*outros bens e serviços*” e os montantes que se apresentam são os que o INE identificou nessa categoria.

(k) Nesta categoria foi adicionada a despesa com informática, dado que no estudo do INE estão reunidas numa só categoria “*lazer, distração e cultura*”.

(l) Dado que os valores anuais do INE (2008c) se referem ao período de Outubro de 2005 a Outubro de 2006, actualizaram-se para 2006/2007, com base no valor da inflação de 2007 (2,5%), para permitir comparações.

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes e INE (2008c).

A tabela 16 permite comparar os gastos médios do agregado familiar dos docentes do IPB com os gastos médios das famílias portuguesas e da classificação NUTS II – Norte. De onde é possível concluir que os docentes apresentam um gasto anual 21,8% superior à média da região NUT II Norte e 17,5% superior à média nacional.

Para se determinar que parte do valor apurado é gasto na região de Bragança e de Mirandela analisou-se a distribuição dos docentes por local de trabalho, concelho de residência e número de dias de trabalho. A tabela seguinte descreve o número de dias que os docentes da amostra, das várias escolas, permanecem no local de trabalho.

Tabela 17 – Distribuição dos docentes por local de trabalho e por dias presenciais

		Dias presenciais no local de trabalho				Total de dias	Média de dias por escola
		1	2	3	4		
Local de trabalho	ESA	0	2	5	25	32	3,7
	ESE	0	1	14	18	33	3,5
	ESTiG	2	6	16	31	55	3,4
	ESTGM	1	14	15	5	35	2,7
	ESSa	1	1	1	6	9	3,3
Total		4	24	51	85	164	

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Em média, um docente de Bragança está 3,50 dias no local de trabalho, enquanto um docente de Mirandela está 2,7 dias.

É necessário ainda analisar as visitas que os docentes do IPB recebem e o respectivo montante que as mesmas gastam na região. O fluxo monetário que se pretende analisar é aquele que se deve exclusivamente ao facto dos docentes visitados trabalharem no IPB.

Desta forma, foram seleccionadas apenas as visitas aos docentes que mudaram de região para trabalhar no IPB. Considerou-se que os docentes que não mudaram de região receberiam essas visitas independentemente de trabalharem ou não no IPB e, por isso, este valor não pode ser relacionado com a existência do IPB na região. A figura seguinte (fig. 28) apresenta o número de visitas que os docentes recebem anualmente, verificando-se que a maioria recebe mais de 10 visitas por ano.

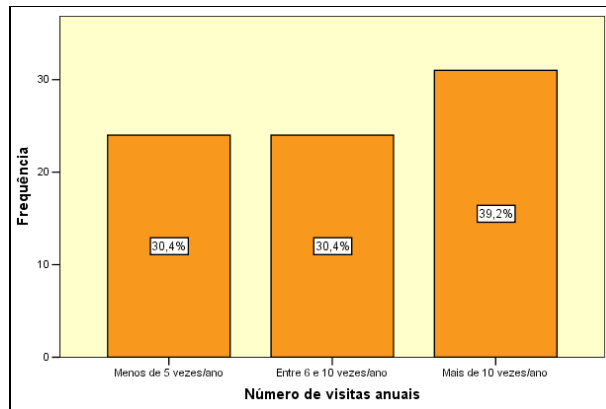


Figura 28 – Frequência anual das visitas aos docentes da amostra que mudaram de residência

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

A figura seguinte mostra o período de permanência de cada visita.

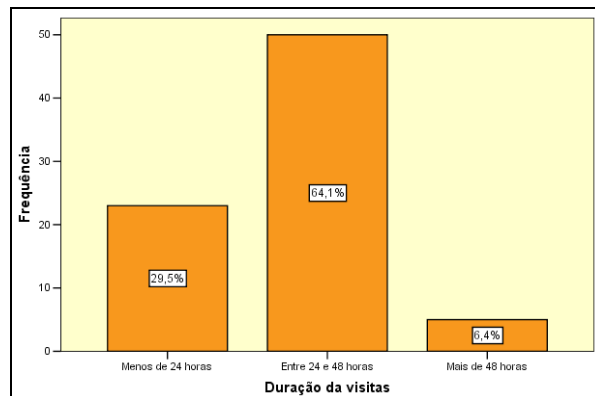


Figura 29 – Duração das visitas aos docentes da amostra que mudaram de residência

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Como se observa na figura 29, a maioria das visitas permanece entre 24 horas e 2 dias, o que parece sugerir visitas durante os fins-de-semana.

Relativamente às visitas, o último aspecto a ser analisado foi sobre os gastos que as mesmas têm durante o período de visita. Estes valores podem ser observados na figura seguinte (fig. 30).

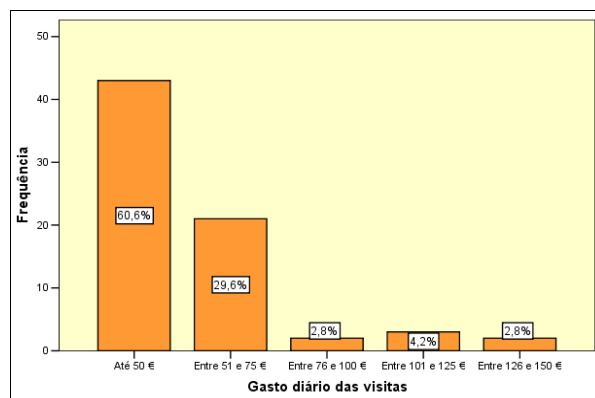


Figura 30 – Gasto médio diário das visitas recebidas pelos docentes da amostra que mudaram de residência

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Da análise às visitas recebidas pode-se considerar que os docentes do IPB que mudaram de residência recebem em média 7,4 visitas por ano, cada visita permanece em média 48,7 horas e gasta diariamente 41,8 euros. Portanto, cada docente introduz anualmente na região, na forma dos gastos das suas visitas, 628,2 euros.

Para além dos gastos efectuados pelos docentes na região, também a “movimentação bancária” é importante para compreender o desenvolvimento da região, pois é através delas que se consegue determinar o montante poupado e o montante investido pelos docentes na região.

Foi, por isso, analisado se o salário e a poupança mensal (quando existe) eram depositados numa agência bancária do concelho onde trabalham. Verificou-se que 69,0% dos docentes recebem o salário através de uma conta numa agência bancária do concelho onde trabalha e que 67,3% têm uma poupança numa conta de uma agência bancária desse mesmo concelho. A figura 31 ilustra o montante da poupança média dos docentes.

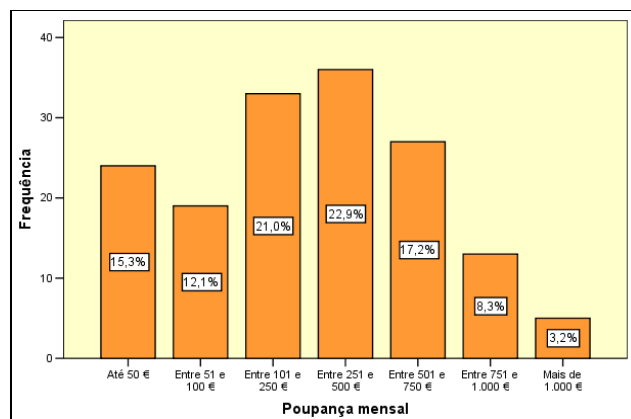


Figura 31 – Poupança média mensal dos docentes da amostra que é depositada numa conta do concelho onde trabalham

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na figura 31 verifica-se que 48,4% dos docentes inquiridos poupa até 250 euros por mês, mas 51,6% poupam mais de 250 euros.

Examinou-se, também, para além da domiciliação do ordenado e da aplicação da poupança mensal, a existência de empréstimo nos bancos dos concelhos de acção do IPB, especificamente através do montante inicial obtido e o destino dos mesmos.

Dos docentes inquiridos, 62,3% tem um empréstimo numa agência bancária do concelho onde trabalham, cujo montante inicial está representado na figura 32.

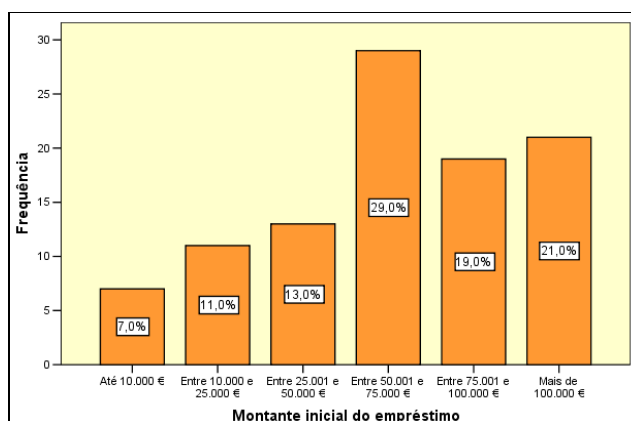


Figura 32 – Montante inicial dos empréstimos contraídos pelos docentes da amostra

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na figura 32 observa-se que a maioria dos inquiridos (69,0%) que solicitou um empréstimo requereu um montante superior a 50.000 euros.

A finalidade dos empréstimos obtidos poderia ser para investir na aquisição de habitação própria, na aquisição de habitação como investimento imobiliário (nomeadamente para arrendar), numa empresa e na compra de automóvel. Nesta análise, retiraram-se da amostra as respostas de montante zero, pois alterariam os resultados.

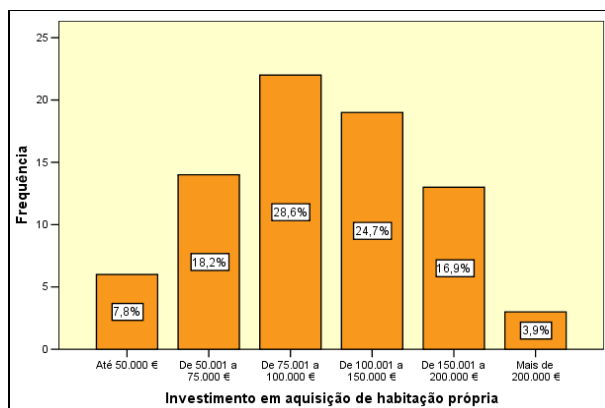


Figura 33 – Montante investido pelos docentes da amostra na aquisição de habitação própria

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Na figura 33 vê-se que 92,3% dos inquiridos investiu mais de 50.000 euros na aquisição de casa própria (e 45,5% investiu mais de 100.000 euros). O valor médio investido foi de 124.621,8 euros (mediana 100.000,0 euros).

Só 7 docentes investiram em habitação para fins de arrendamento, mas os valores apresentados sugerem que houve talvez confusão entre investimento e renda paga mensalmente, por serem valores baixos e por 5 deles residirem em habitação arrendada. E, só 2 dos docentes inquiridos investiram numa empresa na região, no montante de 3.000,0 e 100.000,0 euros, respectivamente.

O outro possível destino dos empréstimos obtidos era para a aquisição de automóvel. Os montantes investidos nesta opção estão representados na figura seguinte (fig. 34).

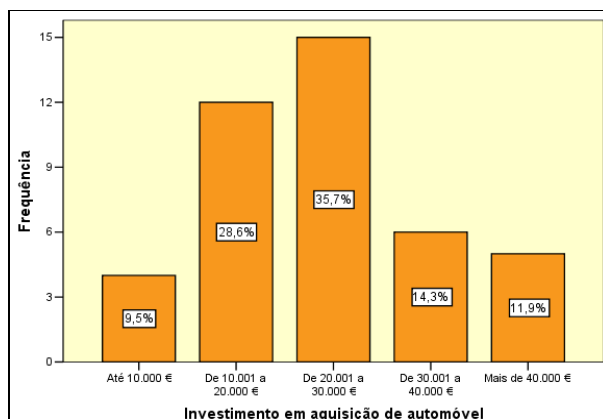


Figura 34 – Montante investido pelos docentes da amostra na aquisição de automóvel

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

Dos docentes inquiridos e representados na figura 34, 73,8% investiu no máximo 30.000 euros na aquisição de automóvel. O valor médio investido num automóvel é 32.794,3 euros (mediana 25.000 euros). A tabela seguinte apresenta um resumo dos montantes emprestados pelos bancos e o respectivo destino.

Tabela 18 – Resumo dos empréstimos obtidos pelos docentes (em euros)

	Casa própria	Casa arrendar	Automóvel	Empresa	Outro
N	78	7	44	2	4
Média	124.621,8	8.814,3	32.794,3	51.500,0	75.000,0
Mediana	100.000,0	275,0	25.000,0	51.500,0	70.000,0
Mínimo	7.500	150	3.500	3.000	10.000
Máximo	700.000	60.000	250.000	100.000	150.000

Fonte: Questionário *on-line* aos docentes.

A tabela 18 resume os investimentos realizados pelos docentes da amostra, onde os principais foram na aquisição de habitação própria e na aquisição de automóvel. Na construção desta tabela não se consideraram as respostas que apresentavam montante zero na respectiva categoria, pois iriam alterar os resultados.

4.4 Síntese da análise aos docentes

Os docentes são maioritariamente do sexo masculino (53,3%), têm uma idade média de 36,6 anos e trabalham em média há 9,9 anos para o IPB. Em termos de habilitação académica, a maioria (80,6%) possui no mínimo o grau de mestre, sendo 26,7% detentores do grau de doutor.

A composição do agregado familiar varia na maioria dos casos (96,7%) entre 1 a 4 pessoas, e quando existem filhos na família (53,3%) são, salvo raras exceções, no máximo 1 ou 2 (95,5%). O agregado familiar dos docentes auferem um rendimento líquido médio mensal de 2.241,1 € e tem um gasto total médio mensal de 1.724,4 euros (considerando só 50% dos transportes, com 100% dos transportes o valor sobre para 1.831,3)

As despesas principais do agregado familiar dos docentes são, por ordem decrescente de importância com o alojamento, a alimentação, outras despesas, os transportes, os bens pessoais, e a educação dos filhos.

As três primeiras categorias concentram 51,9% dos gastos mensais dos agregados e, se consideramos a categoria habitação de acordo com o estudo do INE (alojamento e despesas correntes), este valor sobe para 58,4% (sendo superior ao valor do estudo que é de 42,5%). É de referir que, tal como nesse estudo, a “*principal afectação das despesas familiares*” é com a habitação, no entanto, os docentes do IPB apresentam um valor ligeiramente superior ao da população portuguesa estudada, 26,2% em vez de 25,6%.

Os docentes que mudaram de residência contribuem anualmente, sob a forma dos gastos das visitas que recebem, com 628,2 € para a região.

Em termos de movimentações bancárias, maioritariamente (62,3%) contraem empréstimos em agências bancárias do concelho onde trabalham e poupam em média 347,8 euros por mês. O destino principal desses empréstimos é, em 47,0% dos casos, para habitação própria permanente, com valor médio de 124.621,8 €, ou para aquisição de automóvel (26,5%), no montante médio de 32.794,3 €. Em ambos os casos, este investimento foi feito no concelho onde trabalham.

5 - FUNCIONÁRIOS DO IPB

Na análise aos funcionários, tal como no caso dos docentes, fez-se inicialmente uma comparação entre a população de funcionários (os 233 considerados) e a amostra recolhida, nas seguintes variáveis: sexo, idade, categoria profissional, local de trabalho e tempo de serviço. Posteriormente, é apresentada a caracterização socioeconómica dos 105 funcionários que responderam ao questionário.

5.1 Comparação da amostra com a população

A tabela seguinte apresenta a distribuição por sexo dos funcionários na amostra e na população.

Tabela 19 – Comparação entre a população e a amostra de funcionários por sexo

Classes	População		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Masculino	109	46,8	46	45,1
Feminino	124	53,2	56	54,9
Total	233	100,0	102	100,0

Qui-quadrado=0,12 ($p>0,05$).

Fonte: Secção de Pessoal do IPB e questionário aos funcionários.

A análise à tabela 19 permite concluir que não existem diferenças significativas entre a população e a amostra recolhida, na variável em análise.

A tabela 20 apresenta a distribuição da população e da amostra por classes de idades, onde se verifica que a amostra não apresenta diferenças significativas em relação à população.

Tabela 20 – Comparação entre a população e a amostra de funcionários por escalão de idades

Classes	População ^(m)		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
≤ 30	18	8,0	9	8,7
]30;40]	66	29,5	36	34,6
]40;50]	78	34,8	35	33,7
]50;60]	53	23,7	20	19,2
> 60	9	4,0	4	3,9
Total	224	100,0	104	100,0

Qui-quadrado=1,90 (p>0,05).

(m) População de 224 funcionários. Informação relativa a 30 de Junho de 2007.

Fonte: Secção de Pessoal do IPB e questionário aos funcionários.

A figura seguinte (fig. 35) ilustra a distribuição dos funcionários da amostra pelas várias escalas de idades consideradas. A média de idades dos funcionários inquiridos é 42,9 anos (mediana 43,00).

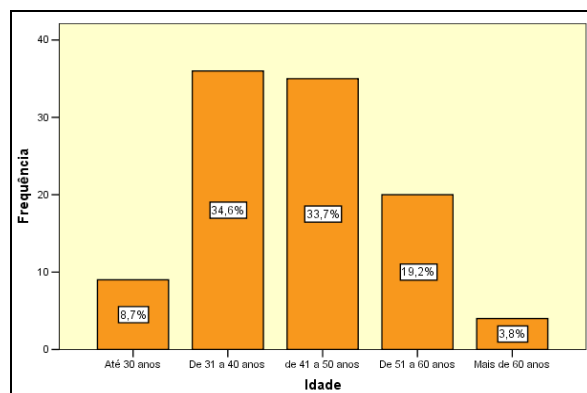


Figura 35 – Distribuição dos funcionários da amostra por idade

Fonte: Questionário aos funcionários.

Em seguida é feita a comparação entre os funcionários da população e da amostra, nas 9 categorias profissionais consideradas, e verifica-se que a amostra não difere significativamente da população (tabela 21).

Tabela 21 – Comparação entre a população e a amostra de funcionários por categoria profissional

Categoria profissional	População ⁽ⁿ⁾		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Dirigente	3	1,3	2	1,9
Técnico superior	19	8,5	9	8,6
Informático	18	8,0	8	7,6
Técnico	44	19,6	20	19,1
Técnico-profissional	26	11,6	8	7,6
Administrativo	53	23,7	27	25,7
Operário	31	13,8	8	7,6
Auxiliar	27	12,1	20	19,1
Outra	3	1,3	3	2,9
Total	224	100,0	105	100,0

Qui-quadrado=10,92 ($p>0,05$).

(n) População de 224 funcionários. Informação relativa a 30 de Junho de 2007.

Fonte: Secção de Pessoal do IPB e questionário aos funcionários.

Também se pretendeu comparar se existiam diferenças relativamente ao local de trabalho. Os funcionários exercem as suas funções nas cinco escolas e também nos serviços centrais, que nestes inquéritos surge na categoria “Outro”. A tabela seguinte apresenta essa distribuição.

Tabela 22 – Comparação entre a população e a amostra de funcionários por local de trabalho

Local de trabalho	População ^(o)		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
ESA	55	23,6	26	24,8
ESE	26	11,2	7	6,7
ESTIG	41	17,6	14	13,3
ESTGM	12	5,2	12	11,4
ESSa	25	10,7	12	11,4
Outro	74	31,8	34	32,4
Total	233	100,0	105	100,0

Qui-quadrado=11,13 ($p<0,05$).

(o) População de 233 funcionários. Informação relativa a 31 de Dezembro de 2006.

Fonte: Secção de Pessoal do IPB e questionário aos funcionários.

A tabela 22 indica que a amostra apresenta diferenças relativamente à população. No entanto, verifica-se que o local de trabalho que apresenta maior diferença em relação à

população é a ESTGM pois, dos 12 funcionários existentes, todos responderam ao inquérito.

A figura 36 ilustra a distribuição dos funcionários por local de trabalho.

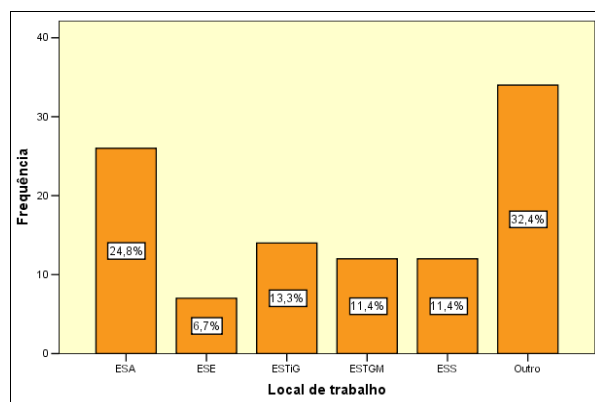


Figura 36 – Distribuição dos funcionários da amostra por local de trabalho

Fonte: Questionário aos funcionários.

Relativamente ao tempo de serviço, a maioria dos funcionários trabalha há menos de 11 anos no IPB (53,5%). A tabela 23 mostra a distribuição dos funcionários da amostra por anos de serviços, e foi utilizada no teste do Qui-quadrado, para verificar se existem diferenças significativas entre a amostra recolhida e a população

Tabela 23 – Comparação entre a população e a amostra de funcionários por anos de serviço

Classes	População ^(p)		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
<=5	36	16,1	14	14,1
]5;10]	72	32,1	39	39,4
]10;15]	28	12,5	16	16,2
]15;20]	62	27,7	18	18,2
>20	26	11,6	12	12,1
Total	224	100,0	99	100,0

Qui-quadrado=6,16 ($p>0,05$).

(p) População de 224 funcionários. Informação relativa a 30 de Junho de 2007.

Fonte: Secção de Pessoal do IPB e questionário aos funcionários.

Na tabela 23 não se observam diferenças em relação à população nesta característica, os anos de serviço. Os funcionários da amostra trabalham no IPB em média há 11,8 anos (mediana 10,0 anos), mas há diferenças entre as várias escolas. Os funcionários da ESA trabalham em média há 15,2 anos, os da ESE há 11,1 anos, os da ESTiG há 10,5 anos, os da ESTGM há 6,4 anos, e os da ESSa há 10,0 anos. Estes valores são razoáveis considerando a data de início de funcionamento de cada uma das escolas.

Da análise da amostra recolhida verifica-se que ela é bem ajustada à população em quase todas as categorias em estudo. A única exceção foi a característica “*local de trabalho*”, mas, como já foi sugerido, esta situação deveu-se possivelmente à elevada adesão dos funcionários de uma das escolas ao preenchimento do questionário.

Em conclusão, pode-se considerar que a amostra recolhida representa adequadamente a população em estudo, pelo que os resultados obtidos nesta amostra podem ser extrapolados para a população.

5.2 Caracterização da amostra

Após se verificar a adequação da amostra, pretendeu-se aferir se existia associação entre o local onde se exercem funções e as condições de trabalho, com base na tabela 24. No entanto, os pressupostos para a realização do teste Qui-quadrado não se verificaram.

Tabela 24 – Associação entre as condições de trabalho e o local onde é exercido

Condições de trabalho	Local de trabalho						Total
	ESA	ESE	ESTiG	ESTGM	ESSa	Outro	
Muito satisfatórias	6	1	7	1	1	5	21
Satisfatórias	15	4	7	2	4	11	43
Aceitáveis	4	2	0	8	5	15	34
Más	1	0	0	1	1	3	6
Total	26	7	14	12	11	34	104

Fonte: Questionário aos funcionários.

Segundo a tabela 24, pode-se considerar que a generalidade dos funcionários considera as suas condições de trabalho no mínimo aceitáveis, havendo muitos (61,5%) a considerá-las satisfatórias ou muito satisfatórias.

A próxima figura caracteriza a distribuição dos funcionários da amostra por habilitação académica.

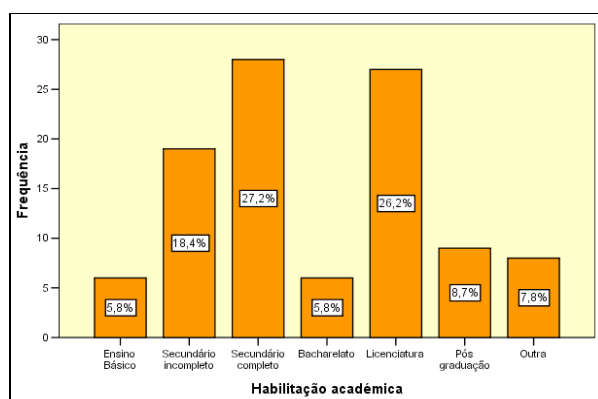


Figura 37 – Distribuição dos funcionários da amostra por habilitação académica

Fonte: Questionário aos funcionários.

A figura 37 mostra que a maioria dos funcionários (67,9%) possui o ensino secundário completo, sendo de salientar que 40,7% dos funcionários possui no mínimo o grau de bacharel.

A figura seguinte (fig. 38) representa o número de funcionários que decidiu mudar de residência para exercer as suas funções no IPB.

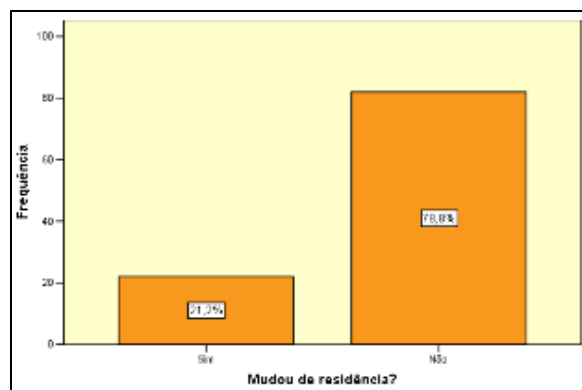


Figura 38 – Número de funcionários da amostra que mudaram ou não de residência

Fonte: Questionário aos funcionários.

Na análise sobre a mudança de residência para trabalhar no IPB verificou-se que só 21,2% dos inquiridos é que mudou de residência para exercer funções no IPB.

Realizou-se também um teste para analisar uma possível associação entre o concelho de naturalidade e o facto de ter mudado de residência para trabalhar no IPB. Apesar de não ter sido possível utilizar o teste Qui-quadrado, dado que os seus pressupostos não se verificam, é possível ver na figura 39 que a maioria dos funcionários não mudou de residência porque pertence ao concelho onde o IPB está mais representado – Bragança.

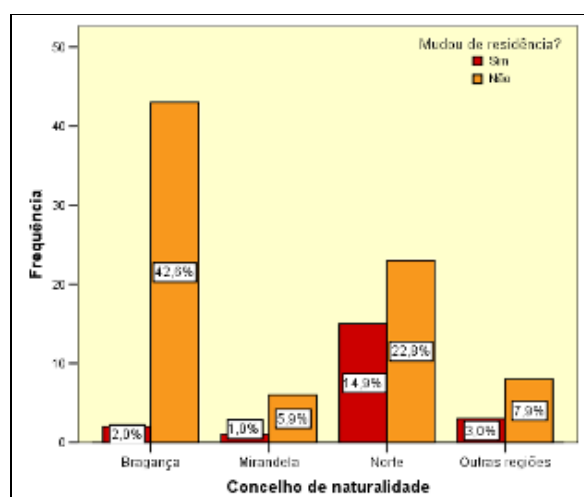


Figura 39 – Número de funcionários da amostra que mudaram ou não de residência

Fonte: Questionário aos funcionários.

Analisou-se também o agregado familiar dos funcionários, categorizando-o pelo número de elementos que o constituem. Na figura 40 encontram-se representados os agregados familiares dos funcionários da amostra.

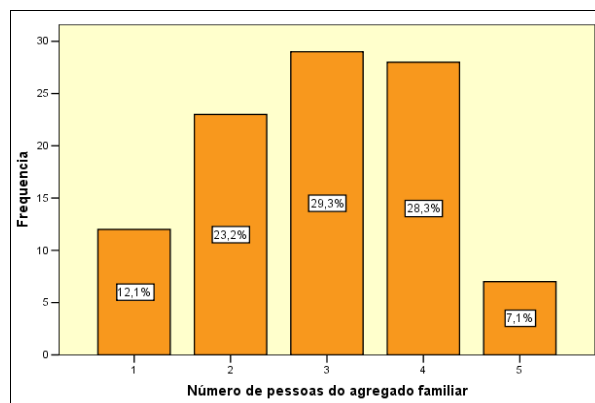


Figura 40 – Número de pessoas que constituem o agregado familiar dos funcionários inquiridos

Fonte: Questionário aos funcionários.

O agregado familiar é constituído em 57,6% dos casos por 3 ou 4 pessoas, em 23,2% é composto por 2 pessoas, e nas situações minoritárias por 1 ou por 5 ou mais pessoas, com 12,1 e 7,1% respectivamente.

Dos inquiridos, 81,9% afirmaram que têm filhos. O número de filhos dentro do agregado varia entre um filho (45,2%), dois filhos (42,9%) ou no máximo três filhos (11,9%), num total de 88 descendentes.

Na amostra, o número médio de filhos por funcionária em idade fértil é igual a 1,48 filhos e este valor é superior ao índice sintético de fecundidade de 2006, que se situava nos 1,36 filhos¹⁴. A idade média do filho mais novo é 15,4 anos (mediana 16,5).

Foi analisada a distribuição dos filhos por sistema de ensino, público ou privado. Dos 88 filhos, a informação recolhida refere que 59 (67,0 %) frequentam o ensino público e 29 (33,0%) frequentam o ensino privado. A tabela 25 mostra a distribuição entre ensino público e privado considerando os ciclos de ensino.

¹⁴ Acedido em 05/11/2008, disponível em www.ine.pt.

Tabela 25 – Distribuição dos filhos dos funcionários da amostra por ciclo de ensino e tipo de instituição

Tipo de Instituição	Nível de ensino						Total
	Infantário	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Outro ^(q)	
Instituição pública	4	11	6	3	13	22	59
Instituição privada	18	5	0	0	2	4	29
Total	22	16	6	3	15	26	88

(q) Os funcionários que identificaram como “outro” o nível de ensino em que os filhos se encontravam, referem-se maioritariamente aos filhos que estão a frequentar o ensino superior.

Fonte: Questionário aos funcionários.

Da tabela 25 pode-se concluir que os funcionários optam por instituições privadas ao nível do infantário e depois colocam os filhos, na maioria dos casos, a estudar em instituições de ensino públicas.

As figuras 41 e 42 apresentam a distribuição do número de filhos que frequenta o ensino público e o ensino privado, respectivamente.

A figura 41 exhibe o número de filhos que frequenta instituições de ensino públicas. Vê-se que 81,6% dos inquiridos só tem um filho nessas instituições, enquanto os restantes possuem dois filhos e surge apenas um caso com três filhos em instituições públicas.

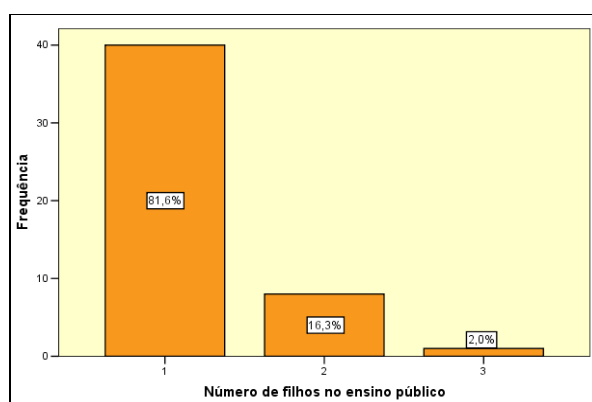


Figura 41 – Número de filhos dos funcionários da amostra que frequentam o ensino público

Fonte: Questionário aos funcionários.

Como se observa na figura 42, o número de filhos por agregado que frequenta uma instituição de ensino privada é na maioria dos casos um filho (em 78,3%), havendo também algumas famílias com dois filhos. No entanto, só há um caso em que os três filhos estão em instituições privadas.

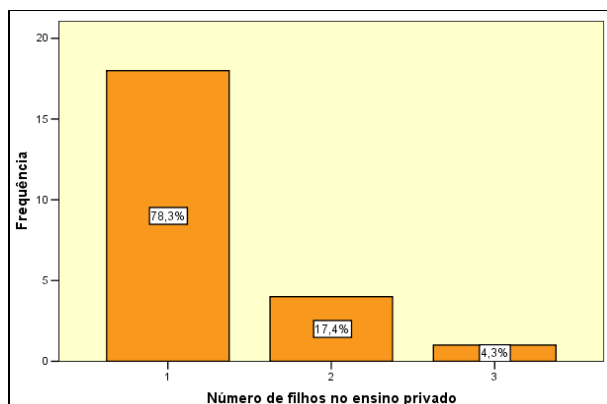


Figura 42 – Número de filhos dos funcionários da amostra que frequentam o ensino privado

Fonte: Questionário aos funcionários.

Resumidamente, podem-se caracterizar os funcionários do IPB nos seguintes aspectos:

Os funcionários são maioritariamente do sexo feminino (54,9%), com uma idade média de 42,9 anos e estão em média há 11,8 anos ao serviço do IPB. A maior parte dos funcionários trabalha nos serviços centrais ou na ESA, que são os locais que funcionam há mais tempo e, por isso, onde trabalham os funcionários com mais anos de serviço. São muitos os funcionários naturais do concelho onde trabalham e, por isso, só 21,2% mudou de residência para trabalhar no IPB.

A maior parte dos funcionários possui no mínimo o ensino secundário completo e 34,9% possui no mínimo uma licenciatura.

Os funcionários que têm filhos (81,9%) possuem um, dois, ou três filhos. Maioritariamente, optam por colocá-los durante o infantário em instituições privadas e, nos níveis de ensino seguintes, em instituições públicas.

5.3 Caracterização Económica (condições de vida)

As condições de vida dos funcionários foram caracterizadas nos seguintes aspectos: tipo de alojamento, rendimento médio mensal, gastos médios, e poupança média mensal.

A primeira categoria – *alojamento* – está ilustrada na próxima figura.

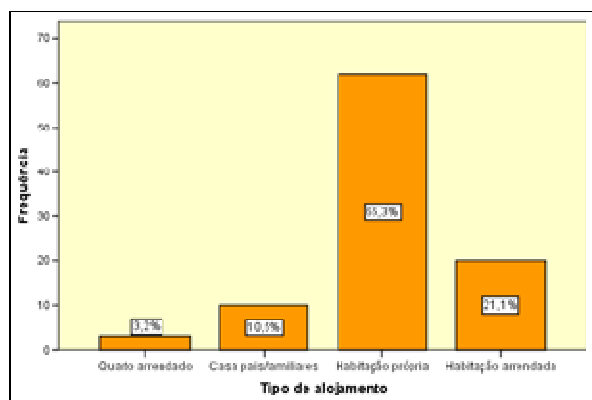
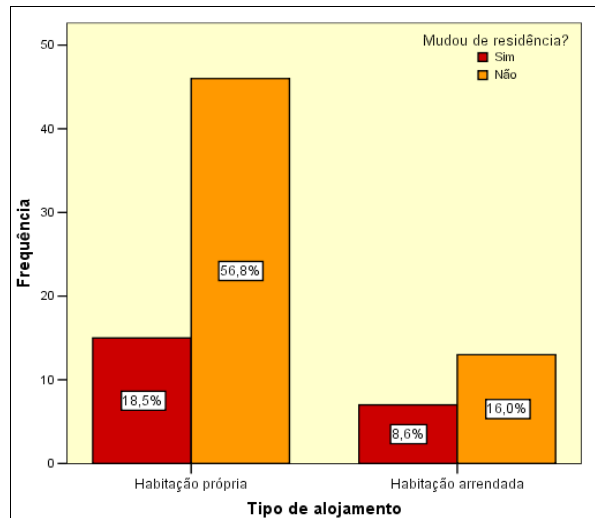


Figura 43 – Tipo de alojamento durante o período lectivo dos funcionários da amostra

Fonte: Questionário aos funcionários.

Da análise da figura 43 verifica-se que o tipo de alojamento dos funcionários é maioritariamente (65,3%) em casa/apartamento próprio, havendo ainda 21,1% que reside em habitação arrendada.

Verifica-se de seguida se existe alguma associação entre o facto de terem mudado de residência e residirem em habitação própria ou arrendada (figura 44).



Qui-quadrado=0,825 ($p>0,05$).

Figura 44 – Tipo de alojamento versus ter mudado de residência dos funcionários da amostra

Fonte: Questionário aos funcionários.

Nenhum dos funcionários que mudou de residência foi habitar junto de família ou arrendou um quarto, mas, como se depreende da figura 44, não há evidências que sugiram que os funcionários que mudaram de residência, preferencialmente optaram por adquirir ou arrendar uma habitação.

Foi pedido aos inquiridos que identificassem o rendimento líquido do seu agregado familiar, dentro das nove classes possíveis, mas só existem registos em sete (figura 45).

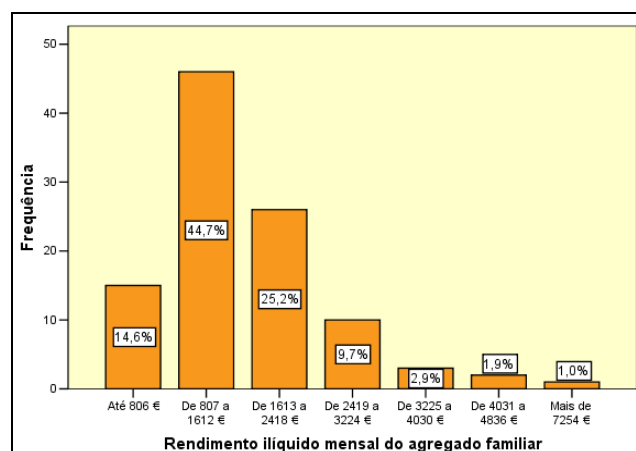


Figura 45 – Rendimento líquido mensal do agregado familiar dos funcionários da amostra

Fonte: Questionário aos funcionários.

A figura 45 descreve o rendimento líquido dos funcionários nas várias classes consideradas. Nesta figura verifica-se que 84,5% dos agregados familiares dos funcionários recebem no máximo 2.418 euros líquidos mensais, mas é de realçar que 59,3% só atinge os 1.612 euros. O rendimento líquido médio mensal do agregado familiar dos funcionários é de 1.314 euros¹⁵. Este valor é bastante inferior ao rendimento líquido médio mensal das famílias portuguesas, estimado em 2.093 euros, e é também inferior aos das famílias da região Norte, cujo rendimento médio mensal atinge os 1.843 euros¹⁶.

Analisa-se em seguida os gastos médios mensais dos agregados familiares dos funcionários relativamente às seguintes categorias: alojamento, educação dos filhos, alimentação, material escolar, saúde, lazer, bens pessoais, material informático, despesas correntes e outros.

As variáveis analisadas sobre os gastos médios mensais, foram de resposta aberta e, por isso, tiveram de ser recodificadas, passando a apresentar intervalos de valores. Por exemplo, no caso da primeira categoria alojamento, foram consideradas as seguintes classes: “até 200 €”, “de 201 a 400 €”, “de 401 a 600 €”, “de 601 a 800 €” e “mais de 800 €”.

A figura seguinte (fig. 46) apresenta a distribuição dos gastos com o alojamento nas cinco categorias consideradas.

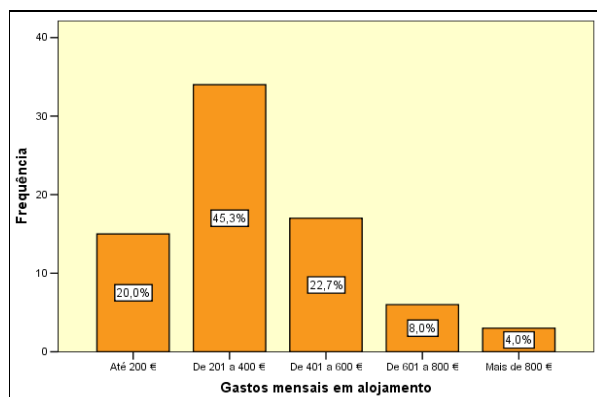


Figura 46 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com o alojamento

Fonte: Questionário aos funcionários.

¹⁵ Calculado pelo mesmo método utilizado para o caso dos docentes.

¹⁶ Valores calculados pelo mesmo método utilizado para o caso dos docentes.

Da figura 46 observa-se que a maioria dos funcionários gasta no máximo 400 euros por mês com o alojamento do seu agregado familiar.

Na análise dos gastos médios mensais com a educação dos filhos seleccionaram-se os inquéritos que na questão “*Tem filhos?*” responderam *sim*. A figura 47 caracteriza estes gastos.

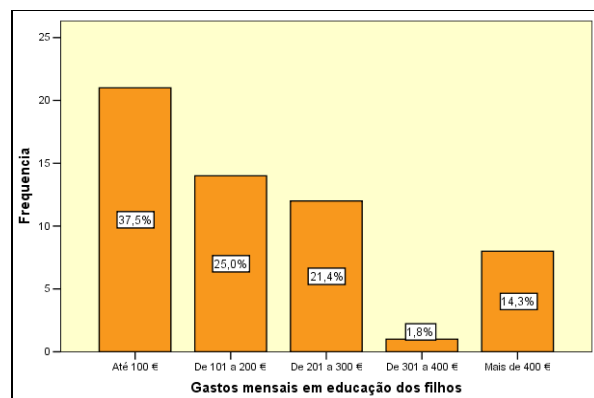


Figura 47 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com a educação dos filhos

Fonte: Questionário aos funcionários.

Tal como já foi referido, 67,0% dos filhos dos funcionários estudam no ensino público enquanto 33,0% estudam no ensino privado. Os gastos mensais por filho são em média 156,5 euros (mediana 100,0).

A figura seguinte (fig. 48) apresenta os gastos com alimentação. Verifica-se que há uma maior frequência de gastos na categoria de “251 a 500 euros” (45,2%), no entanto, também a categoria de gastos com a alimentação “até 250 euros” apresenta uma percentagem elevada de respostas (31,0%).

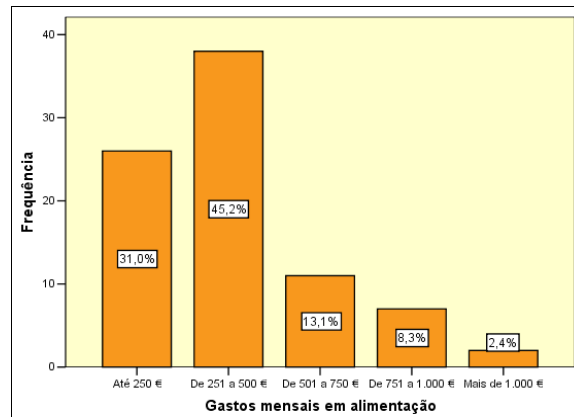


Figura 48 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com a alimentação

Fonte: Questionário aos funcionários.

Aos funcionários foi perguntado onde fazem regularmente as refeições principais, sendo as alternativas consideradas: casa, bar, cantina e estabelecimentos comerciais (tabela 26).

Dos inquiridos 39,9% faz todas as refeições em casa, 15,0% toma o pequeno-almoço e jantar e 14,4% almoça na cantina. Há ainda 10,5% que toma o pequeno-almoço no bar. Pelas baixas ou inexistentes frequências observadas nas outras situações possíveis é este o comportamento maioritário dos funcionários.

Tabela 26 – Relação entre o tipo de refeições e o local onde são realizadas (em percentagem)

Tipo de refeição	Local onde realizam as refeições			
	Casa	Cantina	Bar	Estab. Comerciais
Só Pequeno-almoço	1,3	0,0	10,5	0,0
Só almoço	0,0	14,4	3,3	3,3
Só Jantar	3,3	0,0	0,0	0,0
Pequeno-almoço & almoço	0,0	0,7	0,0	0,0
Pequeno-almoço & jantar	15,0	0,0	0,0	0,0
Almoço & jantar	6,5	0,7	0,0	0,7
Todas	39,9	0,0	0,0	0,7
Total	66,0	15,7	13,7	4,6

Fonte: Questionário aos funcionários.

A análise da tabela 26 sugere que a maioria dos funcionários fazem todas as refeições em casa ou pelo menos antes de sair e quando regressam do trabalho (pequeno-almoço e

jantar). Em todas as outras situações recorrem aos serviços do IPB. Os funcionários raramente fazem refeições em estabelecimentos comerciais.

Dos inquiridos analisados, 68,6% dos agregados familiares dos inquiridos gasta até 50 euros mensais em material escolar, como se observa na figura 49.

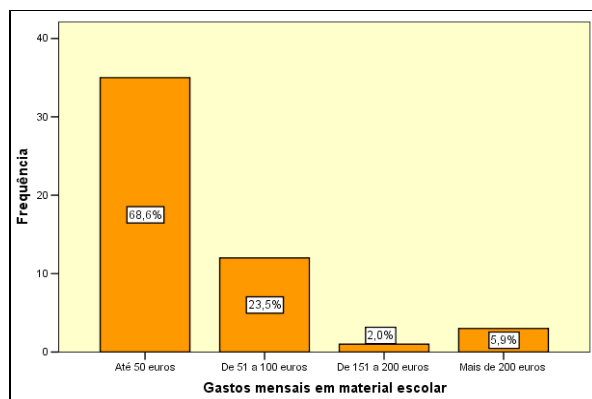


Figura 49 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com material escolar

Fonte: Questionário aos funcionários.

Outra categoria de gastos analisada foi a de gastos em bens pessoais. Esta categoria está representada na figura 50.

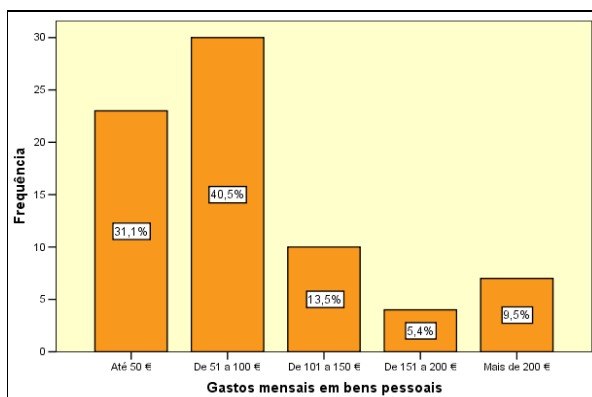


Figura 50 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com bens pessoais

Fonte: Questionário aos funcionários.

A figura 50 descreve os gastos médios mensais em bens pessoais, entre os quais se incluem roupa, artigos de higiene, ou detergentes. Em 71,6% dos casos atingem os 100 euros (31,1% dos agregados dos inquiridos gasta até 50 euros e 40,5% declara gastar de 51 a 100 euros). A categoria analisada em seguida é relativa aos gastos com o material informático. Esta categoria é descrita na figura 51.

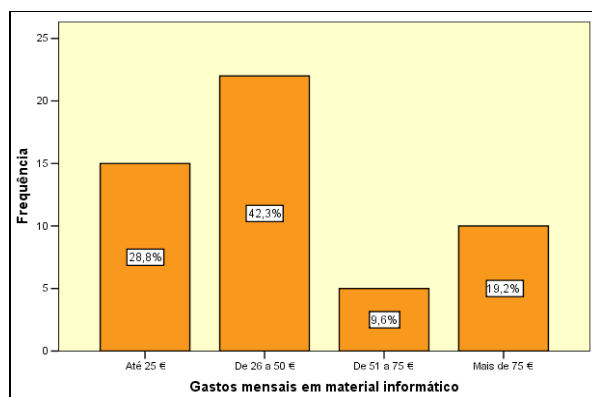


Figura 51 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com material informático

Fonte: Questionário aos funcionários.

Na análise dos gastos com material informático, de acordo com o resumo adiante apresentado, a média dos gastos por mês é de 48,0 euros e a mediana é 50,0 euros.

A categoria dos gastos mensais em saúde surge na próxima figura (fig. 52).

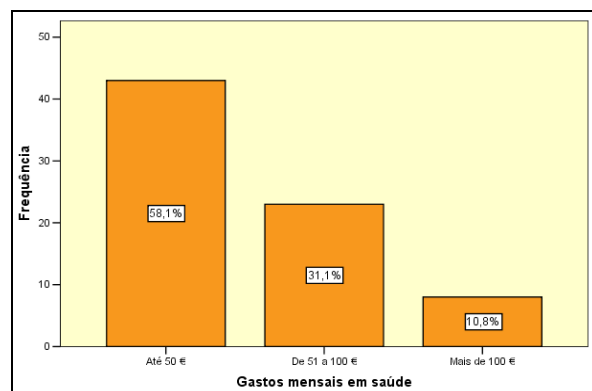


Figura 52 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra em saúde

Fonte: Questionário aos funcionários.

Na figura 52 pode-se observar que a maioria dos agregados familiares dos funcionários gasta no máximo 50 euros mensais em despesas de saúde.

A figura 53 representa os gastos dos funcionários em actividades de lazer.

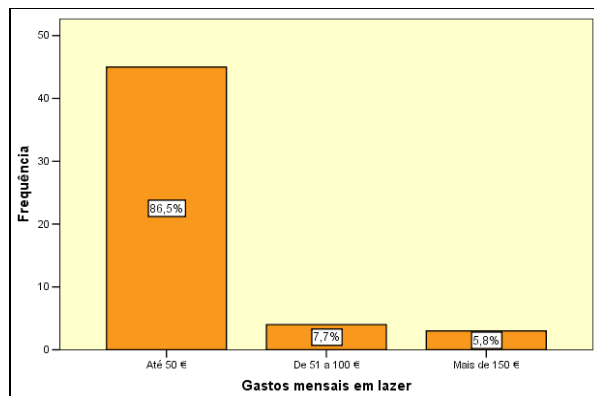


Figura 53 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra em lazer

Fonte: Questionário aos funcionários.

A figura 53 mostra que a maioria (86,5%) dos agregados familiares dos funcionários gasta até 50 euros mensais com actividades de lazer.

Na próxima figura (fig. 54) estão representados os gastos mensais dos funcionários em despesas correntes, como a electricidade, a água, o gás, etc..

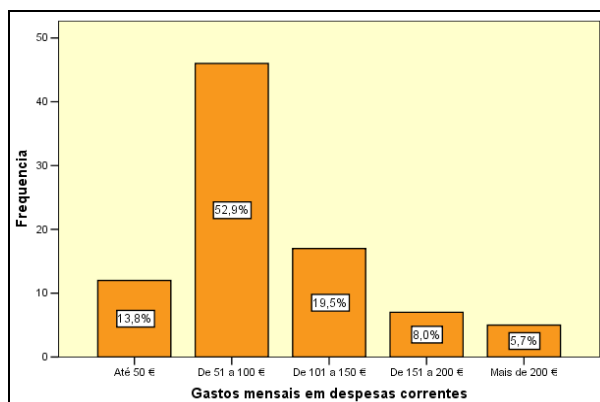


Figura 54 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com despesas correntes mensais

Fonte: Questionário aos funcionários.

A última categoria analisada foi “outras despesas”, onde 30 funcionários identificaram valores gastos com actividades ou bens não incluídos nas categorias anteriores. No entanto, 12 inquiridos identificaram como outras despesas valores gastos em combustível e foram, por isso, eliminados para não haver duplicação de valores. Os restantes identificaram nesta categoria os gastos com a empregada doméstica, propinas e prestações bancárias.

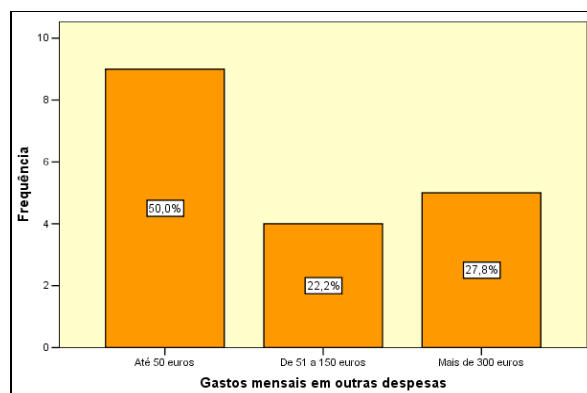


Figura 55 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra com outras despesas

Fonte: Questionário aos funcionários.

Relativamente à questão se possuíam meio de transporte e qual, verificou-se que quase 90% dos inquiridos possui automóvel, e só quatro inquiridos possuem mota e cinco motorizada (havendo também 2 que referem possuir bicicleta).

Foram analisados os gastos mensais com o transporte próprio e com outros transportes. As figuras seguintes (fig. 56 e 57) descrevem as duas situações.

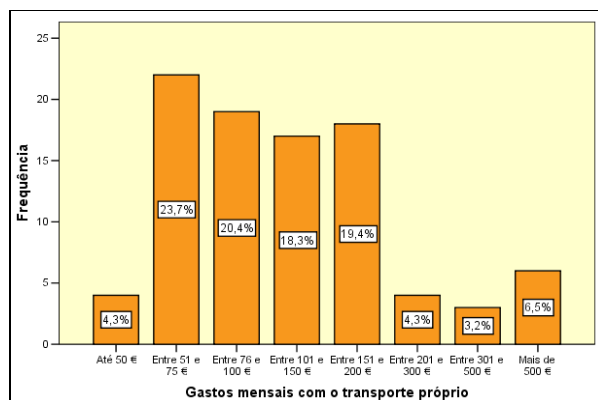


Figura 56 – Gastos médios mensais com os transportes próprios dos funcionários

Fonte: Questionário aos funcionários.

Nos gastos com o próprio transporte, representados na figura 56, a maioria gasta no máximo 200 euros mensalmente.

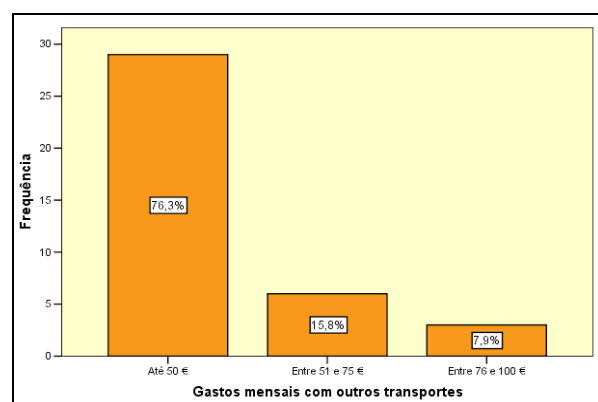


Figura 57 – Gastos médios mensais com outros transportes dos funcionários

Fonte: Questionário aos funcionários.

Os gastos dos funcionários com outros transportes, como se pode ver na figura 57, é baixo quando comparado com os gastos suportados com o meio de transporte próprio (76,3% gasta até 50 euros por mês).

A média dos gastos mensais com o transporte próprio e com outros transportes é:

- Se possuem transporte próprio (92,2%), 149,1 euros por mês (91 funcionários) e 36,3 euros por mês (37 funcionários), respectivamente.

- Se não possuem transporte próprio (7,8%), só têm gastos com outros transportes no montante de 25,0 euros por mês (5 funcionários).

Das várias categorias de gastos anteriores foi construída a tabela 27 que contém um resumo das estatísticas.

Tabela 27 – Resumo dos gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra (em euros)

	Alojamento	Educação filhos ^(s)	Alimentação	Material escolar	Transportes
N	75	56	84	51	91
Média	374,3	214,9	427,9	68,2	147,3
Mediana	221,7	188,9	261,9	95,8	
Desvio padrão	300,0	150,0	400,0	50,0	
Mínimo ^(r)	29	35	30	1	
Máximo	1000	970	1500	600	
Percentil 25	250,0	100,0	250,0	20,0	
Percentil 75	500,0	250,0	500,0	80,0	

	Bens pessoais	Material informático	Saúde	Lazer	Despesas correntes	Outras despesas
N	74	52	74	52	87	18
Média	121,1	48,0	77,6	40,0	110,5	209,9
Mediana	106,2	44,0	100,9	45,8	58,8	291,6
Desvio padrão	100,0	50,0	50,0	25,0	100,0	52,5
Mínimo (a)	15	12	2	5	20	8
Máximo	550	250	700	200	350	1050
Percentil 25	50,0	20,0	32,3	10,0	80,0	17,0
Percentil 75	150,0	60,0	100,0	50,0	122,0	500,0

(r) Foi considerado como mínimo o menor valor diferente de zero.

(s) Nesta categoria só foram considerados os inquiridos que na pergunta “*tem filhos?*” responderam *sim*.

Fonte: Questionário aos funcionários.

A tabela 27 mostra que os funcionários gastam a maior parte do seu rendimento em alojamento e alimentação, sendo a educação dos filhos a categoria seguinte mais representativa.

Considerando uma única variável designada *Gastos_totais*, como a soma de todos os gastos mensais das diferentes rubricas, obtém-se o seguinte valor total médio mensal (figura 58).

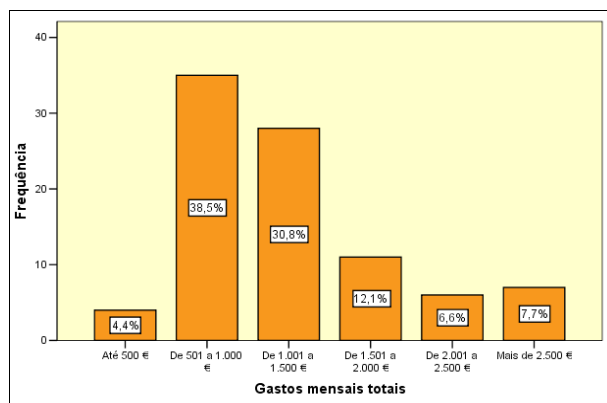


Figura 58 – Gastos médios mensais totais do agregado familiar dos funcionários

Fonte: Questionário aos funcionários.

Em termos médios mensais de gastos totais, dos 93 inquiridos que apresentaram valores nas diferentes rubricas, cada agregado familiar gasta em média por mês: se tiverem filhos (81,9%), 1.348,8 euros por mês (mediana 1.240,0 euros) e se não tiverem filhos (18,1%), 849,9 euros por mês (mediana 766,0 euros).

Na tabela 28 especifica-se o gasto médio mensal total do agregado familiar dos funcionários, em função do número de filhos.

Tabela 28 – Gasto médio mensal total do agregado familiar, por número de filhos

	Número de filhos			
	0	1	2	3
N	19	36	29	9
Total dos funcionários	18,1%	37,1%	35,1%	9,8%
Gasto médio mensal (em euros)	849,9	1.178,7	1.496,6	1.477,1
Gasto médio mensal com transportes (em euros)	169,0	108,4	175,1	154,5
Gasto Médio Mensal Total (em euros)	1018,9	1287,1	1671,7	1631,6

Fonte: Questionário aos funcionários.

Da análise à tabela 28 verifica-se que há um aumento em 26,3% nas despesas dos funcionários sem filhos para os que têm 1 filho, e um aumento nos gastos de 29,9%, quando se analisa a situação de 2 filhos, comparativamente a 1 filho. No entanto, as famílias com 3 filhos apresentam uma diminuição de 2,4% nos gastos.

Na tabela seguinte, faz-se um resumo dos gastos dos funcionários, em função do número de filhos (tabela 29).

Tabela 29 – Gastos médios mensais do agregado familiar dos funcionários da amostra, por número de filhos

Número de filhos	Alimentação	Alojamento	Outras despesas	Educação filhos	Transporte	Bens pessoais
0 filhos (18,1%)	284,4	321,6	151,3	--	169,0	80,0
1 filho (37,1%)	351,6	363,8	283,3	198,8	108,4	104,8
2 filhos (35,1%)	536,8	442,2	138,6	235,5	175,1	152,3
3 filhos (9,8%)	582,5	306,0	285,0	243,3	154,5	145,0
Média	427,0 €	378,0 €	208,8 €	180,0 €	147,3 €	120,9 €
% gastos mensais	23,6%	20,9%	11,5%	10,0%	8,1%	6,7%
%[min-max] filhos	[20,4-27,2]	[14,3-25,3]	[6,7-16,5]	[11,3-11,5]	[6,3-13,3]	[6,1-7,3]

Número de filhos	Despesas correntes	Saúde	Material escolar	Material informático	Lazer	Total médio (Sem transp.)	Total médio (Com transp.)
0 filhos (18,1%)	74,7	65,0	52,5	39,2	35,5	849,9	934,4
1 filho (37,1%)	106,3	81,3	53,0	42,9	27,1	1.178,7	1232,9
2 filhos (35,1%)	120,0	83,7	76,5	61,5	61,5	1.496,6	1584,15
3 filhos (9,8%)	150,4	62,8	116,7	40,3	55,0	1.477,2	1554,45
Média	109,7 €	77,4 €	67,4 €	48,5 €	43,4 €	1.661,1 €	1.808,4 €
% gastos mensais	6,1%	4,3%	3,7%	2,7%	2,4%	--	100%
%[min-max] filhos	[5,8-7,0]	[2,9-5,1]	[3,1-5,4]	[1,9-3,1]	[1,6-3,0]		

Fonte: Questionário aos funcionários.

A tabela 29 exhibe os totais médios mensais dos gastos dos agregados familiares, por número de filhos. Existem algumas variações relativamente aos valores obtidos na tabela 27, mas considerando que nesta tabela houve uma ponderação dos valores em função do número de filhos existentes em cada agregado familiar, estes valores deverão ser mais exactos.

As três primeiras categorias concentram 56,0% dos gastos mensais dos agregados e, se consideramos a categoria habitação na forma apresentada pelo INE (alojamento + despesas correntes) este valor sobe para 62,1%.

Os gastos médios mensais foram estimados anualmente para os agregados familiares dos funcionários e comparadas com o “Inquérito às despesas das famílias 2005/2006”, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2008c), (tabela 30).

Tabela 30 – Quadro comparativo da despesa total anual média do agregado familiar dos funcionários e das famílias portuguesas

Categoria dos gastos	Amostra (em euros)	Amostra (em %)	Portugal (em %)	Norte (em %)
Alojamento e despesas correntes ^(t)	5.852,4	36,5%	26,6	25,6
Ensino ^(u)	2.248,8	14,0%	1,7	1,8
Alimentação	5.124,0	32,0%	15,5	16,9
Bebidas alcoólicas	--	--	2,3	2,5
Vestuário e calçado	--	--	4,1	4,4
Móveis, artigos decoração	--	--	4,8	4,8
Bens pessoais ^(v)	1.450,8	9,1%	6,5	6,4
Saúde	928,8	5,8%	6,1	5,7
Lazer ^(x)	1.102,8	6,9%	5,7	5,4
Transportes	1767,6	11,0%	12,9	12,8
Comunicações	--	--	2,9	2,8
Outras despesas	2505,6	15,6%	--	--
Hotéis, restaurantes, cafés e similares	--	--	10,8	11,1
Despesa média anual por agregado	16.017,6 €	100%	100% (18.046 € ^(z))	100% (17.417 € ^(z))
Despesa média mensal por agregado	1.334,8 €	--	1.503,8 €	1.451,4 €

(t) Os valores *per capita* das categorias alojamento e despesas correntes foram, respectivamente, 146,0 e 40,8 euros. O valor indicado é a soma de ambas as categorias devido ao referido estudo apresentar estes dois valores reunidos numa só categoria “*Habituação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis*”.

(u) Os valores apresentados são a soma das categorias *educação dos filhos* e *material escolar* (154,8 e 104,4 euros, respectivamente), dado que no estudo do INE só aparece a categoria *ensino*.

(v) Esta categoria é identificada no estudo como “*outros bens e serviços*” e os montantes que se apresentam são os que o INE identificou nessa categoria.

(x) Nesta categoria foi adicionada a despesa com informática, dado que no estudo do INE estão reunidas numa só categoria “*lazer, distracção e cultura*”.

(z) Dado que os valores anuais do INE (2008c) se referem ao período de Outubro de 2005 a Outubro de 2006, actualizaram-se para 2006/2007, com base no valor da inflação de 2007 (2,5%), para permitir comparações.

Fonte: Questionário aos funcionários e INE (2008c).

Através da tabela 30 pode-se comparar os gastos médios dos agregados familiares dos funcionários do IPB e os gastos médios da população portuguesa e da classificação NUTS II – Norte. As famílias dos funcionários gastam, em média, menos 6% do que as famílias da região NUT II Norte e menos 9% do que as famílias portuguesas.

Um outro elemento analisado foi o número de visitas que os funcionários recebem, o tempo de permanência dessas visitas e os respectivos gastos diários. Pode-se observar na figura seguinte (fig. 59) o número de visitas anuais recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de região para trabalhar no IPB. Considera-se que aqueles que não mudaram de

região receberiam essas visitas independentemente de trabalharem ou não no IPB e, por isso, este valor não estaria relacionado directamente com o IPB.

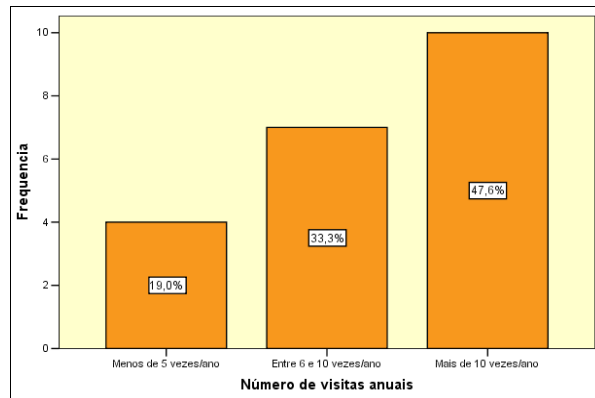


Figura 59 – Número de visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência

Fonte: Questionário aos funcionários.

Na figura 60 surge a duração de cada visita, que em 70,0% dos casos demora entre 24 e 48 horas, o que sugere que são visitas que pernoitam.

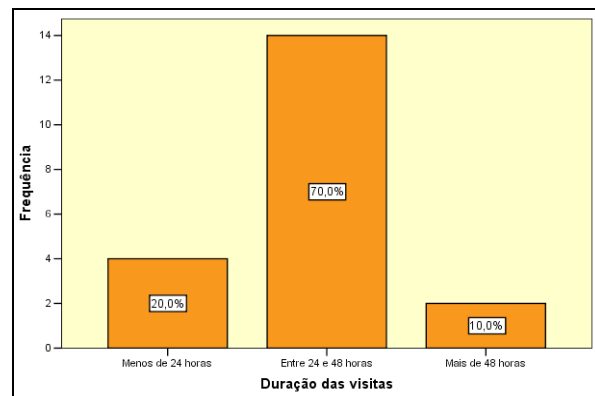


Figura 60 – Duração média das visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência

Fonte: Questionário aos funcionários.

Outro aspecto relativo às visitas recebidas é saber qual o valor gasto durante a sua estadia. Este valor é descrito pela figura 61.

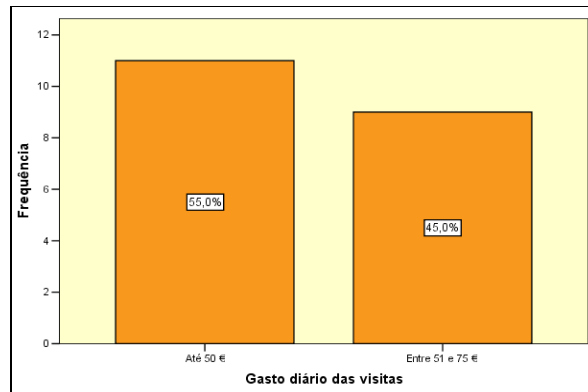


Figura 61 – Gasto médio diário das visitas recebidas pelos funcionários da amostra que mudaram de residência

Fonte: Questionário aos funcionários.

Das figuras anteriores sobre as visitas recebidas, pode-se considerar que os funcionários do IPB que mudaram de residência recebem em média 7,9 visitas por ano, cada visita permanece em média 32,4 horas e gasta diariamente 42,1 euros. Portanto, cada funcionário introduz anualmente na região, na forma dos gastos das suas visitas, 449,3 euros.

Também é necessário analisar os movimentos bancários nas regiões em análise, para isso, estudaram-se os depósitos salariais e das poupanças mensais.

Dos inquiridos, 94,1% recebem o seu salário através de uma transferência bancária do IPB, mas apenas 84,3% é que realizam uma poupança, numa conta bancária do concelho onde trabalham. A figura seguinte (fig. 62) traduz as poupanças dos funcionários.

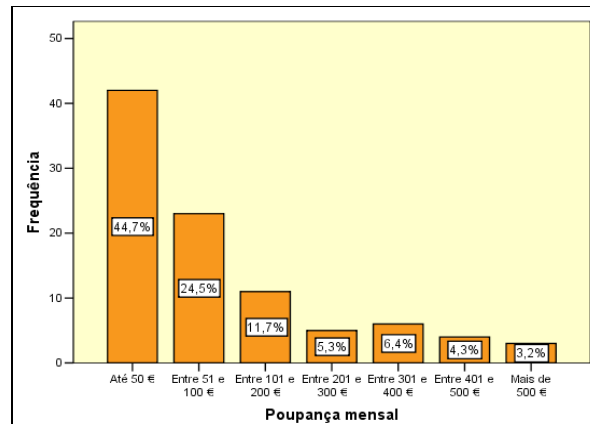


Figura 62 – Poupança média mensal depositada pelos funcionários numa conta do concelho onde trabalham

Fonte: Questionário aos funcionários.

O montante dessa poupança é, para a maioria dos inquiridos, até 50 euros (44,7%), sendo que 69,1% poupa no máximo 100 euros mensalmente. Na tabela seguinte estuda-se a possibilidade de haver alguma associação entre os montantes poupados mensalmente e o rendimento mensal auferido, mas não há evidências dessa associação.

Tabela 31 – Associação entre a poupança média mensal e o rendimento médio mensal

Poupança média mensal	Rendimento médio mensal				Total
	Até 806 €	De 807 a 1612 €	De 1613 a 2418 €	Mais de 2419 €	
Menos de 50 €	10	24	5	3	42
Entre 51 e 100 €	1	7	9	6	23
Entre 101 e 200 €	0	5	5	1	11
Mais de 201 €	1	6	5	6	18
Total	12	42	24	16	94

Qui-quadrado=23,66 (p>0,05).

Fonte: Questionário aos funcionários.

Para além da análise ao depósito do salário e da poupança mensal, também a existência de empréstimo nas agências bancárias dos concelhos de acção do IPB é um factor importante para a região. Relativamente aos empréstimos concedidos, verifica-se que, dos inquiridos, 60,4% tem um empréstimo numa agência bancária do concelho onde trabalha.

Analisa-se de seguida as variáveis associadas à existência de empréstimos, o seu montante inicial e o destino dos mesmos. A figura seguinte (fig. 63) refere-se ao montante inicialmente obtido no empréstimo.

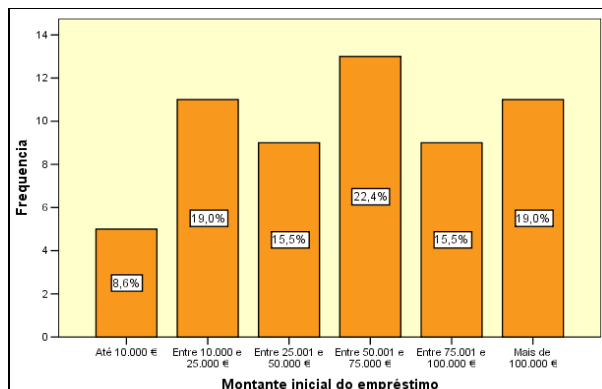


Figura 63 – Montante inicial dos empréstimos obtidos pelos funcionários da amostra através de uma conta do concelho onde trabalham

Fonte: Questionário aos funcionários.

Na figura 63 observa-se que 56,9% (33 inquiridos) obteve um empréstimo bancário superior a 50.000 euros. Dos empréstimos concedidos pelas instituições bancárias a maioria investiu na aquisição de habitação própria. A figura 64 representa esse investimento.

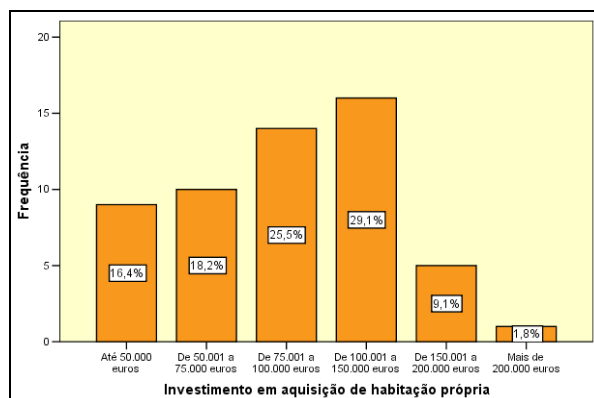


Figura 64 – Montante investido na aquisição de habitação própria pelos funcionários

Fonte: Questionário aos funcionários.

Na figura 64 vê-se que 83,6% (46 inquiridos) investiu mais de 50.000 euros. No entanto, quando se compara o número de funcionários que investiu mais de 50.000 euros na aquisição de habitação própria com o número que pediu um empréstimo superior a este valor verifica-se que há uma diferença de 13 indivíduos. O que sugere que houve um investimento de poupanças ou ajuda de familiares. Os funcionários investiram em média 104.283,0 euros.

A aquisição de automóvel próprio é o segundo destino dado aos empréstimos obtidos, cuja descrição aparece na figura seguinte.

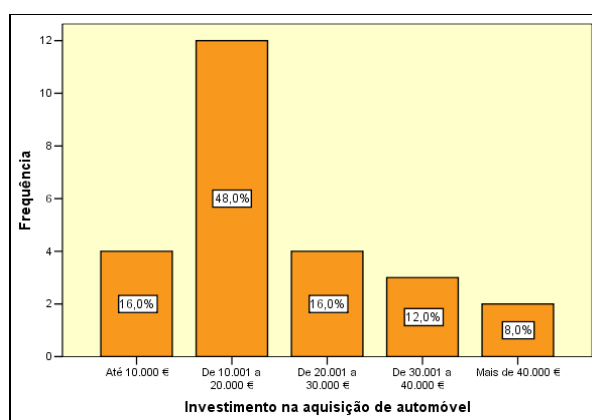


Figura 65 – Montante investido na aquisição de automóvel pelos funcionários

Fonte: Questionário aos funcionários.

Como se pode ver na figura 65, a maioria dos funcionários (64,0%) investiu no máximo 20.000 euros na aquisição do automóvel, mas 48,0% investiu entre 10.001 e 20.000 euros. Os funcionários apresentam um investimento médio de 21.760,9 euros (mediana 16.000 euros).

A tabela seguinte apresenta um resumo sobre os montantes emprestados pelos bancos e o seu respectivo destino.

Tabela 32 – Resumo dos empréstimos obtidos pelos funcionários (em euros)

	Casa própria	Automóvel	Outro
N	53	23	1
Média	104.283,0	21.760,9	60.000,0
Mediana	100.000,0	16.000,0	60.000,0
Mínimo	10.000	2.000	60.000
Máximo	300.000	50.000	60.000

Fonte: Questionário aos funcionários.

Na tabela 32 não há referências a investimentos em empresas ou em casas para arrendar porque nenhum funcionário investiu numa empresa da região nem na aquisição de casa para arrendar (o único inquirido onde tal foi declarado referiu um investimento de 150 euros não sendo contudo considerado na análise). Na construção desta tabela não se consideraram as respostas que apresentavam montante zero na respectiva categoria, por se considerar que distorciam os valores efectivos.

5.4 Síntese da análise aos funcionários

Os funcionários são maioritariamente do sexo feminino (54,9%), têm uma idade média de 42,9 anos e trabalham em média há 11,8 anos para o IPB. Em termos de habilitação académica, a maioria (67,9%) possui o ensino secundário completo, havendo 40,7% que são no mínimo bacharéis.

O agregado familiar é em 80,8% dos casos composto por 2 a 4 pessoas e no máximo há famílias de 5 pessoas. A quase a totalidade dos inquiridos tem filhos (81,9%), e na maioria dos casos (88,1%) com 1 ou 2 filhos.

O agregado familiar dos funcionários auferem um rendimento líquido médio mensal de 1.313,9 euros e tem um gasto total médio mensal de 1.334,8 euros (com 50% dos transportes, porque com 100% dos transportes este valor sobe para 1.408,4 euros).

As despesas principais do agregado familiar dos funcionários são com a alimentação, alojamento, outras despesas e a educação dos filhos, por ordem decrescente de importância.

As três primeiras categorias concentram 56,0% dos gastos mensais dos agregados e, se consideramos a categoria habitação de acordo com o estudo do INE (alojamento e despesas correntes), este valor sobe para 62,1% (sendo muito superior ao valor do estudo que é de 42,5%).

Salienta-se que os funcionários do IPB não têm a despesa com a habitação como a “*principal afectação das despesas familiares*”. A principal *consumidora* do orçamento médio mensal do agregado familiar é a alimentação.

Os funcionários que mudaram de residência contribuem anualmente, sob a forma dos gastos das visitas que recebem, com 449,3 € para a região, no entanto, foram poucos os funcionários que mudaram de residência (21,2%).

Em termos de movimentações bancárias, maioritariamente (56,9%) contraem empréstimos em agências bancárias do concelho onde trabalham e poupam em média 118,1 euros por mês. O destino principal desses empréstimos é, em 68,8% dos casos, para habitação própria permanente, com valor médio de 104.283,0 €, ou para aquisição de automóvel (29,9%), no montante médio de 21.760,9 €. Em ambos os casos, este investimento foi feito no concelho onde trabalham.

5.5 Aspectos diferenciais entre docentes e funcionários

Nesta secção faz-se a comparação entre docentes e funcionários. Para simplificar a comparação foram seleccionadas exclusivamente as diferenças observadas, quer em termos de características demográficas quer em termos de gastos. Na tabela 33 apresentam-se as principais diferenças encontradas.

Tabela 33 – Comparação entre docentes e funcionários

	Docentes	Funcionários
Sexo feminino	46,7%	54,9%
Idade média	36,6 anos	42,9 anos
Número de anos a trabalhar para o IPB	9,9 anos	11,8 anos
Têm filhos	52,8%	81,9%
Número médio de filhos por mulher em idade fértil	0,54 filhos	1,48 filhos
Idade média do filho mais novo	7,2 anos	15,4 anos
Faz todas as refeições em casa	20,7%	40,0%
Gasto médio mensal do agregado familiar	1.831 euros	1.408 euros
Rendimento líquido médio mensal do agregado familiar	2.241 euros	1.314 euros
Poupança média mensal	348 euros	118 euros
Reside em habitação própria?	72,2%	65,3%
Investimento na aquisição da habitação própria	124.622 euros	104.283 euros
Investimento na aquisição de automóvel	32.794 euros	21.761 euros

Fonte: Questionários aos funcionários e aos docentes.

Na tabela 33 verifica-se que, comparativamente aos docentes, há mais funcionários com filhos e também têm em média em maior número (ressalva-se que não há funcionários com 4 filhos como acontece nos docentes). Esta diferença pode ser justificada pela maior idade dos funcionários (que apresentam uma média etária de 42,9 anos comparativamente aos 36,6 anos dos docentes), pois provavelmente já constituíram família há mais tempo e também já tiveram todos os filhos desejados (dado que a idade do mais novo é 15,4 anos), enquanto os docentes ainda poderão ter mais filhos. Esta suposição é também suportada pelo facto de ainda só 52,8% dos docentes terem filhos contra 81,9% dos funcionários e também porque a idade do filho mais novo dos docentes é muito mais baixa (7,2 anos).

Outra diferença salientada é que 84,5% dos agregados familiares dos funcionários recebem no máximo 2418 euros ilíquidos mensais, mas é de realçar que 59,3% só atinge os 1612 euros. Estes valores são muito diferentes dos docentes onde só 13,8% é que auferem no máximo 1612 euros ilíquidos mensais. Sublinha-se que nos docentes a categoria “até 806 euros” nem sequer aparece e nos funcionários corresponde a 14,6% dos inquiridos.

É clara a diferença de poupança entre docentes e funcionários, devendo a principal causa ser a diferença salarial, enquanto os funcionários poupam média 118,1 euros por mês, nos docentes essa poupança chega aos 347,8 euros mensais.

De facto, também as diferenças encontradas nos gastos mensais realçam as diferenças de rendimentos entre docentes e funcionários.

Em comparação com os docentes verifica-se que, em termos médios, a única categoria na qual os funcionários gastam mais mensalmente é com a alimentação.

É de realçar que na análise dos locais onde fazem as refeições, quase o dobro percentual de funcionários faz todas as refeições em casa quando comparado com os docentes (quase 40,0% contra 20,7%).

É de salientar que os funcionários gastam menos em transportes do que os docentes, mas esta situação poderá ser devida ao facto de ser baixa a percentagem de funcionários que mudou de residência para trabalhar no IPB em comparação com os docentes. Como 48,8% dos docentes mudou de residência é natural que façam mais viagens ao concelho de origem.

Em comparação com os docentes há uma menor percentagem de funcionários a residir em habitação própria (65,3% contra 72,2%) e uma maior percentagem a arrendar (21,1% contra 11,7%). Ainda em relação à aquisição de habitação própria, os funcionários investiram poupanças ou tiveram ajudas não bancárias, dado que os montantes e o número de funcionários que investiu nesta categoria é muito superior ao número e montante dos empréstimos obtidos. Esta situação não se verifica nos docentes que, apesar de pouparem mais, não apresentam diferença no número de docentes que investiu mais de 50.000 euros na aquisição de habitação própria comparado com o número que pediu um empréstimo superior a este valor ao banco.

Em termos de investimentos, os docentes investiram montantes 19,5% superiores aos dos funcionários na aquisição de habitação própria e 50,7% superiores na aquisição de automóvel.

As principais diferenças encontradas entre docentes e funcionários prendem-se com a idade e com o rendimento mensal, que, conseqüentemente, condiciona a poupança e os gastos mensais.

6 - ALUNOS DO IPB

Nesta secção é analisado o impacto dos alunos de licenciatura ou 1º ciclo, por considerarmos que é este grupo, em particular, o principal público desta instituição na região de Bragança e Mirandela. Desta forma, a população alvo deste estudo resume-se aos 5119 alunos que frequentam os 1^{os} ciclos dos cursos ministrados no IPB.

6.1 Comparação da amostra com a população

Faz-se de seguida uma comparação entre a população e a amostra recolhida, nas características sexo, idade, escola e área de estudo (tabelas 34, 35, 36, e 37, respectivamente).

Tabela 34 – Comparação entre a população e a amostra de alunos por sexo

Classes	População ^(aa)		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
Masculino	1816	42,3	489	36,4
Feminino	2475	57,7	854	63,6
Total	4291	100,0	1343	100,0

Qui-quadrado=17,75 ($p < 0,05$).

(aa) População de 4291 alunos. Informação recebida a Novembro de 2007.

Fonte: Serviços académicos do IPB e questionário aos alunos.

Tabela 35 – Comparação entre a população e a amostra de alunos por escalão de idades

Classes	População ^(ab)		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
< 20	303	7,06	261	19,4
[20; 21]	886	20,65	393	29,3
[22; 23]	820	19,11	247	18,4
[24; 25]	571	13,31	177	13,2
[26; 30]	869	20,25	140	10,4
> 30	842	19,62	125	9,3
Total	4291	100,00	1343	100,0

Qui-quadrado=483,63 ($p < 0,05$).

(ab) População de 4291 alunos. Informação recebida a Novembro de 2007.

Fonte: Serviços académicos do IPB e questionário aos alunos.

Tabela 36 – Comparação da população e da amostra dos alunos por escola que frequentam

Escolas	População ^(ac)		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
ESA	801	15,7	163	12,2
ESE	976	19,1	345	25,7
ESTiG	1740	34,0	362	27,0
ESTGM	967	18,9	266	19,9
ESSa	635	12,4	204	15,2
Total	5119	100,0	1340	100,0

Qui-quadrado=70,18 ($p<0,05$).

(ac) População de 5119 alunos. Informação relativa a 31 de Dezembro de 2006.

Fonte: Serviços académicos do IPB e questionário aos alunos.

Tabela 37 – Comparação entre a população e a amostra dos alunos por área de estudos

Área de estudos	População ^(ad)		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
1 – Humanísticas	1214	23,7	421	31,8
2 – Ciências e Engenharia	2251	44,0	452	34,1
3 – Saúde	676	13,2	227	17,1
4 – Economia e Gestão	978	19,1	225	17,0
Total	5119	100,0	1325	100,0

Qui-quadrado=84,17 ($p<0,05$).

(ad) População de 5119 alunos. Informação relativa a 31 de Dezembro de 2006.

Fonte: Serviços académicos do IPB e questionário aos alunos.

Os testes de Qui-quadrado realizados revelam que a amostra e a população não são homogéneas. No entanto, apesar de existirem diferenças nas frequências relativas tal não afecta a representatividade da amostra.

O número de anos que estes alunos estão matriculados no IPB está representado na tabela seguinte. Este valor foi obtido através da criação de uma nova variável *Anos_IPB*, que foi obtida subtraindo a 2007 (ano da realização do inquérito) o ano da 1ª matrícula.

Tabela 38 – Comparação entre a população e a amostra de alunos no total de anos que frequentam o IPB

Nº de Anos	População ^(ae)		Amostra	
	Frequência	%	Frequência	%
1 ano	1270	29,6	539	41,1
2 anos	752	17,5	305	23,2
3 anos	668	15,6	206	15,7
4 anos	368	8,6	109	8,3
5 anos	306	7,1	70	5,3
6 anos	213	5,0	46	3,5
7 ou mais	714	16,6	37	2,8
Total	4291	100	1312	100,0

Nº de Anos	Frequência	%	Frequência	%
7 anos	184	25,8	22	59,5
8 anos	76	10,6	6	16,2
9 anos	75	10,5	1	2,7
10 anos	61	8,5	3	8,1
11 anos	60	8,4	1	2,7
12 anos	53	7,4	1	2,7
13 anos	63	8,8	0	0,0
14 anos	23	3,2	0	0,0
15 anos	29	4,1	0	0,0
16 anos	18	2,5	0	0,0
17 anos	24	3,4	0	0,0
18 anos	24	3,4	0	0,0
19 anos	13	1,8	1	2,7
20 ou mais	11	1,5	2	5,4
Total	714	100,0	37	100,0

Qui-quadrado=253,11 (p<0,05).

(ae) População de 4291 alunos. Informação recebida a Novembro de 2007.

Fonte: Serviços académicos do IPB e questionário aos alunos.

Os alunos da amostra frequentam o IPB em média há 2,4 anos, mas é de realçar que no mínimo frequentam o IPB há 1 ano e no máximo há 23 anos. Sublinha-se que o tempo médio de frequência da população (3,9 anos) é superior ao tempo médio observado na amostra (2,4 anos).

A figura 66 representa a distribuição dos alunos pelo total de anos em que estão matriculados no IPB.

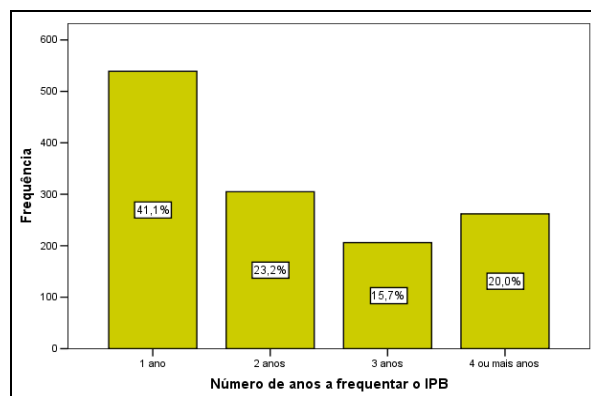


Figura 66 – Distribuição dos alunos da amostra pelo número total de anos de matrícula

Fonte: Questionário aos alunos.

Na figura 66 observa-se que 64,3% dos alunos da amostra estão há 1 ou 2 anos a estudar no IPB, e que 80,0% dos alunos estão no máximo há 3 anos.

Na figura seguinte (fig. 67) surge a distribuição dos alunos por ano oficial de matrícula.

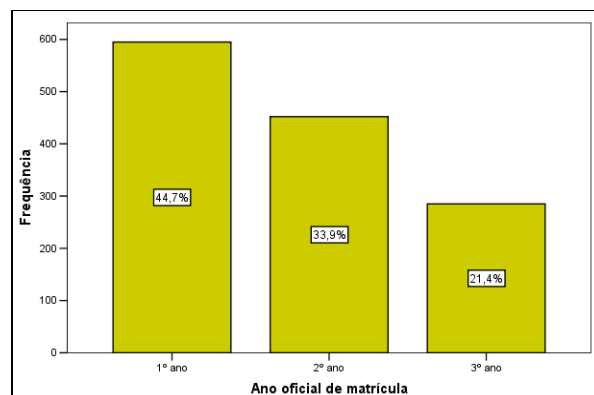


Figura 67 – Distribuição dos alunos da amostra pelo ano oficial de matrícula

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 67 mostra que a maioria dos inquiridos frequenta oficialmente o 1º ano (44,7%), os restantes alunos estão matriculados no 2º ano (33,9%) ou no 3º ano (21,4%). Ressalva-se que os alunos matriculados no 1º ano poderiam não ser só de 1ª matrícula como também repetentes.

Na tabela 39 associa-se o número de anos que os alunos frequentam o IPB e o ano oficial de matrícula.

Tabela 39 – Associação entre os anos oficiais de matrícula e o total de anos a frequentar o IPB dos alunos da amostra

Total de anos a frequentar o IPB	Ano oficial de matrícula			Total
	1º ano	2º ano	3º ano	
1 ano	527	9	3	539
2 anos	33	268	4	305
3 anos	13	70	123	206
4 anos	8	52	49	109
5 anos	4	22	44	70
6 anos	0	17	28	45
7 ou mais anos	3	7	26	36
Total	588	445	277	1310

Qui-quadrado=1483,93 ($p < 0,05$).

Fonte: Questionário aos alunos.

Como seria expectável, o ano oficial de matrícula e o número de anos que os alunos frequentam o IPB não são independentes. De facto, os alunos que frequentam os anos mais avançados devem estar a frequentar o IPB há mais tempo, o que evidencia a existência de uma taxa de retenção dos alunos ao longo do curso. A tabela 39 permite determinar essa taxa, que no 1º ano é de 10,4%, no 2º ano de 38,5% e no 3º ano de 54,4%.

No entanto, a taxa de retenção global é influenciada pelas diferentes áreas de estudo. A tabela 40 apresenta a associação entre o número de anos que frequentam o IPB e a área de estudos escolhida, para determinar se em alguma das áreas de estudos os alunos demoram mais tempo a concluir o plano de estudos, ou se é homogénea a distribuição pelas diferentes áreas.

Tabela 40 – Associação entre as áreas estudo e o total de anos a frequentar o IPB dos alunos da amostra

Total de anos que frequenta o IPB	Área de estudos				Total
	Humanísticas	Ciência e Engenharia	Saúde	Economia e Gestão	
1 ano	218	142	89	82	531
2 anos	115	65	84	40	304
3 anos	58	63	50	34	205
4 anos	11	63	0	35	109
5 anos	3	50	0	16	69
6 anos	5	32	0	8	45
7 ou mais anos	0	28	2	7	37
Total	410	443	225	222	1300

Qui-quadrado=263,60 (p<0,05).

Fonte: Questionário aos alunos.

A tabela 40 mostra que o número de anos que os alunos frequentam o IPB e a área de estudos não são independentes. A figura seguinte (fig. 68) pretende detalhar esta observação.

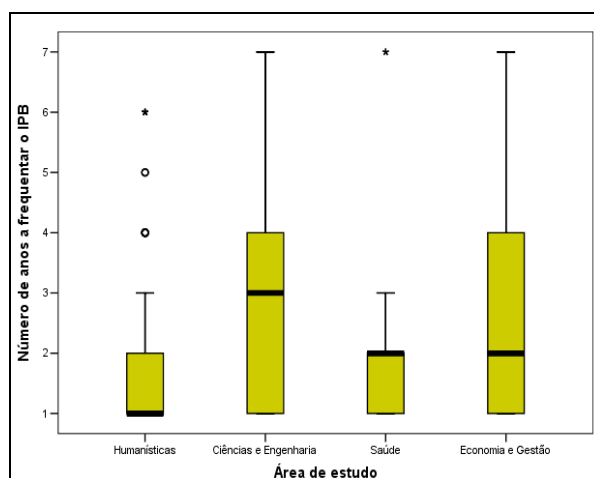


Figura 68 – Associação entre a área de estudo e o número de anos que frequentam o IPB

Fonte: Questionário aos alunos.

Da figura 68 pode-se concluir que os alunos de humanísticas são os que demoram menos anos a concluir a licenciatura, enquanto os alunos da área de ciência e engenharia demoram

mais anos. Esta conclusão é reforçada pela análise à taxa de retenção das diferentes áreas, como se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 41 – Taxa de retenção por área de estudo dos alunos da amostra (em percentagem)

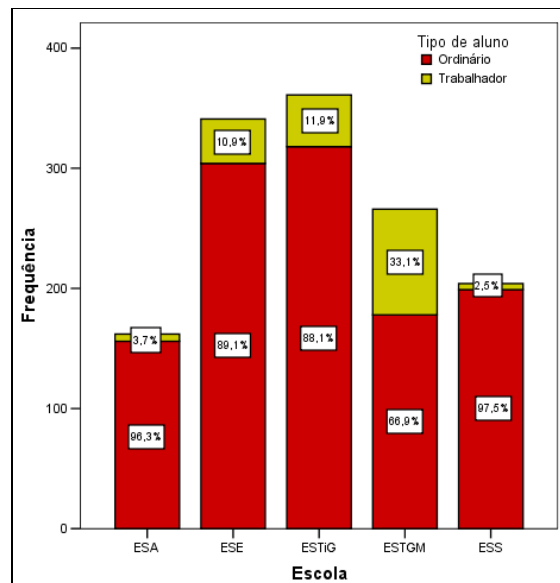
Área de estudo	Taxa de retenção		
	1º ano	2º ano	3º ano
Humanísticas	3,2	15,9	15,1
Ciências e Engenharia	20,3	65,2	86,1
Saúde	8,6	3,8	0,0
Economia e Gestão	11,8	62,2	71,1

Fonte: Questionário aos alunos.

Na tabela 41 verifica-se que são as áreas de “*Ciências e Engenharia*” e “*Economia e Gestão*”, que contribuem para elevar a taxa de retenção dos cursos do IPB. Estas duas áreas apresentam no 2º ano taxas de retenção de 65,2% e 62,2% e no 3º ano de 86,1% e 71,1%, respectivamente. A área de “*Saúde*” é a única que apresenta taxas de retenção decrescente com os anos dos cursos, chegando no 3º ano a ser 0,0%.

É também possível calcular uma medida de eficiência para o IPB, calculando a percentagem dos alunos que não concluiu o curso no tempo previsto. A medida de eficiência do IPB obtida é 57,9%.

Aos alunos inquiridos foi pedido que identificassem a sua condição perante a instituição. Determinou-se da amostra que 86,4% são alunos ordinários e 13,6% são alunos trabalhadores-estudantes. Foi analisado se existiria alguma diferença nas escolas relativamente ao tipo de aluno, ou seja, se alguma escola poderia atrair mais alunos trabalhadores-estudantes do que outra. A figura 69 apresenta esta análise.



Qui-quadrado=125,46 ($p < 0,05$).

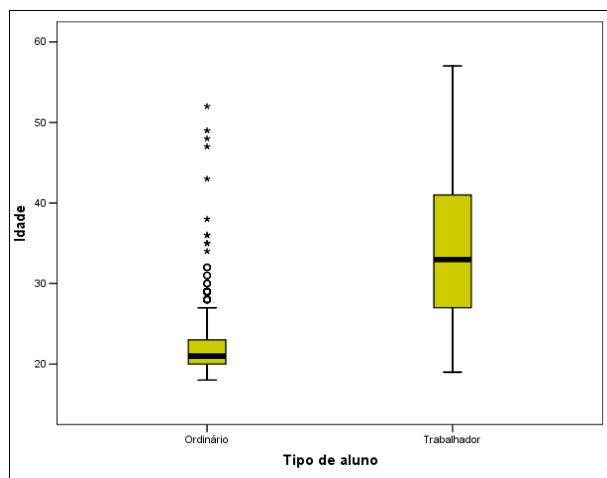
Figura 69 – Distribuição dos alunos da amostra por escola e por tipo de aluno

Fonte: Questionário aos alunos.

Analisando a relação entre o tipo de aluno e a escola que frequentam, verifica-se que as variáveis não são independentes. Como se observa na figura 69 há uma maior percentagem de alunos trabalhadores-estudantes na ESTGM comparativamente às outras escolas. Esta situação talvez ocorra porque Mirandela é um concelho maioritariamente de serviços com pouca indústria¹⁷ e a ESTGM é a escola que na região tem uma maior oferta de cursos nestas áreas.

É portanto natural que, quando se testa a distribuição dos alunos por escola e por idades, se verifique que as variáveis não são independentes ($\chi^2=338,56$ e $p < 0,05$), o que se justifica porque os alunos trabalhadores-estudantes têm uma idade média superior aos alunos ordinários. Este facto foi analisado na figura 70.

¹⁷ Os Censos 2001 apresentam o concelho de Mirandela como tendo 49,0% da população empregada no sector terciário, enquanto que só 37,4% pertencia ao sector secundário e 13,6% ao sector primário (INE, 2002).



Qui-quadrado=694,22 ($p < 0,05$).

Figura 70 – Associação dos alunos da amostra por tipo de aluno e por idade

Fonte: Questionário aos alunos.

Na figura 70 verifica-se que a idade dos alunos inquiridos e o tipo de aluno não são independentes. Como era previsto os alunos trabalhadores-estudantes têm idades mais elevadas que os alunos ordinários. Deste resultado podemos afirmar que a ESTGM, como escola que possui um maior número de alunos trabalhadores, é também a escola cuja idade média dos alunos é mais elevada. A média de idades dos alunos por escola é de 21,6 anos na ESA, 23,1 anos na ESE, 23,7 anos na ESTiG, 27,4 anos na ESTGM, e 20,2 na ESSa.

6.2 Caracterização pessoal

Como foi referido, os alunos que responderam ao inquérito apresentam uma média de idades de 23,5 anos e mediana de 22,0 anos. No entanto, caso se considerem só os alunos ordinários a média baixa para 21,8 anos (mediana 21,0 anos) e caso se considerem só os trabalhadores-estudantes o valor sobe para 34,5 anos (mediana 33,0 anos). Na figura 71 vê-se que a amplitude de idades é muito alargada, tendo o aluno mais novo 18 anos enquanto o mais velho tem 57 anos.

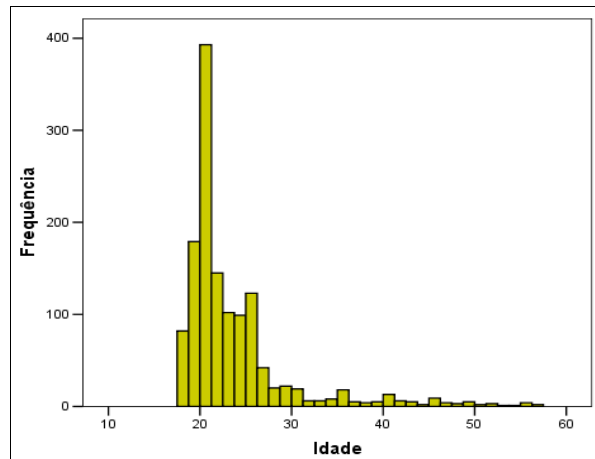


Figura 71 – Histograma das idades dos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

Dada a distribuição inicial de idades, que no 3º quartil corresponde a 25 anos, colocaram-se as idades em classes (“*menos de 20 anos*”, “*20 e 21 anos*”, “*22 e 23 anos*”, “*24 e 25 anos*”, “*26 a 30 anos*”, e “*mais de 30 anos*”). A nova distribuição está na figura seguinte (fig. 72).

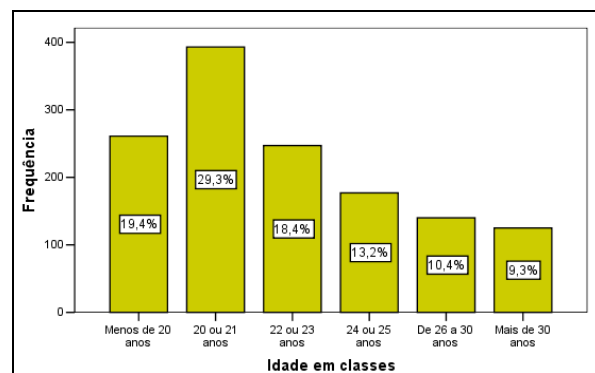


Figura 72 – Distribuição de idades dos alunos inquiridos em classes

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 72 representa a distribuição das idades dos alunos segundo as classes definidas, onde se verifica que 80,3% tem no máximo 25 anos.

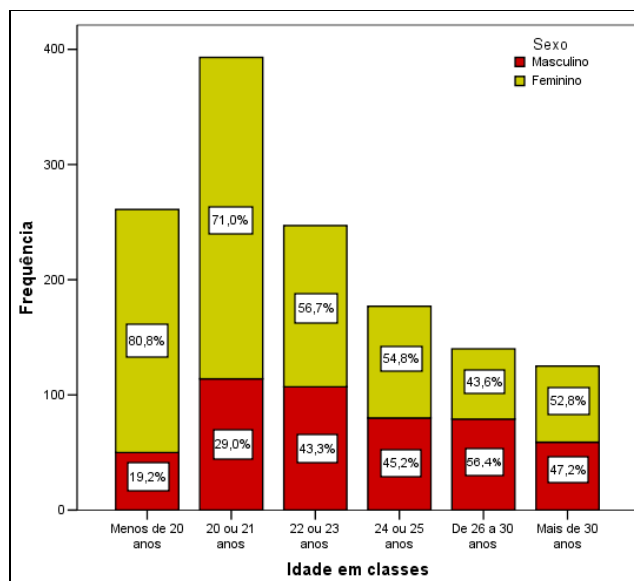


Figura 73 – Distribuição dos alunos inquiridos por classe de idades e por sexo

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 73 mostra que os alunos mais novos são maioritariamente mulheres e que nos alunos mais velhos há um equilíbrio entre ambos os sexos.

Na tabela 42 testa-se se as variáveis sexo e idade são ou não independentes. De facto, na análise da relação entre o sexo e a idade (nas classes definidas) verifica-se que as duas variáveis não são independentes.

Tabela 42 – Associação entre as áreas estudo e o sexo dos alunos da amostra

Sexo	Idade em classes						Total
	Menos de 20 anos	20 ou 21 anos	22 ou 23 anos	24 ou 25 anos	26 a 30 anos	Mais de 30 anos	
Masculino	50	114	107	80	79	59	489
Feminino	211	279	140	97	61	66	854
Total	261	393	247	177	140	125	1343

Qui-quadrado=84,37 ($p < 0,05$).

Fonte: Questionário aos alunos.

Da tabela 42 podemos concluir que na amostra recolhida as alunas são mais novas do que os alunos.

Dos alunos inquiridos 1286 (95,1%) são de nacionalidade portuguesa e só 4,9% referiu como sendo outra a nacionalidade.

O estado civil dos alunos distribui-se da seguinte forma: quase 90,0% são solteiros, 8,6% são casados e todas as outras situações (separado, divorciado, união de facto e viúvo) correspondem a 1,6% dos casos. Relativamente aos filhos, verifica-se que na amostra os alunos do sexo masculino têm mais filhos (11,5%) do que os do sexo feminino (8,0%) ($\chi^2=4,48$ e $p<0,05$).

Como seria expectável, a existência ou inexistência de filhos está fortemente associada ao estado civil dos inquiridos, de facto, verifica-se que 86,3% dos inquiridos que têm filhos estão ou estiveram numa situação de relacionamento, enquanto só 13,7% dos solteiros é que tem filhos (figura 74).

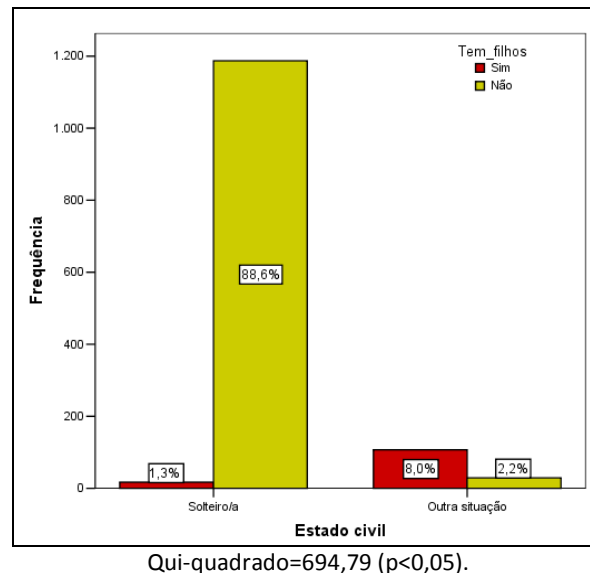


Figura 74 – Associação entre o estado civil dos alunos inquiridos e a existência de filhos

Fonte: Questionário aos alunos.

Ao analisarmos a possível relação entre idade e filhos verifica-se que estas duas variáveis não são independentes. É natural que a idade seja uma variável associada com ter ou não filhos, no sentido de que quanto maior a idade maior a probabilidade de já ter filhos. Na

amostra, são muito poucos os alunos com idade inferior a 26 anos que têm filhos (ao todo são 1,1%). Na classe etária “26 a 30 anos” já existem 1,2% de alunos com filhos e na classe etária “mais de 30 anos” são quase 7,0% os alunos que têm filhos.

É também possível caracterizar os alunos inquiridos em termos regionais. Observa-se que eles são maioritariamente originários da região Norte de Portugal. A determinação da origem dos alunos baseou-se no concelho de naturalidade e no concelho de residência dos pais (figuras 75 e 76).

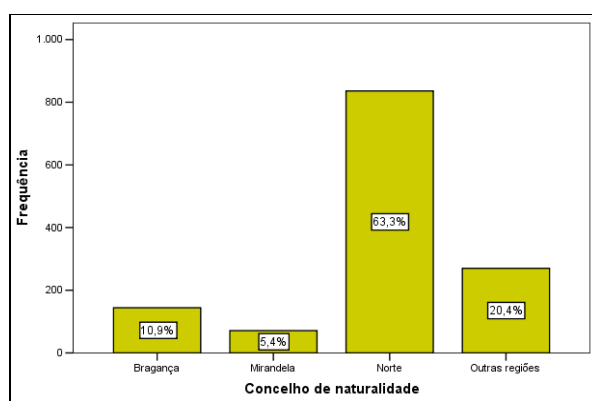


Figura 75 – Distribuição dos alunos da amostra por concelho de naturalidade

Fonte: Questionário aos alunos.

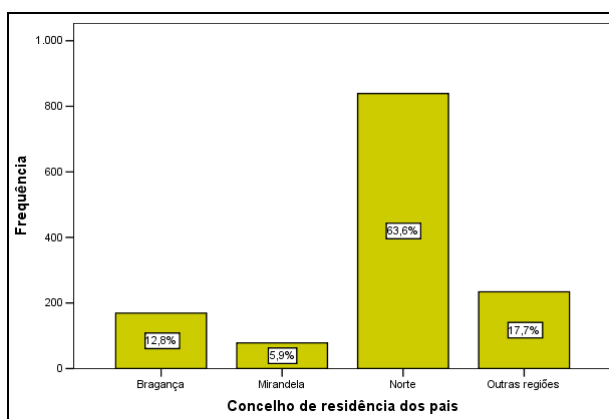


Figura 76 – Distribuição dos alunos da amostra por concelho de residência dos pais

Fonte: Questionário aos alunos.

A comparação entre as figuras 75 e 76 permite aferir que ambas apresentam uma distribuição muito próxima, o que sugere que não ocorreram grandes alterações de residência por parte dos pais dos alunos ($\chi^2=2714,33$ e $p<0,05$).

Esta situação é relevante pois, para simplificar a análise, podemos considerar que os alunos provêm do concelho onde os pais actualmente residem. A sugestão de que os alunos deixaram a residência dos pais para frequentar o IPB, é corroborada pelo facto de que desde o nascimento até à actualidade só uma percentagem muito baixa dos pais mudou de residência.

As figuras seguintes representam a atracção do IPB, através da identificação da distância da residência habitual dos alunos (a residência dos pais) até à escola onde estudam, escolas de Bragança (figura 77) ou escola de Mirandela (figura 78).

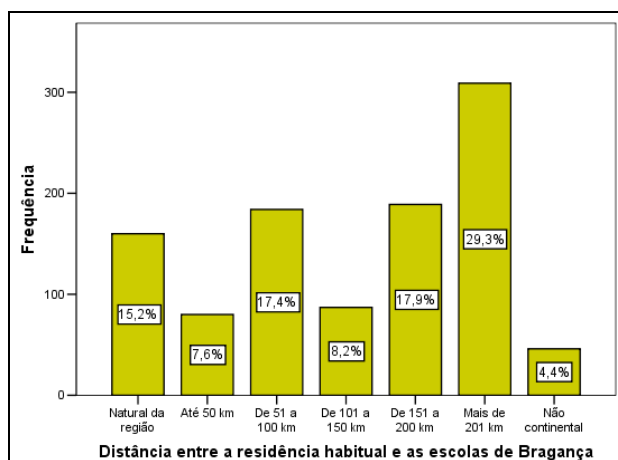


Figura 77 – Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e as escolas de Bragança

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 77 mostra que, no caso das escolas de Bragança, 22,8% dos alunos provêm de um raio máximo de 50 km, mas 33,7% deslocou-se de uma distância superior a 200 km.

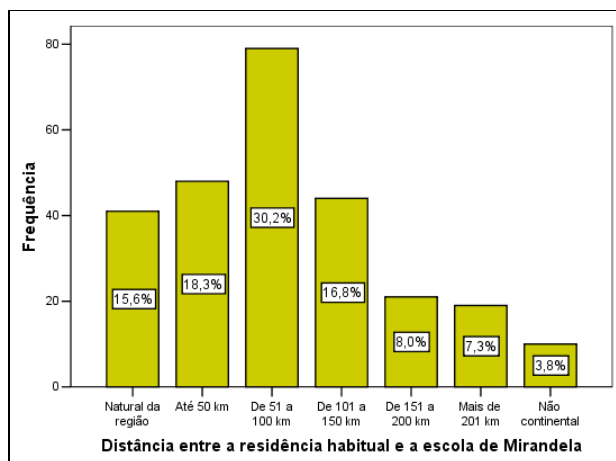


Figura 78 – Distância entre a residência habitual dos alunos da amostra e a escola de Mirandela

Fonte: Questionário aos alunos.

Na figura 78 pode-se ver que a escola de Mirandela exerce a sua influência numa área mais próxima, pois 34,0% dos alunos moravam num raio de 50 km e 80,9% estão no máximo a 150 km de casa dos pais.

Sublinha-se, no entanto, que as escolas de Bragança têm um grau de atracção mais alargado. Há uma maior percentagem de alunos a vir de regiões a mais de 200 km estudar para Bragança do que de regiões até 50 km. Os alunos de Bragança deslocaram-se, em média, 183 km, com uma mediana de 157 km (considerando só os alunos que mudaram de residência a média é de 221 km e a mediana 182 km).

Por outro lado, a escola de Mirandela é de clara influência regional com a maioria dos alunos a provir de regiões até 100 km, apresentando uma distância média de 121 km, com mediana de 62 km (e considerando só os alunos que mudaram de residência, a média é 171 km e a mediana é 113 km).

Em média, os alunos do IPB deslocaram-se 170 km (mediana 120 km) e, se forem considerados só os alunos que mudaram de residência, este valor sobe para 213 km (mediana 169 km)¹⁸.

¹⁸ Para fins de uniformização, considerou-se que os alunos não continentais provinham de uma distância de 1.000 km.

Pode-se caracterizar a área de influência do IPB conforme a tabela 43.

Tabela 43 – Área de influência do IPB

	Menos de 50 km	De 50 a 200 km		Mais de 200 km
Bragança	22.8%	43.5%		33.7%
		Menos de 50 km	De 50 a 150 km	Mais de 150 km
Mirandela	--	34.0%	47.0%	19.1%
Influência do IPB	11.4%	62.3%		26.4%

Fonte: Questionário aos alunos.

A tabela 43 mostra que a influência do IPB tem o seu alcance principal num raio de 200 km (centrado em Bragança), de onde provêm quase 74,0% dos estudantes inscritos.

Estes valores são mais significativos quando se considera que a 120 km se encontra a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a cerca de 200 km se encontram as Universidades do Porto e do Minho.

Na figura seguinte (fig. 79) estão representadas as frequências dos alunos que mudaram de residência para frequentarem o actual curso.

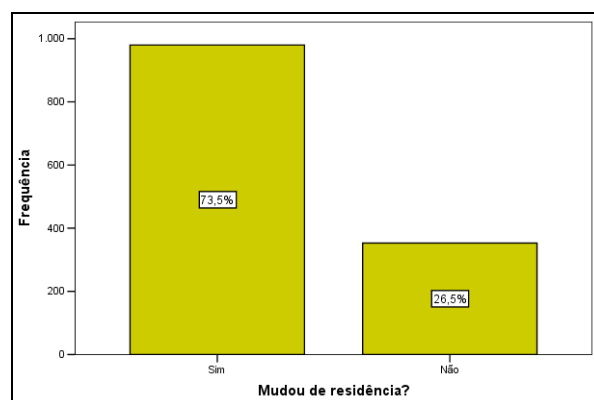


Figura 79 – Número de alunos da amostra que mudou de residência para frequentar o actual curso

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 79 mostra que há 73,5% dos alunos que mudaram de residência para frequentar o actual curso em que se encontram matriculados. Esta situação é corroborada pela figura 80

que enuncia os principais motivos apresentados pelos alunos que mudaram de concelho de residência.

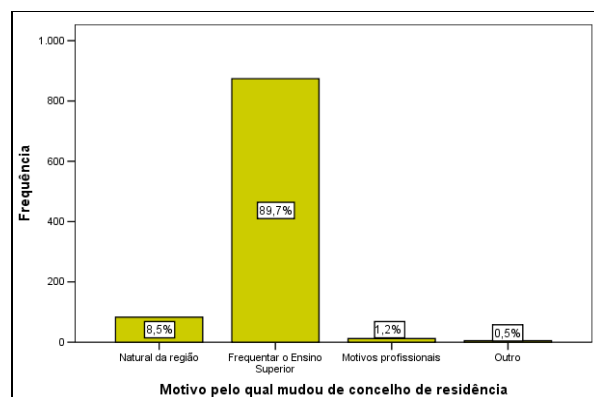


Figura 80 – Identificação dos principais motivos pelos quais os alunos mudaram de concelho de residência

Fonte: Questionário aos alunos.

Na figura 80 observa-se que 89,7% dos inquiridos mudou de concelho de residência para frequentar o ensino superior. Há uma clara associação entre mudar de residência e frequentar o ensino superior, ou seja, os alunos que mudaram de residência fizeram-no para frequentar o IPB. Esta associação é confirmada pelo teste às duas variáveis – “mudou de residência” e “qual o principal motivo pelo qual reside nesta região” – que determina que elas não são independentes ($\chi^2=672,69$ e $p<0,05$).

Acresce ainda o facto de 61,8% dos inquiridos (826 alunos) terem escolhido o actual curso como 1ª opção. Nos alunos que mudaram de residência foram 546 (55,8%) os que escolheram este curso como 1ª opção. É de realçar que a maioria dos alunos inquiridos, em todas as áreas de estudo, escolheu o actual curso como 1ª opção.

6.3 Percurso escolar e situação escolar actual

Nesta parte pretende-se analisar qual foi o percurso escolar dos alunos, nomeadamente qual foi a via de acesso e qual a sua situação actual.

A via de acesso dos alunos inquiridos foi na maioria dos casos (68,0%) pelos cursos gerais ou tecnológicos, como está representado na figura 81.

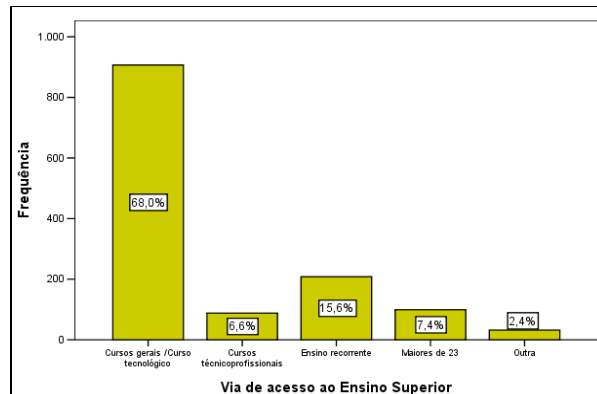
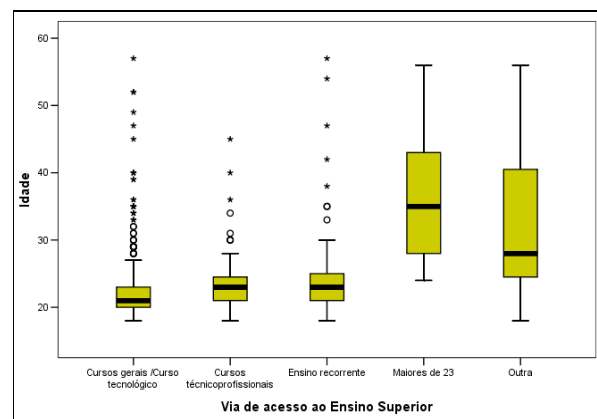


Figura 81 – Via de acesso ao ensino superior

Fonte: Questionário aos alunos.

Na figura anterior (fig. 81), verifica-se que são mais os alunos que acedem ao ensino superior pelas vias do ensino recorrente e “maiores de 23” (15,6% e 7,4%, respectivamente) do que os que frequentaram um curso técnico-profissional (6,6%).

A figura 82 apresenta as distribuições das idades dos alunos em função da via de acesso utilizada.



Qui-quadrado=582,79 ($p < 0,05$).

Figura 82 – Associação dos alunos da amostra por via de acesso e por idade

Fonte: Questionário aos alunos.

Quando se analisa a relação entre a via de acesso e a idade dos alunos, apresentada na figura 82, verifica-se que estas variáveis não são independentes, mas esta situação era previsível dado que à via de acesso “*maiores de 23*” só podem concorrer os indivíduos com mais de 23 anos.

Na tabela 44 é estudada a associação entre a idade dos inquiridos e ter ou não experiência/formação profissional.

Tabela 44 – Associação entre a existência de experiência/formação anterior e a idade dos alunos da amostra

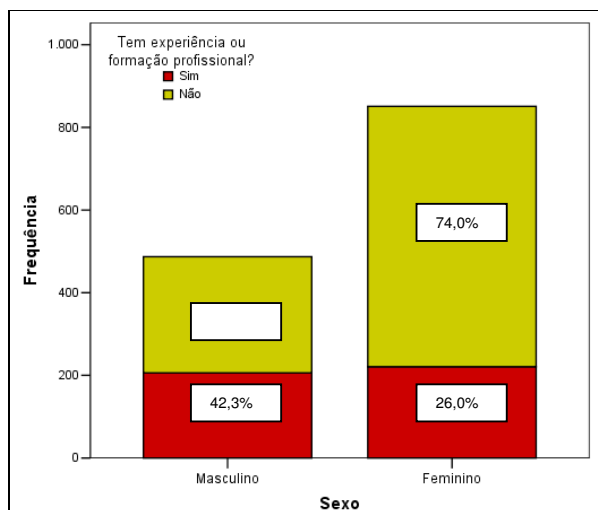
Existência de formação/experiência anterior?	Idade em classes						Total
	Menos de 20 anos	20 ou 21 anos	22 ou 23 anos	24 ou 25 anos	26 a 30 anos	Mais de 30 anos	
Sim	32	68	64	71	81	111	427
Não	229	323	183	105	58	13	911
Total	261	391	247	176	139	124	1338

Qui-quadrado=328,00 ($p < 0,05$).

Fonte: Questionário aos alunos.

Quando se faz esta análise em relação à idade dos alunos, verifica-se que as duas variáveis – *ter formação/experiência anterior* e *a idade em classes* – não são independentes. O que se justifica pelo facto dos alunos mais velhos e possivelmente com estatuto trabalhador-estudante já exercerem uma actividade profissional. Dos inquiridos cerca de 32,0% frequentou acções de formação ou exerceu uma actividade profissional antes de ingressar no ensino superior.

Ao analisarmos a associação entre a experiência ou formação anterior e o sexo dos inquiridos, verifica-se que as duas variáveis também não são independentes (figura 83).



Qui-quadrado=38,02 ($p < 0,05$).

Figura 83 – Associação entre o sexo dos alunos inquiridos e a existência de experiência/formação profissional

Fonte: Questionário aos alunos.

Como se pode observar na figura 83, são os homens que, maioritariamente, apresentam um maior número de experiência/formação profissional antes de ingressar no ensino superior.

Na análise do estado civil dos alunos inquiridos verifica-se que as variáveis “*experiência ou formação anterior*” e “*estado civil*” (mas só no caso da variável estar codificada para duas opções: “*solteiro*” e “*outra situação*”) não são independentes. De facto, quando os inquiridos não são solteiros, na maior parte dos casos possuem experiência ou formação profissional, pois os alunos que estão/estiveram num relacionamento são maioritariamente trabalhadores-estudantes. Os alunos que se consideram estudantes a tempo inteiro (86,4%) tendem a procurar a experiência profissional após a conclusão/frequência do ensino superior.

Dos alunos inquiridos, 1154 consideram-se exclusivamente estudantes (alunos ordinários) e 181 trabalhadores-estudantes, mas só 177 destes últimos identifica a sua situação profissional, enquanto 63 dos alunos ordinários considera que tem uma ocupação profissional.

A figura 84 ilustra a distribuição destes alunos pela respectiva situação profissional.

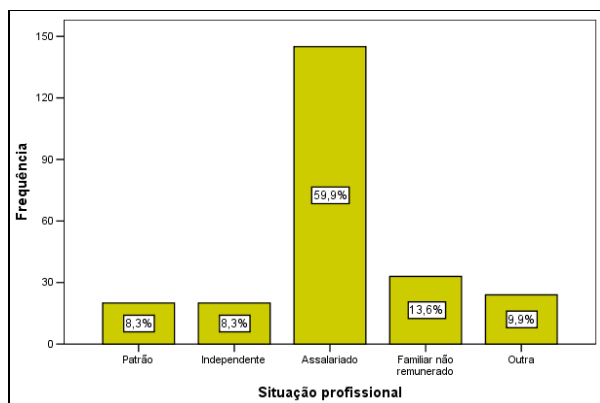


Figura 84 – Situação profissional dos alunos que têm uma ocupação profissional

Fonte: Questionário aos alunos.

Dos 242 inquiridos que consideram que possuem uma situação profissional, 76,5% recebe uma remuneração pelo seu trabalho, enquanto os restantes 23,6% trabalham para a família ou encontram-se noutra situação. Na situação profissional houve 24 inquiridos que assinalaram a opção “*outra*”, mas na maioria são trabalhadores em situação de desemprego.

Verifica-se que não há independência entre o tipo de aluno e a existência de uma situação profissional ($\chi^2=93,19$ e $p<0,05$). Porém, já seria de esperar esta associação porque só os indivíduos que comprovem a sua situação profissional, nomeadamente através da inscrição na Segurança Social, se enquadram no estatuto de trabalhador-estudante.

Os alunos que exercem uma actividade profissional são na sua maioria os que já tiveram experiência ou formação profissional anterior ao ensino superior ($\chi^2=19,50$ e $p<0,05$).

A figura seguinte (fig. 85) apresenta o número de horas semanal que os alunos trabalhadores-estudantes dedicam à sua actividade profissional.

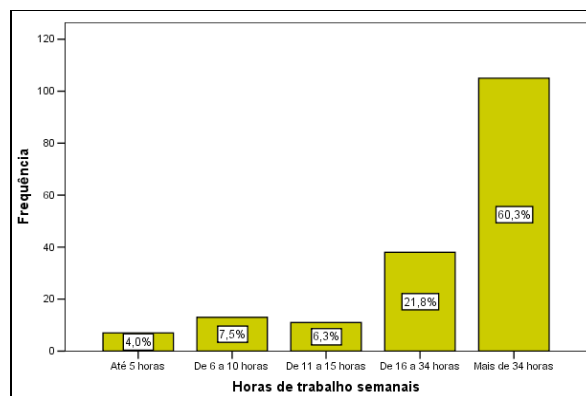


Figura 85 – Número de horas de trabalho semanal dos alunos trabalhadores-estudantes

Fonte: Questionário aos alunos.

Da figura 85, verifica-se que os alunos trabalhadores-estudantes trabalham, maioritariamente, mais de 34 horas semanalmente. De facto, 60,3% afirma que trabalha mais de 34 horas semanais e 82,1% mais de 16 horas semanais.

Estes alunos (trabalhadores-estudantes) classificaram a relação entre a situação profissional e a adequação do curso, como é descrito na tabela 45.

Tabela 45 – Situação profissional e a relação entre a profissão e o actual curso

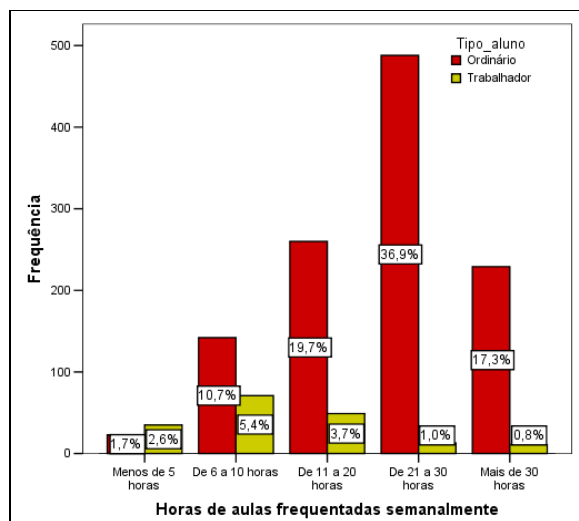
Situação profissional	Relação entre o trabalho e o curso				Total
	Completament e relacionadas	Bastante relacionadas	Pouco relacionadas	Nada relacionadas	
Patrão	3	8	1	3	15
Independente	2	8	3	4	17
Assalariado	27	44	26	33	130
Familiar não remunerado	1	1	3	0	5
Outra	5	0	0	3	8
Total	38	61	33	43	175

(Não se verificam os pressupostos para realizar o teste Qui-quadrado).

Fonte: Questionário aos alunos.

Os dados da tabela 45 não permitem determinar se a situação profissional actual e a relação entre o trabalho e o curso escolhido são ou não independentes.

Relativamente ao número de horas frequentadas semanalmente, verifica-se que esse valor não é independente do facto de ser aluno ordinário ou trabalhador-estudante. Como se pode ver na figura 86, estes últimos frequentam menos aulas do que os alunos ordinários.

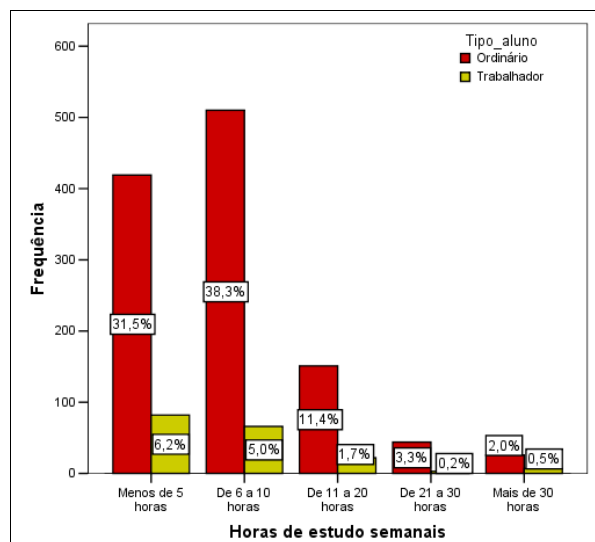


Qui-quadrado=248,79 ($p<0,05$).

Figura 86 – Comparação entre o número de horas de aulas frequentadas semanalmente pelos alunos ordinários e pelos trabalhadores-estudantes

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 86 admite duas situações. A primeira é que os alunos inquiridos frequentam muitas horas de aulas por semana, havendo 56,1% a frequentar a mais de 21 horas. No entanto, estes valores são mais compreensíveis quando se considera que os horários contemplam geralmente 35 horas semanais e que muitas disciplinas são de presença obrigatória, principalmente nas áreas de saúde e humanísticas. Ainda relativamente a estas duas áreas, elas correspondem a 48,9% dos inquiridos e são maioritariamente mulheres. A segunda consideração é que os alunos trabalhadores-estudantes frequentam menos horas de aulas semanalmente. No entanto, como a maioria destes alunos trabalha mais de 34 horas semanais e por conta de outrem, é razoável que não possam assistir a muitas horas de aulas. Analisou-se também o número de horas que semanalmente os alunos dedicavam ao estudo, fora da sala de aula. A figura 87 apresenta a distribuição do número de horas de estudo semanal por tipo de aluno.



Qui-quadrado=9,37 ($p>0,05$).

Figura 87 – Comparação entre o número de horas de estudo semanal dos alunos ordinários e dos trabalhadores-estudantes

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 87 mostra que 81,1% dos alunos estuda menos de 11 horas por semana. Verificou-se que esta variável é independente do tipo de aluno. Este resultado é algo surpreendente pois, presumivelmente, os alunos ordinários deveriam estudar mais do que os trabalhadores, dada a maior disponibilidade de tempo e a dedicação exclusiva.

Outra análise realizada foi sobre a existência de diferenças entre o número de horas semanais assistidas e a área de licenciatura, como se apresenta na tabela 46.

Tabela 46 – Relação entre o número de horas de aulas frequentadas por semana e a área de estudos

Horas de aulas frequentadas	Área de estudos				Total
	Humanísticas	Ciências e Engenharia	Saúde	Economia e Gestão	
Menos de 5 horas	18	13	1	21	53
De 6 a 10 horas	64	79	20	47	210
De 11 a 20 horas	90	114	43	59	306
De 21 a 30 horas	171	183	80	67	501
Mais de 30 horas	66	61	82	31	240
Total	409	450	226	225	1310

Qui-quadrado=95,09 ($p<0,05$).

Fonte: Questionário aos alunos.

A tabela 46 mostra que existem diferenças entre as áreas de estudo e o número de horas de aulas assistidas. Os alunos de economia e gestão são os que, em termos relativos, assistem a menos horas de aulas. Esta situação pode dever-se ao facto de os cursos de humanísticas e saúde serem de assistência obrigatória e nos cursos de ciências e engenharia haver muitas aulas de laboratórios que são também de assistência obrigatória.

6.4 Caracterização familiar

Segundo o trabalho da DGES (Martins, Mauritti e Costa, 2005: 33) a caracterização das origens sociais dos estudantes é um factor importante na determinação das condições de vida e dos recursos económicos dos mesmos, e *“um dos indicadores mais produtivos na análise dos contextos socioeconómicos dos estudantes relaciona-se, precisamente, com a condição perante o trabalho dos seus progenitores.”*

Neste contexto foi caracterizada a situação dos progenitores. As figuras seguintes (fig. 88 e 89) apresentam a distribuição de mães e pais dos alunos inquiridos nas respectivas situações profissionais.

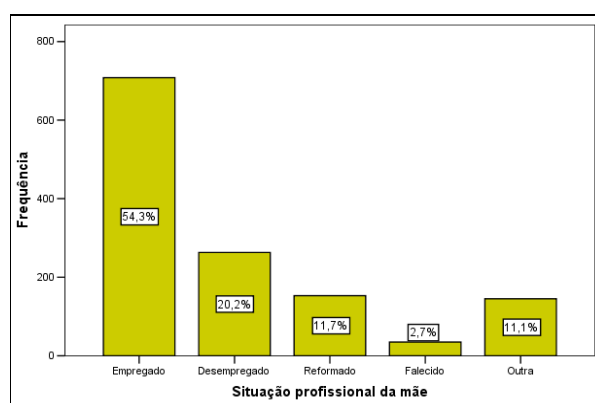


Figura 88 – Situação profissional da mãe dos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

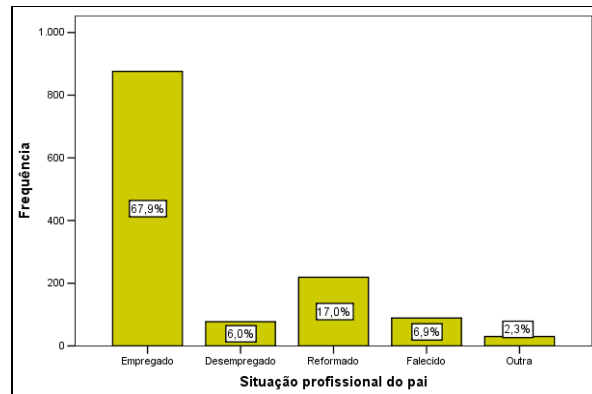


Figura 89 – Situação profissional do pai dos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

Das figuras 88 e 89 observa-se que na maioria das famílias dos estudantes pelo menos um dos progenitores está empregado, especificamente, 54,3% das mães e 67,9% dos pais. Porém, só cerca de 42,0% dos alunos é que tem ambos os progenitores a trabalhar, o que significa que em 58,0% das famílias dos estudantes inquiridos apenas um dos progenitores trabalha.

O desemprego é mais significativo na situação da mãe do que do pai (20,2% e 5,9%, respectivamente), mas houve alguma tendência dos inquiridos em identificar a mãe como desempregada quando na realidade é doméstica. De facto, as mães identificadas nas situações profissionais “desempregada” e “outra” são, em quase 93,0% e 94,0% dos casos, respectivamente, colocadas na categoria profissional “doméstica”. Verifica-se que 37,4% dos alunos identifica a categoria profissional das mães como doméstica, sendo esta a categoria profissional mais representativa.

Como existem mais pais empregados é natural que se verifique uma maior percentagem de reformados nos pais do que nas mães (aliado ao facto de que, como não é uma categoria profissional formalmente considerada, uma doméstica nunca chega à categoria de reformada).

Outro facto analisado é que os alunos órfãos de pai são mais do que os alunos órfãos de mãe

(6,9% e 2,7%), o que é consistente com a esperança de vida das mulheres ser mais elevada do que a dos homens. Os órfãos de pai e mãe só são 1,2% dos inquiridos e verifica-se mais nos alunos que pertencem à faixa etária mais elevada, o que se justifica pela maior idade dos progenitores.

Em seguida faz-se uma comparação entre a categoria profissional dos progenitores dos estudantes e a população portuguesa empregada. Testou-se se a amostra obtida era ou não significativamente diferente da população portuguesa empregada no 2º semestre de 2007. A tabela 47 reporta-se à mãe dos alunos enquanto a tabela 48 se reporta ao pai dos alunos.

Tabela 47 – Comparação entre a situação profissional da mãe dos alunos e da população feminina portuguesa empregada

Profissões	Amostra		População portuguesa	
	Frequência	%	Frequência (em milhares)	%
Membro das Forças Armadas	2	0,2	5,9	0,2
Quadros sup e dirig Adm Pub e empresas	65	6,2	112,2	4,7
Espec profissões Intelectuais e Científicas	40	3,8	251,9	10,6
Téc e profissionais de nível intermédio	80	7,7	198,4	8,4
Pessoal administrativo e similares	75	7,2	308,7	13,0
Pessoal dos serviços e vendedores	114	10,9	514,8	21,7
Agricultores e trab qualif agricultura e pesca	37	3,6	271,0	11,4
Operários, artífices e trab similares	121	11,6	215,8	9,1
Operadores de inst e máq e trab de montagem	13	1,2	69,6	2,9
Trabalhadores não qualificados ^(af)	495	47,5	424,8	17,9
Total	1.042	100,0	2.373,1	100,0

Qui-quadrado=717,41 (p<0,05).

(af) 390 alunos que identificaram a categoria profissional da mãe como “doméstica”, mas como esta não é uma categoria considerada na Classificação Nacional de Profissões, Versão 1994 (disponível em www.ine.pt) foram incluídas na categoria “trabalhadores não qualificados”.

Fonte: Questionário aos alunos e INE (2007).

O resultado do teste Qui-quadrado mostra que há diferenças entre as distribuições das variáveis (tabela 47). A categoria profissional das mães mais representada é a dos “Trabalhadores não qualificados” com 47,5%, mais do dobro percentual existente na população portuguesa. A categoria menos representada é a dos “Membros das Forças Armadas” com 0,2%.

A tabela 48 apresenta o número de pais que pertence a cada uma das categorias profissionais consideradas e também a população portuguesa masculina empregada no 2º semestre de 2007.

Tabela 48 – Comparação entre a situação profissional do pai dos alunos e da população masculina portuguesa empregada

Profissões	Amostra		População portuguesa	
	Frequência	%	Frequência (em milhares)	%
Membro das Forças Armadas	53	5,5	27,8	1,0
Quadros sup e dirig Adm Pub e empresas	62	6,5	248,5	8,9
Espec profissões Intelectuais e Científicas	27	2,8	183,8	6,6
Téc e profissionais de nível intermédio	131	13,7	252,8	9,1
Pessoal administrativo e similares	56	5,9	181,7	6,5
Pessoal dos serviços e vendedores	106	11,1	243,8	8,8
Agricultores e trab qualif agricultura e pesca	113	11,8	291,3	10,5
Operários, artífices e trab similares	226	23,7	787,8	28,3
Operadores de inst e máq e trab de montagem	49	5,1	337,3	12,1
Trabalhadores não qualificados ^(ag)	132	13,8	226,8	8,2
Total	955	100,0	2.781,6	100,0

Qui-quadrado=339,16 (p<0,05).

(ag) Na amostra 6 alunos identificaram a categoria profissional do pai como “doméstico”, tal como no caso das mães, estes valores foram incluídos na categoria “trabalhadores não qualificados”.

Fonte: Questionário aos alunos e INE (2007).

Da tabela 48 constata-se que existem diferenças entre a situação profissional dos pais dos alunos amostrados e a população portuguesa.

Ao nível da amostra, a categoria profissional mais representada é a dos “Operários, artífices e trabalhadores similares” com 23,7%, e a seguir as categorias “Técnicos e profissionais de nível intermédio” e “Trabalhadores não qualificados” com 13,7% e 13,8%, respectivamente. A categoria menos representada é a dos “Especialistas de profissões intelectuais e científicas” com 2,8%.

Relativamente aos progenitores foi possível analisar também a sua escolaridade. A tabela 49 descreve a escolaridade de ambos os progenitores dos alunos da amostra.

Tabela 49 – Caracterização da escolaridade dos progenitores dos alunos

Nível de escolaridade	Escolaridade da mãe		Escolaridade do pai	
	Frequência	%	Frequência	%
Ensino Básico 1º ciclo	573	44,9	605	49,2
Ensino Básico 2º ciclo	242	19,0	230	18,7
Ensino Básico 3º ciclo	199	15,6	175	14,2
Ensino Secundário	158	12,4	158	12,8
Licenciatura	89	7,0	43	3,5
Pós graduação	14	1,1	20	1,6
Total	1275	100,0	1231	100,0

Fonte: Questionário aos alunos.

Na amostra recolhida, representada na tabela 49, há diferenças observáveis entre o nível de escolaridade completa dos pais e das mães dos alunos ($\chi^2=846,88$ e $p<0,05$). Há menos mães só com o ensino básico de 1º ciclo e há o dobro das mães com o grau de licenciada, comparativamente aos pais.

Fazendo uma análise da escolaridade do agregado familiar, criou-se uma nova variável *escolaridade_agregado* que considerou apenas o nível completo mais elevado entre o pai e a mãe, ou, no caso de só um deles estar identificado, considerou esse como o nível mais elevado. De seguida, compararam-se estes valores com os registados no 1º trimestre de 2007 da população activa portuguesa, para estudar possíveis diferenças (tabela 50).

Tabela 50 – Comparação da escolaridade máxima do agregado familiar dos alunos com a escolaridade máxima da população portuguesa activa

Nível de escolaridade	Amostra		População portuguesa	
	Frequência	%	Continente (em milhares)	%
Nenhum ^(ah)			276,1	
Ensino Básico 1º ciclo	425	35,0	1.466,0	28,8
Ensino Básico 2º ciclo	282	23,3	1.047,1	20,6
Ensino Básico 3º ciclo	205	16,9	996,5	19,6
Ensino Secundário	177	14,6	815,2	16,0
Ensino superior ^(ai)	124	8,0	766,9	15,1
Total	1.213	100,0	5.091,7	100,0

Qui-quadrado=45,48 ($p<0,05$).

(ah) Este nível não foi considerado no inquérito e por isso foi eliminado da população.

(ai) O nível ensino superior agregou as duas categorias consideradas no inquérito “licenciatura” e “pós-graduação”, para permitir a comparação.

Fonte: Questionário aos alunos e INE (acedido em 05/11/2008, disponível em www.ine.pt).

A realização de um teste Qui-quadrado mostra que a amostra apresenta diferenças relativamente à população portuguesa continental. Os níveis de escolaridade que apresentam maiores diferenças são o nível do 1º ciclo do ensino básico que está bastante sobre-representado na amostra (35,0%) e o ensino superior que está sub-representado (8,0%), quando comparados com os valores da população.

A figura 90 apresenta a distribuição da escolaridade máxima dos progenitores dos alunos pelos diferentes níveis de ensino.

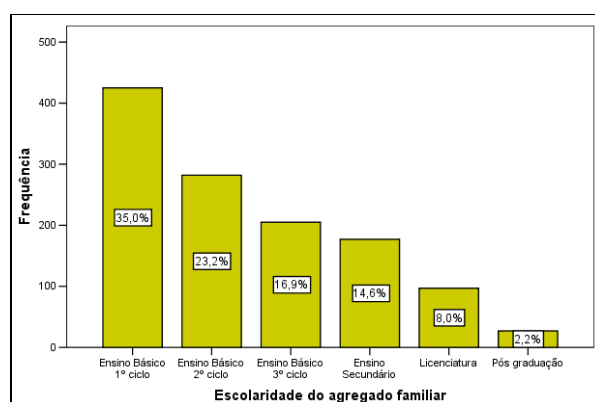


Figura 90 – Escolaridade máxima do agregado familiar dos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

Observa-se um aumento da percentagem de todos os níveis de escolaridade à excepção do nível “ensino básico nível 1” que diminuiu bastante. Apesar do estudo da DGES (Martins, Mauritti & Costa, 2005) apresentar o ensino superior politécnico como o que mais recruta entre as classes/estratos sociais mais baixos, com 63,0% das famílias de origem a ter apenas o ensino básico de nível 1, verifica-se que no caso do IPB esse valor não passa dos 35,0%. Ainda no referido estudo, o total do ensino básico é cerca de 81,0% dos agregados familiares, enquanto neste caso não ultrapassa os 75,0%.

Outro aspecto relevante é o rendimento líquido mensal do agregado familiar, ilustrado na figura seguinte (fig. 91).

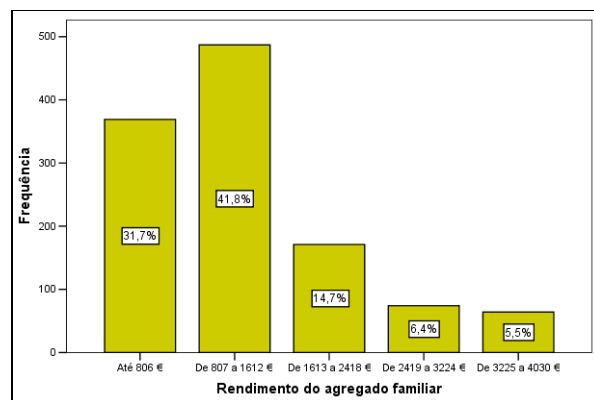


Figura 91 – Caracterização do rendimento médio mensal do agregado familiar dos alunos

Fonte: Questionário aos alunos.

Na figura 91 observa-se que cerca de 32,0% dos inquiridos pertencem a famílias que auferem no máximo 806 euros por mês, ou seja, 2 salários mínimos nacionais. Contudo, 73,5% dos inquiridos pertence a um agregado familiar que ganha menos de 1.613 euros por mês. Um outro escalão menos significativo é dos 1.613 a 2.418 euros por mês (que corresponde a 14,7% dos inquiridos) e acima desse valor há uma percentagem reduzida de estudantes (só 11,9% pertence a uma família com rendimentos superiores a 2.418 euros por mês). De facto, 88,0% das famílias dos alunos possui, no máximo, 2.418 euros ilíquidos por mês.

6.5 Condições de vida

Nesta parte caracterizam-se as condições de vida dos alunos durante o período lectivo.

O orçamento que os estudantes têm disponível pode provir de diferentes fontes: família, apoio estatal (na forma de subsídio, empréstimo ou bolsa escolar), apoio não estatal, rendimento próprio, ou outras fontes. O orçamento disponível da fonte “*família*” refere-se aos valores que a família de origem, ou constituída, disponibiliza mensalmente. O orçamento disponível da fonte “*apoio estatal*”, pode surgir em três formas possíveis: subsídio, quando se refere a um valor atribuído por entidades públicas ao abrigo de programas específicos (e.g subsídios da Câmara Municipal de Murça, aos alunos do ensino superior); empréstimo, quando os alunos recorrem a empréstimos através de programas institucionais; e bolsa

escolar, quando o montante mensal é atribuído pela instituição de ensino superior.

O “*apoio não estatal*” refere-se a valores recebidos mensalmente de instituições não públicas, como instituições privadas (*e.g.* bancos) que atribuem bolsas escolares. O “*rendimento próprio*” refere-se ao montante recebido mensalmente fruto do próprio trabalho.

Os orçamentos disponíveis são discriminados, de seguida, em função da fonte. É de realçar que foram eliminados da análise os alunos que, nas várias fontes, colocaram o valor zero euros, dado que a sua inclusão alteraria os resultados.

O primeiro orçamento descrito é o montante que a família de origem ou família constituída disponibiliza (figura 92).

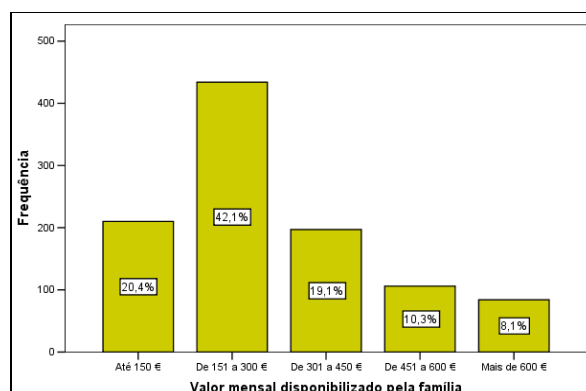


Figura 92 – Distribuição do valor médio mensal disponibilizado pela família aos alunos

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 92 caracteriza a distribuição dos 1031 alunos que referiram ser a família uma das fontes de financiamento. Destes alunos, a maioria (62,5%) tem menos de 301 euros disponíveis mensalmente.

A figura seguinte (fig. 93) representa o orçamento obtido mensalmente através de subsídios estatais não reembolsáveis.

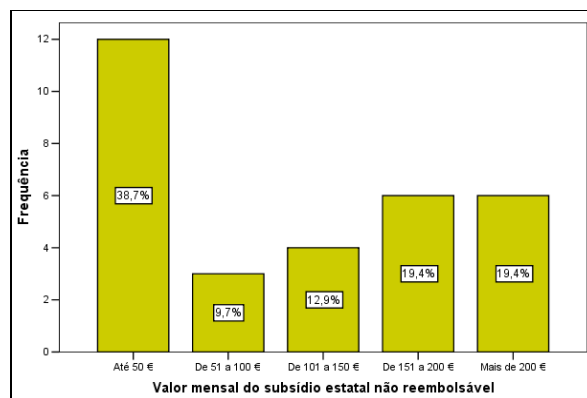


Figura 93 – Distribuição do subsídio estatal não reembolsável atribuído mensalmente aos alunos

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 93 apresenta os 31 alunos que recebem apoio estatal na forma de subsídio não reembolsável, sendo que 38,7% destes alunos recebem menos de 51 euros mensais.

A figura 94 descreve o orçamento disponibilizado mensalmente através de empréstimos estatais reembolsáveis.

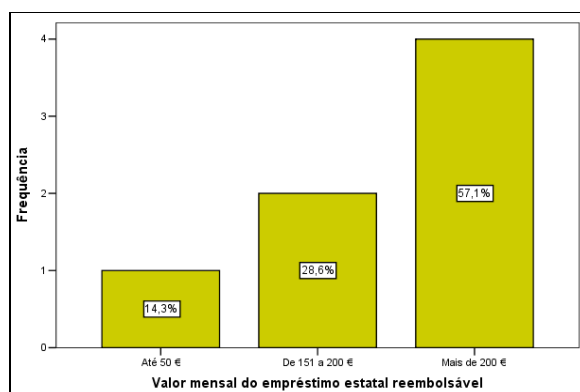


Figura 94 – Caracterização do empréstimo estatal reembolsável atribuído mensalmente aos alunos

Fonte: Questionário aos alunos.

Como se observa na figura 94, há 7 alunos na amostra que recebem apoio estatal na forma de empréstimo reembolsável e a maioria (57,1%, ou seja, 4 alunos) recebe mais de 200 euros.

Na figura seguinte (fig. 95) surge a distribuição dos alunos que recebem ajuda na forma de uma bolsa escolar não reembolsável, nas diferentes classes de valores.

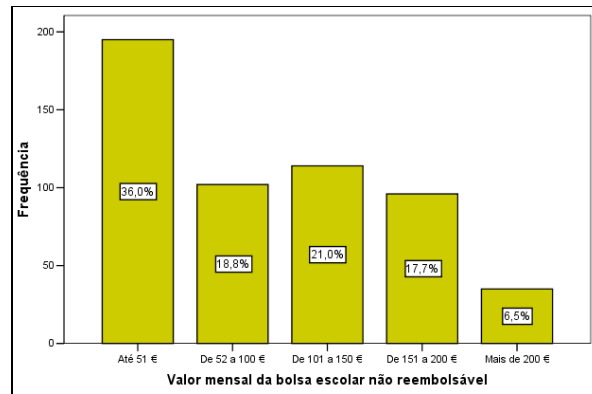


Figura 95 – Caracterização da bolsa escolar não reembolsável atribuída mensalmente aos alunos

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 95 mostra que, dos 542 alunos que recebem uma bolsa escolar não reembolsável, o valor mais atribuído é no máximo de 51 euros (36,0% dos alunos). Mais concretamente, 75,8% destes alunos apoiados recebem até 150 euros e os restantes 24,2% usufruem de uma bolsa superior a 151 euros.

Outra fonte considerada corresponde a apoios não estatais. Esta situação é descrita na figura 96.

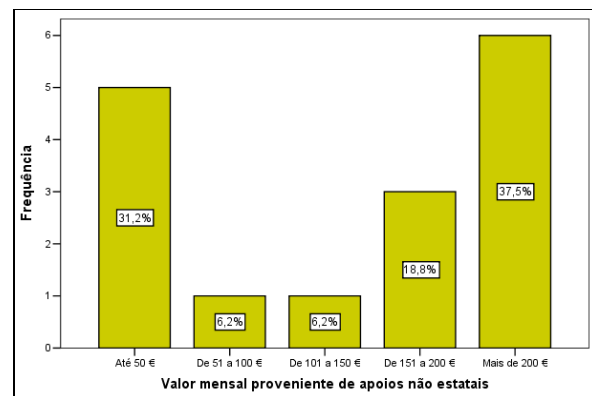


Figura 96 – Caracterização do montante disponível mensalmente proveniente de apoios não estatais

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 96 mostra que os 6 alunos que referem receber apoio financeiro de entidades não estatais se distribuem entre os que só têm até 50 euros mensais (31,2%) e os que dispõem

de mais de 200 euros mensais (37,5).

A figura 97 apresenta a distribuição do montante disponível mensalmente que é proveniente do próprio trabalho dos alunos.

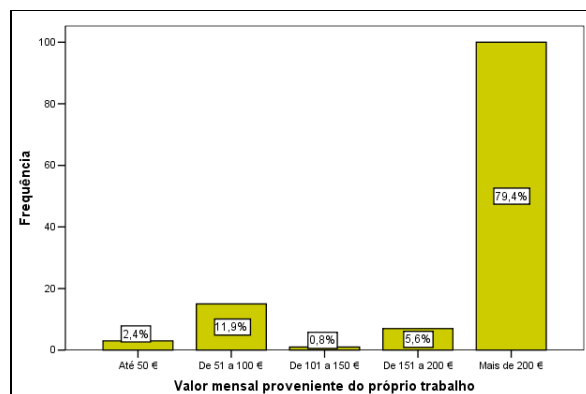


Figura 97 – Caracterização do montante mensal disponível fruto do próprio trabalho dos alunos

Fonte: Questionário aos alunos.

A distribuição apresentada na figura 97 mostra que os 126 alunos trabalhadores-estudantes têm disponível, em 79,4% dos casos, um orçamento mensal superior a 200 euros.

Houve ainda 39 alunos a identificar outras fontes de rendimento, cujas frequências se concentraram nos escalões extremos, no mais baixo (até 50 euros, 20,5%) e no mais elevado (mais de 200 euros, 46,2%). Uma análise destes inquéritos mostra que na sua maioria estas outras fontes são familiares (assinalado aqui por erro no preenchimento do inquérito) ou subsídio de desemprego.

Os montantes mensais disponíveis provenientes das 7 fontes identificadas estão resumidos na tabela seguinte.

Tabela 51 – Resumo do orçamento disponível dos alunos por fonte de origem (em euros)

		Família	Subsídio	Empréstimo	Bolsa escolar	Entidades não estatais	Trabalho	Outras fontes
N		1035	32	7	546	16	126	38
Média		372,3	133,6	273,6	109,7	203,4	600,5	245,1
Mediana		300,0	99,5	250,0	96,0	194,5	500,0	200,0
Percentil	25	200,0	50,0	166,0	50,0	50,0	250,0	100,0
	75	400,0	198,5	480,0	150,0	300,0	750,0	300,0

Fonte: Questionário aos alunos.

A tabela 51 mostra que os alunos do IPB que têm o maior montante disponível são aqueles que já trabalham (com um valor médio de 600,5 euros), seguidos dos que têm apoio proveniente da família de origem ou constituída, cujo valor médio ascende aos 372,3 euros. As outras fontes variam entre os 109,7 euros da bolsa escolar (menor orçamento) e os 273,6 euros dos empréstimos.

A análise seguinte averigua se o orçamento disponibilizado pela família poderá variar consoante a idade dos alunos (tabela 52). Verifica-se que existe uma associação entre estas duas variáveis.

Tabela 52 – Cruzamento entre o orçamento disponibilizado pela família e a idade dos alunos

Orçamento disponibilizado pela família	Idade dos alunos (em classes)						Total
	Menos de 20 anos	20 ou 21 anos	22 ou 23 anos	24 ou 25 anos	De 26 a 30 anos	Mais de 30 anos	
Até 150 euros	52	78	43	23	12	2	210
De 151 a 300 euros	93	157	90	61	27	6	434
De 301 a 450 euros	34	73	43	27	19	1	197
De 451 a 600 euros	12	19	25	24	17	9	106
Mais de 600 euros	12	10	7	6	17	32	84
Total	203	337	208	141	92	50	1031

Qui-quadrado=291,5 ($p < 0,05$).

Fonte: Questionário aos alunos.

O gráfico da figura 98 apresenta a distribuição do valor que a família dá ao aluno em função da sua idade.

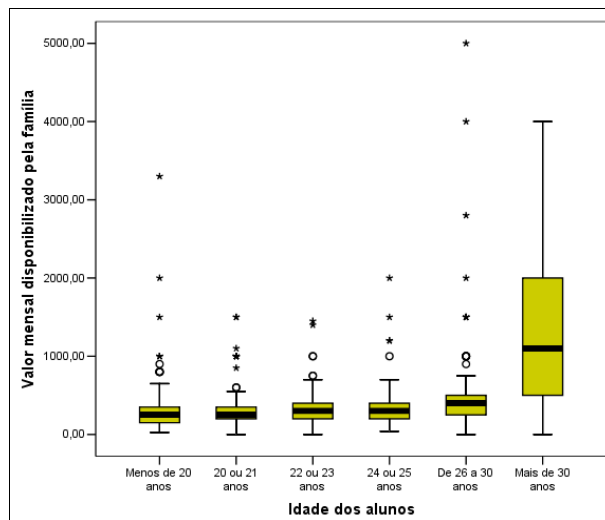


Figura 98 – Associação entre a idade dos alunos e o montante disponibilizado mensalmente pela família

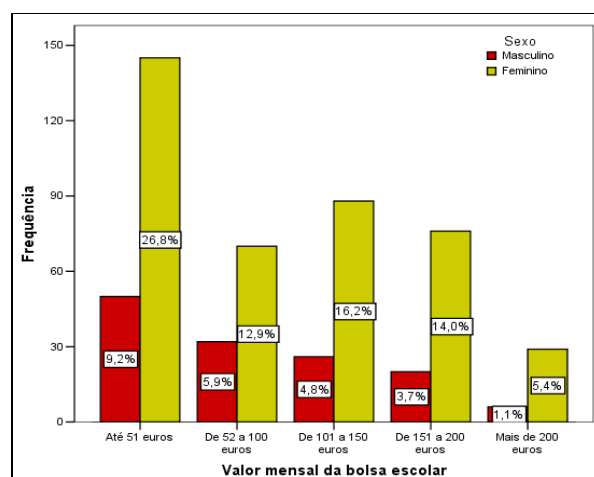
Fonte: Questionário aos alunos.

Da figura 98 conclui-se que são os alunos mais velhos, maiores de 25 anos, que recebem as maiores contribuições familiares. Eventualmente, devido ao facto de esses alunos já terem constituído família e necessitarem de um maior apoio.

Seria possível relacionar o valor proveniente do trabalho e a idade, mas como já foi referido, são os alunos mais velhos os que apresentam uma situação profissional remunerada. É, portanto, esperado que sejam também os mais velhos aqueles que têm um maior valor mensal disponível.

Das várias fontes que financiam os estudantes, verifica-se que a família é o principal contribuidor para o sustento da maioria dos estudantes (76,7%) durante o período lectivo. No entanto, há vários alunos a serem financiados por múltiplas fontes. A situação mais comum (33,5%) é estarem a ser ajudados pela família e receberem bolsa escolar, mas não se pode afirmar que existe uma associação entre estas duas variáveis.

Também se analisou a existência de alguma associação entre ser bolsheiro e o sexo dos alunos, pois o sexo feminino está mais representado no ensino superior. No total dos 1343 inquiridos verifica-se que 48,0% das alunas recebe bolsa escolar enquanto só 28,2% dos alunos tem o mesmo benefício. A figura 99 apresenta a distribuição das bolsas pelo sexo dos alunos.



Qui-quadrado=4,88 ($p>0,05$).

Figura 99 – Montante da bolsa escolar atribuída mensalmente por sexo

Fonte: Questionário aos alunos.

Na análise à figura 99 detecta-se que o sexo feminino beneficia de um maior apoio estatal na forma de bolsa escolar, pois dos 542 alunos beneficiários da bolsa escolar 75,3% são do sexo feminino. Esta tendência observa-se também no montante atribuído. De facto, não só há mais mulheres a receber bolsa como esta superioridade se verifica em todos os escalões de valores, mas não existe nenhuma relação entre o sexo e o montante auferido.

Foi também estudada a relação entre o montante da bolsa escolar e o rendimento líquido do agregado familiar dos alunos. A tabela 53 apresenta uma descrição mais detalhada de ambas as variáveis.

Tabela 53 – Relação entre o orçamento recebido da bolsa escolar e o rendimento líquido do agregado familiar dos alunos

Montante mensal da bolsa	Rendimento líquido do agregado familiar					Total
	Até 806 €	De 807 a 1612 €	De 1613 a 2418 €	De 2419 a 3224 €	Mais de 3225 €	
Até 50 euros	37	73	17	5	5	137
De 51 a 100 euros	37	44	10	0	1	92
De 101 a 150 euros	60	37	3	2	2	104
De 151 a 200 euros	61	23	3	0	2	89
Mais de 200 euros	19	10	0	0	1	30
Total	214	187	33	7	11	452

(Não se verificam os pressupostos para realizar o teste Qui-quadrado).

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura seguinte (fig. 100) permite detalhar de que forma a bolsa escolar está associada com o rendimento líquido do agregado familiar.

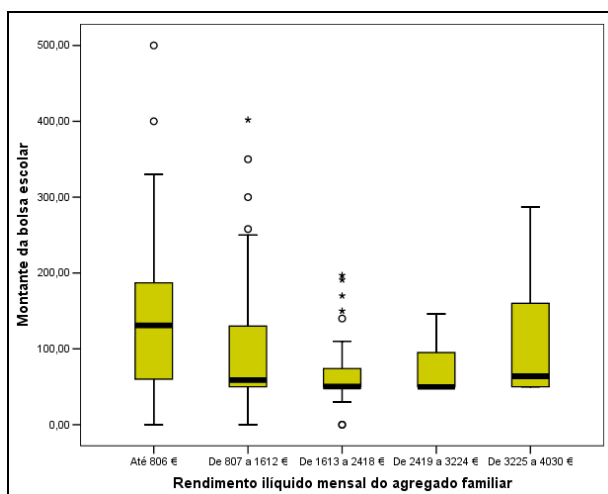


Figura 100 – Associação entre a idade dos alunos e o montante disponibilizado mensalmente pela família

Fonte: Questionário aos alunos.

A análise à figura 100 sugere que, como seria expectável, são os agregados familiares com rendimentos mais baixos os que recebem também montantes médios mais elevados de bolsa escolar.

A tabela seguinte relaciona a contribuição familiar (que se verifica ser a maior) e o tipo de alojamento durante o período lectivo (tabela 54).

Tabela 54 – Relação entre o montante disponibilizado pela família e o tipo de alojamento

Montante disponibilizado pela família	Tipo de alojamento						Total
	Quarto arrendado individual	Quarto arrendado partilhado	Lar/residência estudantes	Casa pais/familiares	Casa/apartamento próprio	Casa/apartamento arrendado	
Até 150 euros	79	14	33	56	7	20	209
De 151 a 300 euros	254	32	28	45	13	54	426
De 301 a 450 euros	148	10	4	7	1	27	197
De 451 a 600 euros	66	4	0	7	9	18	104
Mais de 600 euros	20	4	2	9	42	7	84
Total	567	64	67	124	72	126	1020

Qui-quadrado=390,97 (p<0,05).

Fonte: Questionário aos alunos.

Verifica-se que as duas variáveis não são independentes. A figura 101 discrimina esta situação.

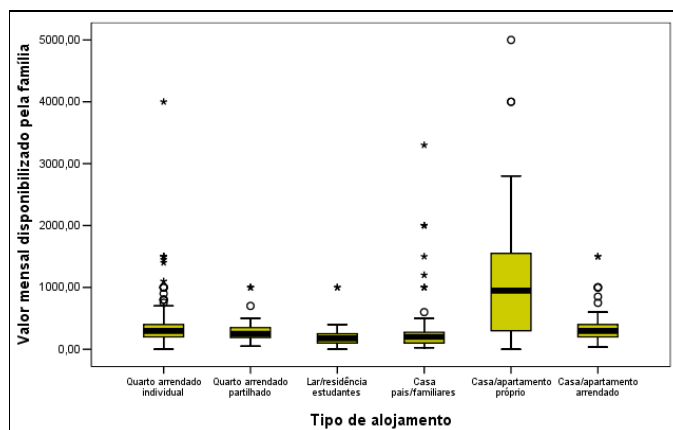


Figura 101 – Associação entre o montante disponibilizado pela família dos alunos e o tipo de alojamento

Fonte: Questionário aos alunos.

Com base na figura 101 pode-se afirmar que os alunos que estão a residir em habitação própria recebem mais da própria família, provavelmente porque a família terá um maior rendimento mensal ou os alunos já constituíram a sua família.

Quando se tenta associar o tipo de alojamento durante o ano lectivo ao sexo dos alunos conclui-se que estas duas variáveis também não são independentes ($\chi^2=25,70$ e $p<0,05$). Esta associação é representada na figura 102.

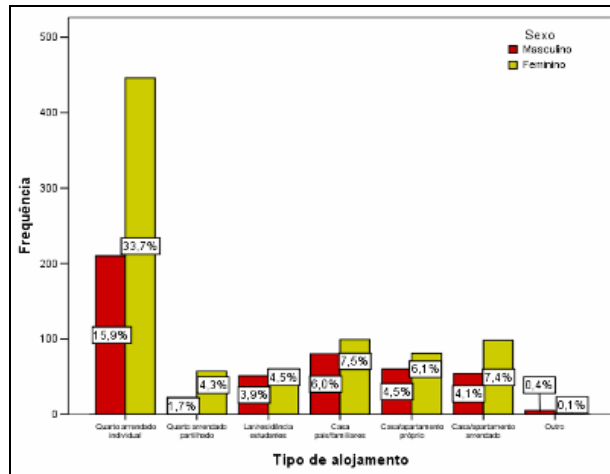
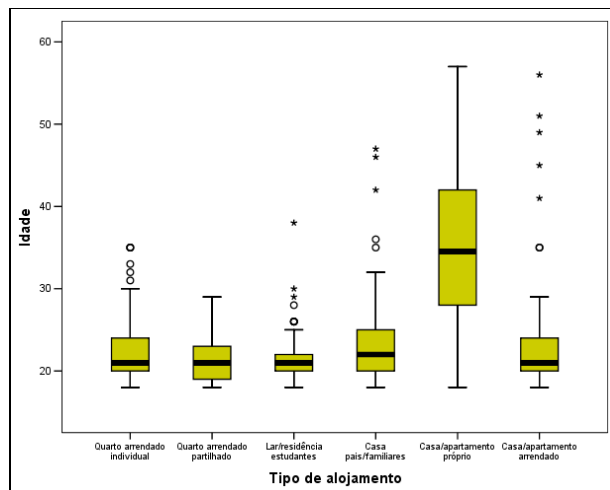


Figura 102 – Relação entre o sexo e o tipo de alojamento dos alunos (em percentagem)

Fonte: Questionário aos alunos.

Também a associação entre o tipo de alojamento durante o ano lectivo e a idade dos alunos conduz à conclusão de que estas duas variáveis não são independentes. A figura 103 descreve esta situação.



Qui-quadrado=654,69 ($p<0,05$).

Figura 103 – Associação entre a idade dos alunos e o tipo de alojamento

Fonte: Questionário aos alunos.

Verifica-se que os alunos que moram em casa/apartamento próprio são os que se encontram na faixa etária mais elevada.

Relativamente ao nível de escolaridade da família de origem e o tipo de alojamento não se detecta qualquer padrão significativo. Em todos os escalões de escolaridade os estudantes na sua maioria estão a viver em quartos arrendados individuais. A exceção ocorre quando a família de origem apresenta um nível de escolaridade de pós-graduação, e, neste caso, os alunos vivem maioritariamente em apartamentos/casas arrendadas.

A avaliação das condições de bem-estar pode ser vista na figura 104.

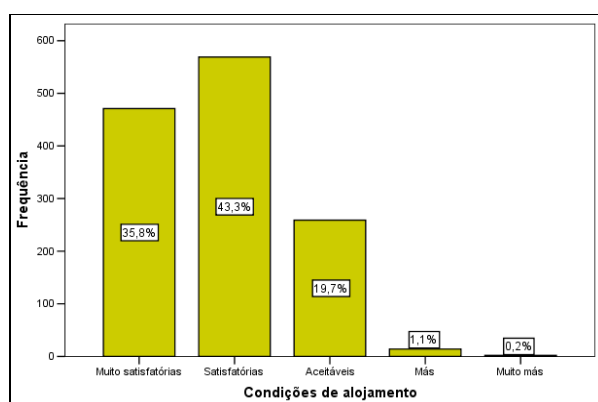


Figura 104 – Condições de alojamento

Fonte: Questionário aos alunos.

Os alunos inquiridos, maioritariamente, avaliam positivamente as suas condições de alojamento, dado que 79,1% considera as suas condições satisfatórias ou muito satisfatórias e só 1,3% considera as suas condições más ou muito más. Dos que consideram que têm condições más ou muito más, 46,7% estão alojados em lares/residências de estudantes e 40,0% em quartos arrendados individuais. De salientar que só 111 dos inquiridos (8,4%) declarou residir em lar/residência de estudantes.

6.6 Padrões de consumo e práticas sociais

Nesta parte solicitou-se aos alunos que identificassem os seus gastos mensais por categorias, que poderiam ser alojamento, alimentação, material escolar, saúde, lazer, bens pessoais, material informático, propinas e taxas e outras despesas.

Das categorias anteriormente identificadas dos gastos mensais, a primeira a ser analisada será o gasto em alojamento, como aparece na figura 105.

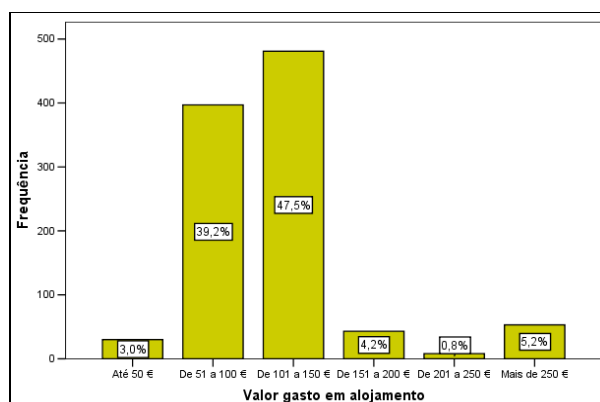


Figura 105 – Valor médio mensal gasto com alojamento pelos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 105 apresenta a distribuição de gastos mensais com o alojamento. A maioria dos alunos (86,7%) gasta entre 51 e 150 euros.

Uma possibilidade que de seguida se analisa é se os alunos das diferentes escolas pagam valores diferentes pelo alojamento. Como há 4 escolas que se localizam em Bragança e 1 em Mirandela pode-se tentar analisar se existe uma diferença entre o valor pago pelo alojamento nas diferentes regiões (tabela 55).

Tabela 55 – Relação entre o concelho de residência e o valor mensal pago pelo alojamento

Concelho de residência	Valor mensal gasto em alojamento						Total
	Até 50 euros	De 51 a 100 euros	De 101 a 150 euros	De 151 a 200 euros	De 201 a 250 euros	Mais de 250 euros	
Bragança	48	268	321	30	3	23	693
Mirandela	4	56	82	5	2	15	164
Total	52	324	403	35	5	38	857

Qui-quadrado=17,60 ($p<0,05$).

Fonte: Questionário aos alunos.

Quando se analisam os alunos que residem em Bragança e Mirandela e o valor que gastam em alojamento observa-se que estas variáveis não são independentes. Um estudo das duas situações demonstra que os alunos que residem em Bragança pagam em média 116,9 euros (mediana 110,0 euros) por mês pelo alojamento, enquanto os que residem em Mirandela pagam em média 143,4 euros (mediana 120,0) mensalmente. Numa primeira abordagem pode-se dizer que os alunos de Mirandela pagam mais pelo alojamento. A explicação pode residir na menor oferta local, o que propicia uma certa especulação nas rendas. Em 2007, Bragança possuía 16.721 edifícios de habitação familiar clássica, enquanto em Mirandela se registavam apenas 12.176 edifícios (acedido em 05/11/2008, disponível em www.ine.pt).

De seguida, foi analisada a possibilidade dos alunos seleccionarem o seu alojamento em função do rendimento do agregado familiar a que pertencem (tabela 56).

Tabela 56 – Relação entre o montante disponibilizado pela família e o tipo de alojamento

Rendimento agregado familiar	Tipo de alojamento						Total
	Quarto arrendado individual	Quarto arrendado partilhado	Lar/residência estudantes	Casa pais/familiares	Habitação própria	Habitação arrendada	
Até 806 €	186	27	56	45	15	33	362
De 807 a 1612 €	255	32	26	63	44	59	479
De 1613 a 2418 €	86	4	2	23	34	18	167
De 2419 a 3224 €	32	3	0	15	14	9	73
Mais de 3225 €	21	1	3	16	12	11	64
Total	580	67	87	162	119	130	1145

Qui-quadrado=113,62 ($p<0,05$).

Fonte: Questionário aos alunos.

Na tabela 56 vê-se como se distribuem as frequências observadas dos escalões dos rendimentos familiares relativamente ao tipo de alojamento, verificando-se que não são independentes. Apesar da maioria dos alunos, em todas as categorias de rendimentos, preferir o “quarto arrendado individual”, os que pertencem a categorias de rendimento cada vez mais elevadas preferem, como segunda opção a “casa dos pais/familiares” ou “habitação própria”.

A próxima categoria em estudo refere-se aos gastos com a alimentação (figura 106).

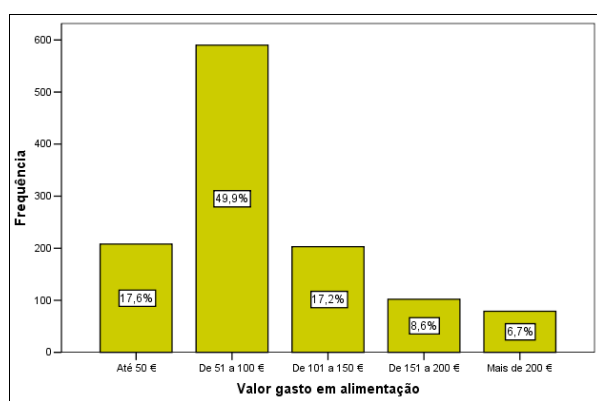


Figura 106 – Valor médio mensal gasto com alimentação pelos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

Na figura 106 é apresentada a distribuição dos gastos com a alimentação dos alunos. A maioria (quase 50,0%) gasta entre 51 e 100 euros por mês, sendo que 67,5 gasta no máximo 100 euros.

Neste ponto é interessante analisar onde os alunos fazem as suas refeições, entre quatro locais distintos: em casa, na cantina do IPB, no bar do IPB, ou em estabelecimentos comerciais. A tabela 57 descreve as várias situações.

Tabela 57 – Relação entre o tipo de refeições e o local onde são realizadas (em percentagem)

Tipo de refeição	Local onde realizam as refeições			
	Casa (1274)	Cantina (460)	Bar (259)	Estab. Comerciais (88)
Só Pequeno-almoço	7,8	0,1	10,6	0,5
Só almoço	0,3	11,7	1,2	1,7
Só Jantar	2,0	0,7	0,3	1,2
Pequeno-almoço & almoço	0,4	0,0	0,1	0,2
Pequeno-almoço & jantar	7,6	0,0	0,0	0,0
Almoço & jantar	4,5	9,5	0,2	0,4
Todas	38,6	0,1	0,0	0,1
Total	61,2	22,1	12,4	4,2

Fonte: Questionário aos alunos.

Os alunos fazem a maior parte das refeições em casa. Dos inquiridos, 38,6% fazem todas as refeições em casa. Os alunos que fazem algumas refeições fora de casa tomam o pequeno-almoço no bar da escola e almoçam e/ou jantam na cantina. Os estabelecimentos comerciais correspondem à preferência de 4,2% dos alunos (88 alunos).

A categoria de gastos analisada a seguir incide sobre os gastos com o material escolar e aparece representada na figura 107.

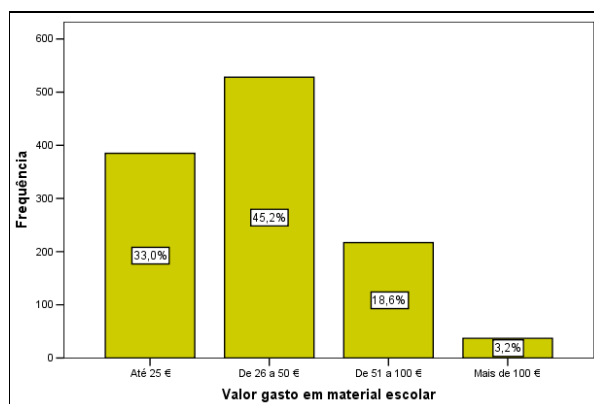


Figura 107 – Valor médio mensal gasto com material escolar pelos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

Nesta categoria, 78,2% dos alunos gasta no máximo 50 euros por mês.

A figura seguinte (fig. 108) descreve as diferenças nos gastos em função do aluno ser ordinário ou trabalhador.

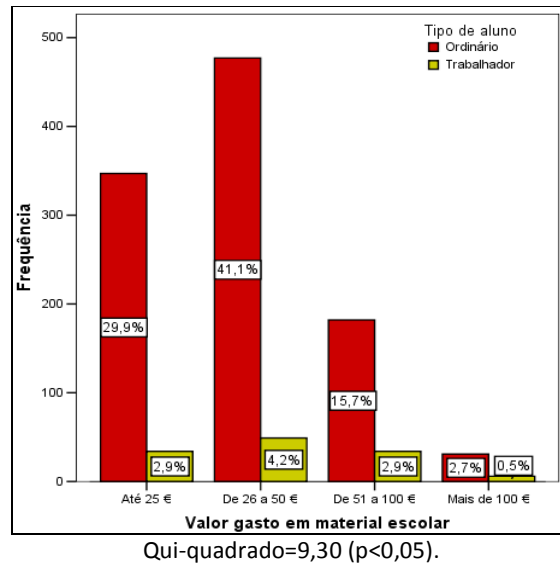


Figura 108 – Tipo de aluno versus valor médio mensal gasto com o material escolar

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 108 indica que os alunos trabalhadores-estudantes gastam mais dinheiro com o material escolar do que os alunos ordinários. De facto, os alunos ordinários gastam em média 45,9 euros por mês enquanto os trabalhadores-estudantes gastam em média 68,4 euros. Considerando que os trabalhadores-estudantes assistem a menos aulas é razoável que, para acompanhar a matéria leccionada, tenham de adquirir mais material, nomeadamente fotocópias de apontamentos dos colegas que assistem às aulas. Existe de facto uma associação entre as variáveis.

A figura 109 apresenta os gastos com a saúde. O facto de a maioria (68,2%) gastar até 25 euros é adequado à média de idades dos alunos.

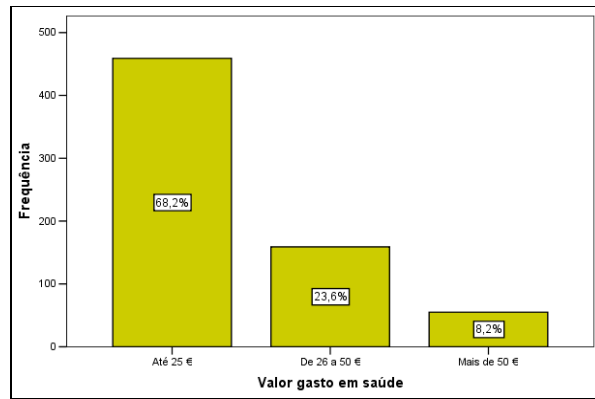


Figura 109 – Valor médio mensal gasto com saúde pelos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 110 descreve o gasto mensal dos alunos com actividades de lazer.

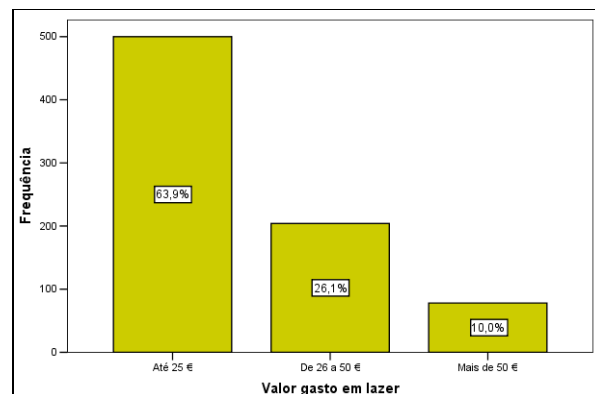


Figura 110 – Valor médio mensal gasto com lazer pelos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

Na figura 110 a maioria dos alunos gasta até 25 euros. Possivelmente os alunos só consideraram gastos com bilhetes de cinema, livros, etc. como era sugerido na questão, e não consideraram por exemplo saídas nocturnas, bebidas alcoólicas, cafés, ou cigarros.

A figura 111 ilustra os gastos dos alunos em bens pessoais.

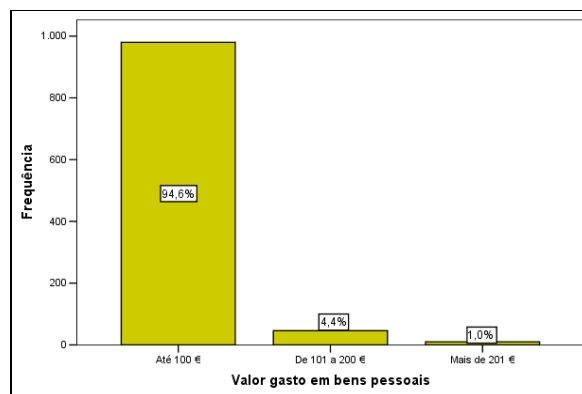


Figura 111 – Valor médio mensal gasto com bens pessoais pelos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

Tal como a figura 111 apresenta, os alunos gastam até 100 euros mensais em bens pessoais, onde se incluem artigos de higiene, roupa, etc.

Na categoria dos gastos com material informático 97,3% dos alunos gasta até 50 euros e em propinas e taxas verifica-se que 88,3% dos alunos gasta no máximo 100 euros mensais.

Na categoria dos gastos mensais também era pedido aos alunos que estimassem o valor que a família gasta mensalmente com bens intangíveis, como por exemplo comida, bens que trazem de casa, ou bilhetes comprados pela família (figura 112).

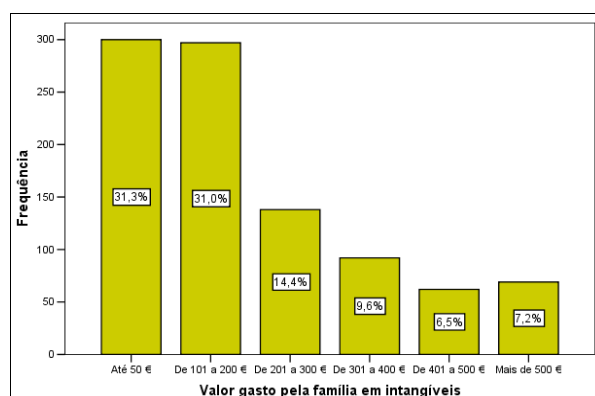


Figura 112 – Valor médio mensal gasto em bens intangíveis pela família dos alunos

Fonte: Questionário aos alunos.

Nesta categoria, 936 alunos consideraram que havia um gasto familiar com esses bens, cujo valor médio mensal seria de 267,3 euros.

A tabela 58 apresenta um resumo dos gastos nas diferentes categorias e em função das várias possibilidades de alojamento. Nesta tabela foram eliminados os inquéritos que, nas diferentes opções, indicavam gasto zero euros, por se considerar que alteravam os resultados

Tabela 58 – Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por tipo de alojamento (em euros)

	Quarto individual	N (656)	Quarto partilhado	N (79)	Lar/Resid. estudantes	N (111)	Pais ou Familiares	N (179)	Casa/Ap. arrendada	N (141)	Casa/Ap. própria	N (152)	Outra	N (6)
Bens intangíveis	229,0	531	188,9	53	175,9	83	333,1	90	620,1	70	238,9	118	80,0	1
Alojamento	115,6	650	99,5	76	40,0	51	80,0	48	311,0	64	140,4	147	--	0
Alimentação	101,1	632	98,4	76	106,8	100	115,2	123	266,9	93	112,0	143	175,0	2
Material escolar	45,6	609	40,5	70	44,2	100	63,2	147	55,3	91	45,7	132	48,0	5
Saúde	22,2	346	26,5	41	23,9	60	36,6	80	44,8	64	21,9	75	50,0	1
Lazer	25,5	407	28,2	51	30,0	58	38,1	116	47,2	56	32,4	86	50,0	1
Bens pessoais	49,2	530	45,9	67	46,8	83	76,8	133	102,3	84	49,8	124	43,3	3
Mat. Informático	41,3	289	29,7	38	44,9	37	39,5	105	43,8	72	32,8	72	31,7	3
Propinas	60,5	544	77,7	63	70,1	83	67,5	142	61,8	86	60,2	122	50,5	4
Outros	59,3	137	69,0	15	83,7	15	87,0	28	156,2	26	105,1	20	175,0	2
Total gastos	405,1	650	396,5	77	316,1	104	372,2	164	688,2	111	434,0	150	293,4	5
Total gastos + Intangíveis	591,4	650	519,7	78	447,9	106	548,3	166	1032,7	116	621,9	150	309,4	5

Fonte: Questionário aos alunos.

Os alunos também apresentam despesas com os meios de transporte. Estas despesas poderiam ser indicadas segundo duas perspectivas: aqueles que possuem transporte próprio e os que não possuem transporte próprio. Estes últimos poderiam declarar despesas na deslocação entre a residência no período lectivo e a escola, e a residência no período lectivo e a casa de família.

Os alunos inquiridos percorrem, na maioria (74,1%) menos de 2 quilómetros entre a sua residência no período lectivo e a escola que frequentam.

Dos alunos inquiridos 75,0% desloca-se a pé, 22,2% desloca-se em transporte próprio, 2,2% andam nos transportes públicos e 0,6% indica outra situação. Nesta questão verificou-se uma certa confusão de respostas por parte dos alunos que em 34 inquéritos (codificados como não resposta) indicaram que se deslocavam a pé e em transportes públicos ou a pé e em transporte próprio (na sua maioria à boleia). Claramente muitos alunos deslocam-se a pé, dado que a maioria indicou que percorre menos de 2 quilómetros entre a sua residência e a escola que frequentam.

Aos alunos que não possuem transporte próprio foi solicitado que estimassem o valor gasto em deslocações entre a residência e a escola que frequentam e entre a residência e a casa de família. A primeira situação coloca 78,0% dos alunos a gastarem até 50 euros, contudo muitos escreveram no inquérito zero ou não assinalaram um valor porque afirmavam que se deslocavam a pé. A segunda situação, dos gastos entre a residência e a casa de família, está ilustrada na figura 113.

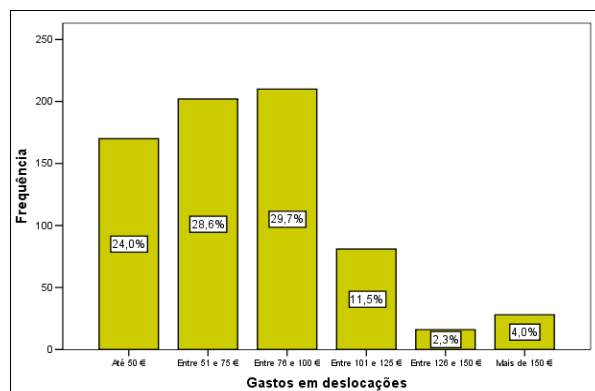


Figura 113 – Gastos em deslocações entre a residência e a casa de família pelos alunos inquiridos que não possuem transporte próprio

Fonte: Questionário aos alunos.

A média dos gastos mensais dos alunos que não possuem transporte próprio com deslocações é, respectivamente, 38,4 euros (da residência à escola) e 72,2 euros (da residência à casa de família).

Dos alunos que possuem transporte próprio, quase 97,0% possui como transporte o automóvel e os restantes possuem mota, motorizada ou outro. Os gastos médios mensais com os transportes próprios e com outros transportes, para os alunos que possuem transporte próprio, estão nas figuras 114 e 115, respectivamente.

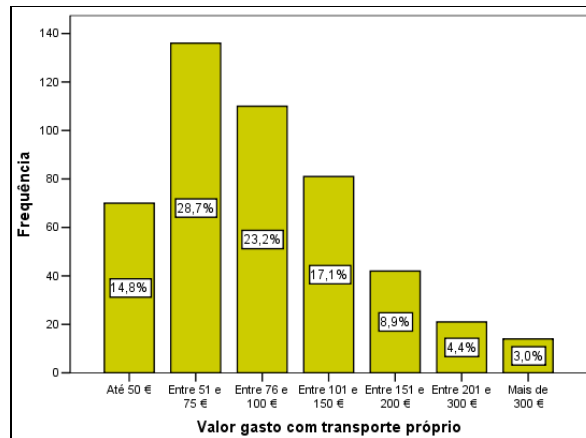


Figura 114 – Gastos com a utilização do seu meio de transporte pelos alunos inquiridos que possuem transporte próprio

Fonte: Questionário aos alunos.

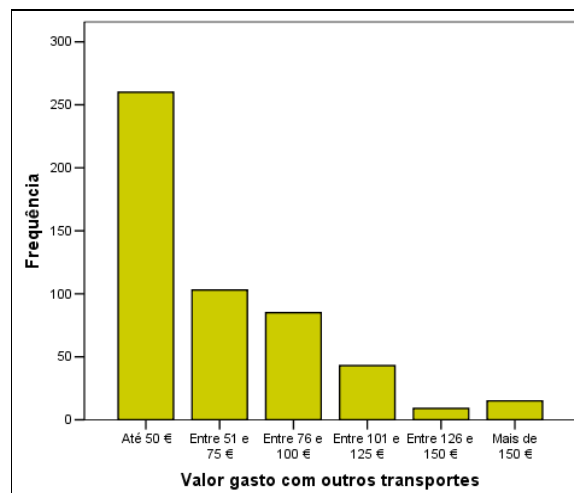


Figura 115 – Gastos com a utilização de outros meios de transporte pelos alunos inquiridos que possuem transporte próprio

Fonte: Questionário aos alunos.

A média dos gastos mensais dos alunos que possuem transporte próprio é, respectivamente, 99,2 euros (gastos com o próprio transporte) e 56,0 euros (gastos com outros transportes).

O gasto médio mensal com transporte é de 98,3 euros. Assumindo que os alunos só gastam 50% na região (bilhete de ida e de regresso adquirido no respectivo ponto de partida, tal como o combustível) este valor baixa para 49,2 euros.

A tabela 59 resume os gastos médios mensais dos alunos em cada uma das categorias analisadas.

Tabela 59 – Resumo dos gastos médios mensais dos alunos por categoria (em euros e em percentagem)

	Alojamento	Alimentação	Transporte	Outras despesas	Propinas e taxas	Bens pessoais	Mat. Escolar	Mat. Informático	Lazer	Saúde
N	1012	1174		230	1049	1033	1165	553	731	599
Média	129,0	118,7	98,3	84,9	63,4	57,0	48,4	47,1	32,3	29,8
Mediana	110,0	100,0		60,0	45,8	50,0	40,0	30,0	20,0	20,0
Desvio padrão	83,4	97,8		77,6	51,3	56,6	49,2	120,5	34,9	29,2
Mínimo	5,0	5,0		10,0	15,0	5,0	1,0	1,7	2,0	1,0
Máximo	900,0	1500,0		500,0	550,0	1000,0	1000,0	1535,0	500,0	200,0
Percentil 25	100,0	70,0		40,0	43,8	25,0	20,0	20,0	15,0	10,0
Percentil 75	130,0	150,0		100,0	50,0	75,0	50,0	50,0	50,0	40,0
Gasto mensal (em %)	18,2%	16,7%	13,9%	12,0%	8,9%	8,0%	6,8%	6,6%	4,6%	4,2%

Fonte: Questionário aos alunos.

Na tabela anterior (tabela 59) todos os valores foram calculados eliminando os inqueritos que, nas diferentes opções, indicavam gasto zero euros, por se considerar que alteravam os resultados.

Posteriormente, foi criada uma nova variável “total gasto”, cujo valor apresentado foi calculado através da soma dos valores apresentados nas 10 categorias já referidas. Considerando o número total dos alunos inquiridos, pode-se obter a seguinte caracterização dos gastos de todos os alunos, com e sem os bens intangíveis (tabela 60).

Tabela 60 – Resumo dos gastos totais médios mensais dos alunos inquiridos (em euros)

	Total dos gastos (N=1278)	Total dos gastos com os bens intangíveis (N=1288)
Média	421,5	612,5
Mediana	375,4	530,0
Desvio padrão	257,4	444,1
Mínimo	30,0	30,0
Máximo	2683,3	6683,3
Percentil 25	280,0	373,8
Percentil 75	486,6	729,8

Fonte: Questionário aos alunos.

Se forem considerados só os alunos que afirmaram que mudaram de residência para frequentar o actual curso, verifica-se que estes alunos gastam mensalmente (os 965 alunos que apresentaram valores), em média, 400,6 euros (mediana 375,8 euros). Se considerarmos os bens intangíveis, existem 968 respostas, e o valor médio mensal gasto por cada estudante sobe para 577,1 euros (mediana 530,0 euros).

De uma forma mais conservadora, podem-se aceitar os valores totais exibidos pelos alunos sem considerar os gastos em bens intangíveis (valor médio mensal de 400,6 euros). Esta opção é sustentada por não haver qualquer forma de saber se estes gastos foram realizados na região em análise ou na região de origem das famílias dos estudantes. Acrescentando os valores gastos em transporte (49,2 euros) obtém-se um gasto médio mensal total por estudante de 449,8 euros.

Após a análise dos gastos, foi observado como é que os alunos consideram a sua actual situação financeira.

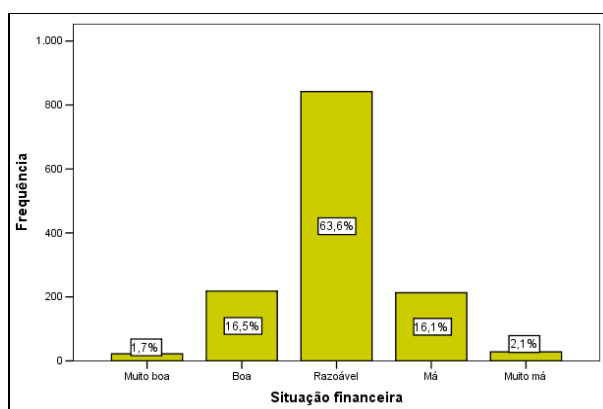


Figura 116 – Avaliação da situação financeira pelos alunos inquiridos

Fonte: Questionário aos alunos.

Como a figura 116 retrata, a maioria dos alunos considera que a sua situação financeira é razoável, ou seja, fizeram face às despesas (com quase 64,0% dos alunos). Verifica-se que os alunos que consideram a sua situação financeira boa são quase tantos como os que consideram a sua situação financeira má (16,5 e 16,1%, respectivamente). Porém, nos casos

extremos, a situação financeira “ *muito má* ” reúne mais alunos do que a situação financeira “ *muito boa* ” (2,1 e 1,7%, respectivamente).

A tabela 61 analisa a possível associação entre a situação financeira e diferentes variáveis.

Tabela 61 – Associação entre a situação financeira e as diferentes variáveis consideradas

		Situação financeira dos alunos					Total
		Muito boa	Boa	Razoável	Má	Muito má	
Sexo	Masculino	9	96	286	79	12	482
	Feminino	13	122	557	134	16	842

Qui-quadrado=8,46 (p>0,05).

Concelho Residência	Bragança	16	146	557	139	17	875
	Mirandela	3	28	128	33	6	198
	Norte	3	38	128	36	5	210
	Outras regiões	0	3	19	1	0	23

Não se verificam os pressupostos para se realizar o teste Qui-quadrado.

Mudou Residência?	Sim	14	153	626	154	21	968
	Não	8	65	211	57	7	348

Qui-quadrado=3,11 (p>0,05).

Tipo de aluno	Ordinário	19	194	737	167	23	1140
	Trabalhador	3	24	102	43	5	177

Qui-quadrado=11,74 (p<0,05).

Idade em escalas	< 20 anos	2	45	175	29	4	255
	20 ou 21 anos	13	74	245	54	5	391
	22 ou 23 anos	2	36	174	25	5	242
	24 ou 25 anos	2	29	97	41	6	175
	De 26 a 30 anos	2	18	75	40	4	139
	> 30 anos	1	16	77	24	4	122

Qui-quadrado=55,77 (p<0,05).

Rendimento disponível	Até 125 €	1	14	50	16	4	85
	De 126 a 250 €	2	49	184	55	6	296
	De 251 a 375 €	8	43	222	50	4	327
	De 376 a 500 €	2	54	168	32	2	258
	Mais de 500 €	7	38	129	35	7	216
	Até 125 €	1	14	50	16	4	85

Qui-quadrado=26,41 (p<0,05).

Fonte: Questionário aos alunos.

Da tabela 61 verifica-se que a situação financeira é independente das seguintes variáveis: sexo e ter mudado de residência, mas não é independente do tipo de aluno, da idade ou do rendimento médio disponível.

Consideraram-se só os alunos, cuja situação financeira é avaliada como “*má*” e “*muito má*”, para uma análise mais específica. Neste caso, a situação financeira é independente das seguintes variáveis: sexo, ter mudado de residência, tipo de aluno e idade. Não se verificam os pressupostos para testar a independência em relação ao concelho de residência e ao rendimento médio disponível.

Em termos de visitas, consideraram-se só os alunos que afirmaram ter mudado de residência para frequentar o ensino superior, dado que os que já residiam na região recebem visitas de qualquer das formas e não se pode considerar este valor como relacionado com o IPB.

A análise das visitas recebidas começa pela determinação do número anual de visitas, como está retratado na figura 117.

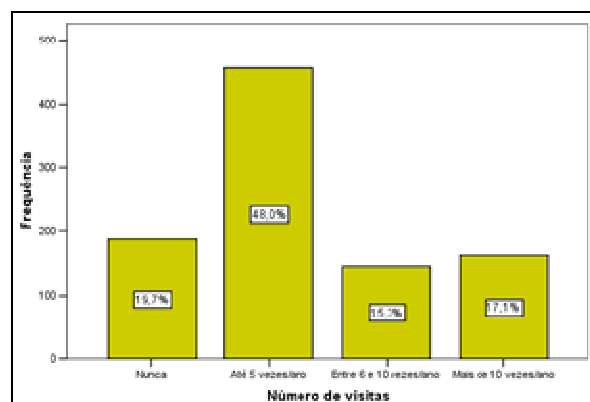


Figura 117 – Frequência das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 117 mostra que a maioria dos alunos recebe no máximo 5 visitas por ano, mas existem alunos que nunca recebem visitas (quase 20,0%). Em média cada aluno recebe 4,1 visitas por ano.

A figura 118 descreve o período de permanência que cada visita.

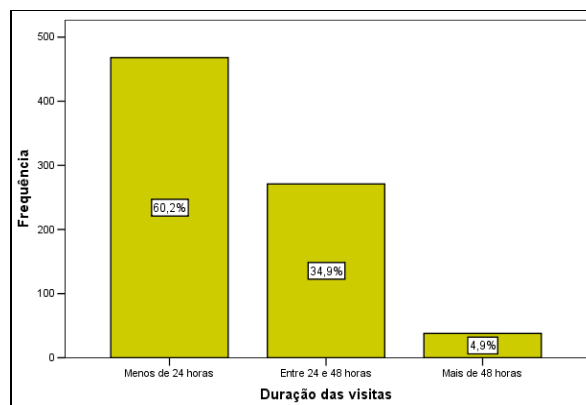


Figura 118 – Duração das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência

Fonte: Questionário aos alunos.

A figura 118 mostra que cada visita permanece menos de 24 horas (em média permanecem 22,1 horas). De facto, contrariamente aos docentes e funcionários que vivem na região, os alunos estão deslocados com o objectivo de estudar. Geralmente, o fluxo é no sentido de serem os alunos a visitar a família e não o contrário, salvo em situações especiais como o regresso de férias, queima das fitas, etc.

A figura 119 representa o gasto diário das visitas durante a sua estadia.

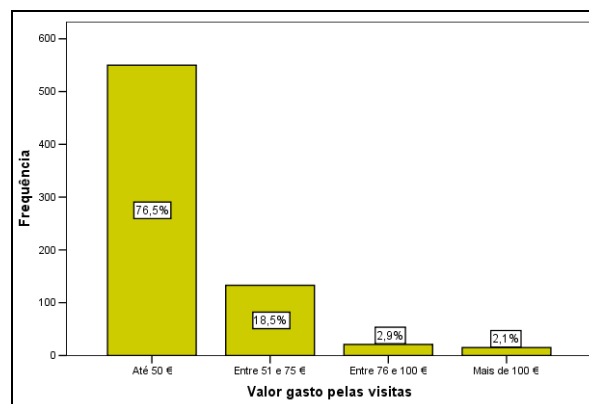


Figura 119 – Gasto médio diário das visitas recebidas pelos alunos inquiridos que mudaram de residência

Fonte: Questionário aos alunos.

Como se observa na figura 119, 76,5% das visitas gastam até 50 euros e em média gastam 35,4 euros por dia.

Com os valores obtidos para o número médio de visitas anuais, tempo médio de permanência, e gasto médio diário pode-se determinar o valor médio anual com que cada aluno contribui para a região através das visitas que recebe, que é 134,8 euros.

6.7 Mobilidade internacional

Relativamente à mobilidade internacional dos estudantes verifica-se que só uma percentagem muito baixa é que frequentou alguma instituição do ensino superior no estrangeiro (só 2,5% dos inquiridos). Como se pode analisar na figura 120, desses alunos só 39,4% participaram no programa internacional *Erasmus/Tempus*.

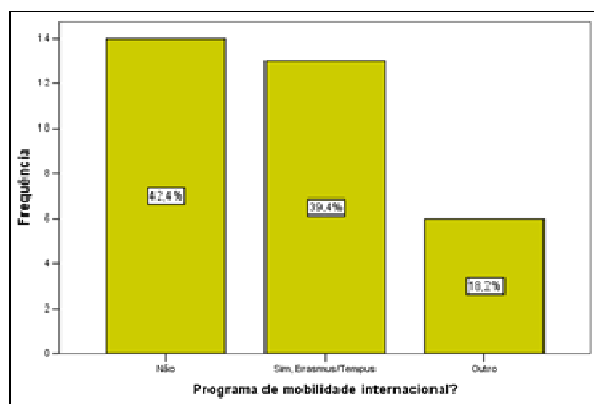


Figura 120 – Distribuição dos alunos que estudaram no estrangeiro através de um programa de mobilidade internacional

Fonte: Questionário aos alunos.

Os principais destinos da mobilidade estão resumidos na tabela 62.

Tabela 62 – Distribuição de alunos segundo continente onde frequentaram Ensino Superior

	Frequência	%
Europa	30	76,9
África	4	10,3
América	2	5,1
Portugal	3	7,7
Total	39	100,0

Fonte: Questionário aos alunos.

Verifica-se que a maioria dos alunos prefere ir para países europeus, mas esta situação era até há pouco tempo obrigatória para os programas europeus de mobilidade.

A tabela seguinte apresenta o tempo que cada aluno permaneceu no país para onde se deslocou ao abrigo destes programas.

Tabela 63 – Distribuição de alunos segundo tempo que frequentaram Ensino Superior no estrangeiro

Número de meses	Frequência	%
1	3	9,4
2	5	15,6
3	2	6,3
4	9	28,1
5	1	3,1
6	1	3,1
7 ou mais	11	34,4
Total	32	100,0

Fonte: Questionário aos alunos.

Testou-se a possível associação entre o rendimento do agregado familiar dos alunos e a participação em programas *Erasmus*, mas não se verificaram os pressupostos para realizar o teste Qui-quadrado.

Da análise dos inquéritos sobre o tempo de permanência no estrangeiro, pressupõe-se que alguns alunos consideraram como frequência do ensino superior no estrangeiro o facto de serem provenientes dessas regiões e aí terem frequentado alguns anos de ensino. O que justificaria o facto de na tabela 59 terem considerado Portugal como um destino dessa mobilidade.

Finalmente, pretendeu-se saber se havia vontade por parte dos alunos em permanecer na região após a conclusão da licenciatura. A tabela 64 resume as opções seleccionadas.

Tabela 64 – Distribuição de alunos segundo opção futura de ficar ou não região

	Frequência	%
Sim, se encontrar emprego	242	18,5
Sim, é natural e não pretende mudar	42	3,2
Sim, já constituiu família na região	42	3,2
Sim, quer continuar a formação no IPB	9	0,7
Não, quer regressar à região de naturalidade	320	24,4
Não, quer trabalhar/estudar estrangeiro	75	5,7
Irá para onde encontrar emprego	435	33,2
N sabe/N responde	108	8,2
Seleccionaram várias opções	37	2,8
Total	1310	100,0

Fonte: Questionário aos alunos.

Para facilitar a análise, as opções de resposta foram alteradas para as seguintes opções: 1- *Pretende ficar na região, mas irá para onde encontrar emprego*; 2- *Não pretende ficar na região, mas irá para onde encontrar emprego*; 3- *É indiferente, irá para onde encontrar emprego*; 4- *Não sabe ou não responde*. Neste formato foi possível incluir os 37 inquéritos que apresentavam escolhas múltiplas. A figura 121 descreve esta situação.

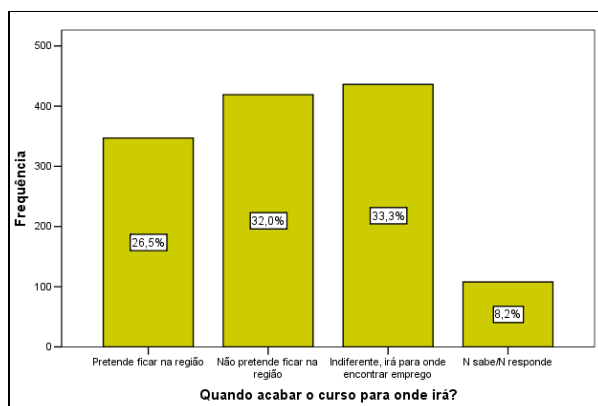


Figura 121 – Distribuição dos alunos segundo a decisão de ficar ou não na região após obter a licenciatura

Fonte: Questionário aos alunos.

Verifica-se na figura 121 que 26,5% pretendem ficar na região após a graduação.

6.8 Síntese da análise aos alunos

Em síntese, pode-se caracterizar a amostra de forma resumida na tabela 65.

Tabela 65 – Caracterização da amostra dos alunos

	Homens (n=489; 36,4%)	Mulheres (n=854; 63,6%)
Idade média	24,9 anos	22,7 anos
Idade média dos alunos ordinários	22,5 anos	21,4 anos
Idade média dos alunos trabalhadores	34,6 anos	34,5 anos
Número de anos de matrícula	2,3 anos	2,1 anos
Humanísticas	28,3%	71,7%
Ciências e Engenharia	54,0%	46,0%
Saúde	16,3%	87,7%
Economia e Gestão	34,7%	65,3%
Alunos ordinários	80,2%	90,0%
Alunos trabalhadores	19,8%	10,0%
	100,0%	100,0%
Alunos oficialmente no 1º ano	41,4%	44,9%
Alunos oficialmente no 2º ano	35,1%	33,3%
Alunos oficialmente no 3º ano	20,5%	21,9%
	100,0%	100,0%
	Ordinário (n=1155; 86,5%)	Trabalhador (n=181; 13,5%)
Percentagem masculina	33,7%	53,0%
Idade média	21,8 anos	34,5 anos
Número de anos de matrícula	2,2 anos	1,8 anos
Alunos oficialmente no 1º ano	41,1%	67,8%
Alunos oficialmente no 2º ano	36,5%	17,8%
Alunos oficialmente no 3º ano	22,5%	14,4%
	100,0%	100,0%

Fonte: Questionário aos alunos

Os alunos amostrados são maioritariamente do sexo feminino (63,6%), têm uma idade média de 23,5 anos e frequentam em média há 2,4 anos para o IPB. Sublinha-se que o tempo médio de frequência da população (3,9 anos) é superior ao tempo médio observado na amostra (2,4 anos).

Os alunos distribuem-se entre ordinários – 86,4% – e trabalhadores-estudantes – 13,6% – sendo a ESTGM a escola que acolhe mais alunos trabalhadores-estudantes e que possui a média de idades mais elevada.

Dos alunos inquiridos 95,1% são de nacionalidade portuguesa, maioritariamente originários da região Norte de Portugal, e só 4,9% referiu como sendo outra a nacionalidade.

Quase 90,0% são solteiros, 8,6% são casados e os restantes 1,6% englobam todas as outras situações (separado, divorciado, união de facto e viúvo).

A via de acesso dos alunos inquiridos foi na maioria dos casos (68,0%) pelos cursos gerais ou tecnológicos.

Os alunos provêm maioritariamente de agregados familiares onde pelo menos um dos progenitores está empregado, especificamente, 54,3% das mães e 67,9% dos pais. Porém, só cerca de 42,0% dos alunos é que tem ambos os progenitores a trabalhar. O desemprego é mais significativo na situação da mãe do que do pai (20,2% e 5,9%, respectivamente).

O agregado familiar de 88% dos alunos auferem um rendimento líquido médio mensal máximo de 2.418 euros, mas cerca de 32,0% dos inquiridos pertencem a famílias que auferem no máximo 806 euros por mês, ou seja, 2 salários mínimos nacionais.

A maioria dos alunos identifica a família como uma das fontes de financiamento, e, destes, 62,5% tem menos de 301 euros disponíveis mensalmente. Os alunos que beneficiam de uma bolsa escolar recebem, em 36,0% dos casos 51 euros, e 75,8% destes alunos apoiados recebem até 150 euros (mas os restantes 24,2% usufruem de uma bolsa superior a 151 euros).

Cada aluno que mudou de residência tem um gasto total médio mensal de 449,8 euros mensais (com 100% dos transportes o valor sobe para 498,9 euros). Este valor é distribuído pelo alojamento, alimentação, outras despesas, transportes, propinas e taxas, bens pessoais, material escolar, material informático e com um menor significado mensal lazer e saúde, por ordem decrescente de importância. Se se considerarem todos os alunos este valor desce para 421,5 (assumindo que estes alunos não têm gastos em transportes, caso contrário o valor seria superior).

Os alunos que mudaram de residência contribuem anualmente, sob a forma dos gastos das visitas que recebem, com 134,8 euros para a região.

Dos alunos inquiridos 26,5% manifestou a vontade de permanecer na região após a conclusão da licenciatura.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A. & MAGALHÃES, A. (2007). Market competition, public good and institutional governance: analyses of Portugal's experience. *Higher Education and Management Policy*, 19(1), 63-76.

APPLESEED (2003). *Engines of economic growth: The economic impact of Boston's eight research universities on the metropolitan Boston area*. Acedido em 03 de Fevereiro de 2006, disponível em: <http://www.aicum.org/>.

ARIK, M. & NSIAH, C. (2004). *Measuring the economic impact of Middle Tennessee State university*. Business and Economic Research Center, Middle Tennessee State University.

AUSTRIAN, Z. & SADOWSKI, R. (2002). *Cleveland State University: An economic impact study*. Center for Economic Development, Maxine Goodman Levin College of Urban Affairs, Cleveland State University.

BLACKWELL, M., COBB, S. & WEINBERG, D. (2002). The economic impact of educational institutions: Issues and methodology. *Economic Development Quarterly*, 16(1), 88-95.

BLUESTONE, Barry (1993). *UMASS/Boston: An Economic Impact Analysis*. University of Massachusetts, Boston. January 93. EDRS. HE 026 389. ED 356 733.

BON, R. & YASHIRO, T. (1996). Comparative stability analysis of demand-side and supply-side input-output models: The case of Japan, 1960-90. *Applied Economics Letters*, 3, 349-354.

BROWN, K. & HEANEY, M. (1997). A note on measuring the economic impact of institutions of higher education. *Research in Higher Education*, 38(2), 229-240.

BUCHANAN, D. [et al.] (1994). *The economic impact of Mississippi Valley State University on the local economy, 1992-93*. Mississippi Valley State University. ED 384 280 – HE 027 990.

CAFFREY, J. & ISAACS, H. (1971). *Estimating the impact of a college or university on the local economy*. Washington, DC: American Council on Education. ERIC ED 252100.

CARR, R. & ROESSNER, D. (2002). *The economic impact of Michigan's public universities*. SRI Project: PDH 02-019.

CHAN, L. (2000). *The economic impact of Simon Fraser University on the greater Vancouver regional district*. Simon Fraser University, Office of Analytical Studies, Burnaby.

CHARNEY, A. & PAVLAKOVICH-KOCHI, V. (2003). *University of Arizona research expenditures: Generating jobs, wages and tax revenues in the local economy*. Office of Economic Development, University of Arizona, Arizona.

CHARNEY, A. & PAVLAKOVICH-KOCHI, V. (2002). *The economic impacts of mexican visitors to Arizona: 2001*. Economic and Business Research Program, Karl Eller College of Business and

Public Administration, University of Arizona, Arizona.

CLARCK, C., FENG, L. & STROMSDORFER, E. (1998). *The economic and social impact of Washington State University*. Washington State University, March-1998. Acedido em 20 de Fevereiro de 2006, disponível em: <http://www.wsu.edu/NIS/EconomicImpact.html>.

CLINCH, R. & GERLOWSKI, D. (2002). *The economic impact of the university system of Maryland: A fiscal perspective*. The Jacob France Institute, Merrick School of Business, University of Baltimore.

DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS – DGCI (acedido em 2008). www.dgci.min-financas.pt.

DUHART, S. (2002). *The economic impact of university system of Georgia institutions on their regional economies*. Board of Regents. Office of Economic Development.

EMMETT, R. & MANALLOOR, V. (2000). *Augustana University College and the Camrose Area – An economic impact study*. May-2000.

GUNDERSON, R., EASTWOOD, J. & FOX, W. (2003). *The economic contributions of Northern Arizona University to the state of Arizona in 2003*. Bank One Center for Business Outreach. College of Business Administration. Northern Arizona University.

HEAD, R. (1997). *The economic impact of Piedmont Virginia Community College upon its service region (1996-97)*. Office of Institutional Research, Piedmont Virginia Community College, Research Report n.º 2-98.

HEALEY, R. & AKERBLUM, K. (2003). *An economic partnership*. Queen's University and the Kingston Area, Office of Institutional Research and Planning.

IHARA, D. (2004). *The impact of Humboldt State University on the economy of Humboldt County*. Humboldt State University. Department of Economics.

INE, I.P. – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2008a). *Anuário estatístico da Região Norte 2007*. Lisboa, Portugal. ISBN 978-972-673-958-6.

_____ (2008b). *Anuário estatístico de Portugal 2007*. Lisboa, Portugal. ISBN 978-972-673-953-1.

_____ (2008c). *Inquérito às despesas das famílias 2005-2006*. Lisboa, Portugal. ISBN 978-972-673-989-0

_____ (acedido em 05/11/2008). *Principais Indicadores*. Acedido em 05 de Novembro de 2008, disponível em: <http://www.ine.pt>.

_____ (2002). *Censos 2001: XIV recenseamento geral da população: IV recenseamento geral da habitação*. 2º vol: Norte. Lisboa, Portugal. ISBN 972-673-603-X.

_____ (2007). *Estatísticas de Emprego 2007*. Tema “População e Sociedade”. Boletins e folhas de informação rápida. Lisboa, Portugal. ISSN 0872-7570.

IPB – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA (acedido em 28/12/2008). Acedido em 28 de Dezembro de 2008, disponível em: <http://www.ipb.pt>.

JEFFERSON COLLEGE (2003). *The economic impact of Jefferson college on the community and the state FY 2002*. Jefferson College, Office of Research & Planning.

JOHNSON, T. (1994). *Estimating the economic impact of a college or university on a nonlocal economy*. Paper presented at the Annual Meeting of the Association for the Study of Higher Education (ASHE). Arizona. ERIC ED 375714. HE 027 798.

JONES, J. (2004). *The economic impact of the university of New Mexico on the state of New Mexico*. University of New Mexico, Bureau of Business and Economic Research,

KOSEMPEL, S. (1995). *The economic impact of the university of Victoria*. University of Victoria, Office of Institutional Analysis,

LANGWORTHY, A. (2001). *The economic impact of Swinburne University of Technology on the shire of Yarra Ranges*. Final Report, July-2001.

LANTZ, Van A., BRANDER, J. & YIGEZU, Y. (2002). *The economic impact of the University of New Brunswick: estimations and comparisons with other Canadian universities*. University of New Brunswick. Department of Economics.

LIVINGSTON, G. (2001). *The economic impact of the University of West Florida on the northwest Florida economy*. Haas Center for Business Research and Economic Development, University of West Florida.

MACFARLAND, T. (2001). *An Estimate of Nova Southeastern University's economic impact on South Florida and Florida for fiscal year 2000*. Nova Southeastern University Research and Planning, Report 01-08.

MARTINS, S., MAURITTI, R. & COSTA, A. (2005). *Condições socioeconómicas dos estudantes do Ensino Superior em Portugal* (5ª ed.). Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DGES – Direcção-Geral do Ensino Superior. Colecção *Temas e Estudos de Acção Social*. Lisboa.

NASULGC (2001). *Shaping the future – the economic impact of public universities*. National Association of State Universities and Land Grant Colleges, Office of Public Affairs, New York.

NASULGC (1997). *Value added – the economic impact of public universities*. National Association of State Universities and Land Grant Colleges, Office of Public Affairs, New York. ERIC 416778.

O'HARE, R. (2002). *The economic impact of higher education*. Statewide Office Budget & Institutional Research. University of Alaska.

PEREIRA, J. & SCHNEIDER, L. (2002). *Educação e desenvolvimento: um estudo do impacto económico da universidade federal no município de Santa Maria (RS)*. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RGS – FAPERGS.

SEYBERT, J. (2003). *The economic impact of Barton County Community College on its service area 2001-2002*. Office of Institutional Research. Johnson County Community College. 913.469.8500 #3442.

RAMOS, P. (1998). Estimativas do PIB *per capita* para os concelhos do continente português. *Revista de Estatística*, 3º Quadrimestre de 1998, vol. 3, pp. 29-50.

SUDMANT, W. (2002). *the economic impact of the university of British Columbia on the great Vancouver regional district*. Planning and Institutional Research, The University of British Columbia.

UNIVERSITY OF BUFFALO (2002). *the economic impact of the university of Buffalo on the region and the state*. Office of the provost, University of Buffalo.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA (2003). *California's future: it starts here*. Acedido em 27 de Março de 2006, disponível em: <http://www.universityofcalifornia.edu/>.

UNIVERSITY OF GEORGIA (1996). *Economic impacts of the Georgia center on surrounding communities*. University of Georgia Center for Continuing Education.

UNIVERSITY OF HOUSTON (2006). *The economic impact of higher education on Houston: A case study of the university of Houston system*. Institute for Regional Forecasting. Acedido em 07 de Março de 2007, disponível em <http://www.advancement.uh.edu/impact/download/PDF/EconomicImpactStudy.pdf>.

UNIVERSITY OF PITTSBURGH (2004). *Economic impact report 2004*.

UNIVERSITY OF SOUTH CAROLINA (2000). *The economic impact of the university of South Carolina system*. Division of Research, The Darla Moore School of Business, University of South Carolina, June-2000.

UNIVERSITY OF STRATHCLYDE (2006). *The economic impact of UK higher education institutions*. Acedido em 12 de Março de 2005, disponível em: <http://www.universitiesuk.ac.uk>.

ANEXOS

- Anexo 1 – Inquérito aos Docentes
- Anexo 2 – Inquérito aos Funcionários
- Anexo 3 – Inquérito aos Alunos
- Anexo 4 – Programação e relatório das visitas

ANEXO 1 – INQUÉRITO AOS DOCENTES



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

INQUÉRITO AOS DOCENTES

Este inquérito insere-se num trabalho de doutoramento onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica dos docentes.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objectivo o trabalho acima mencionado.

Assegura-se o anonimato das respostas pois, apesar de ser necessário cada docente introduzir o seu *login* e *password*, este procedimento pretende apenas confirmar que só é submetida uma resposta por docente. Caso tenha alguma dúvida relativamente a este inquérito contacte, por favor, joana@ipb.pt.

1. CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL

1. Qual a sua categoria profissional?

- Assistente de 1º triénio

- Assistente de 2º triénio

- Professor Adjunto

- Professor Coordenador

- Outra

Qual? _____

2. Local onde desempenha as suas funções:

- ESA

- ESE

- ESTiG

- ESTGM

- ESSa

- Outro

Qual? _____

3. Há quantos anos trabalha no IPB? anos.

4. Quantos dias por semana está, em média, no IPB?

- 1 dia
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias

5. Como avalia as instalações do IPB onde trabalha?

- Muito satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Más
- Muito más

2. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR

6. Sexo:

- Masculino
- Feminino

7. Idade: anos

8. Estado civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Separado(a)
- Divorciado(a)
- União de facto
- Viúvo(a)

9. Habilitações académicas:

- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outra

Qual? _____

10. Qual o concelho de onde é natural? _____

11. Qual o concelho de residência actual? _____

12. Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no IPB?

- Sim
- Não

13. Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar? Pessoas.

14. Tem filhos?

- Sim
- Não

15. **Se respondeu SIM à questão anterior**, indique:

15.1 Quantos filhos tem: filho(s)

15.2 Qual a idade do mais novo: anos

15.3 O número de filhos e o respectivo ciclo em que se encontram:

	<u>Ensino Público</u>	<u>Ensino Privado</u>	
- Infantário	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)
- 1º Ciclo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)
- 2º Ciclo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)
- 3º Ciclo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)
- Secundário	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)
- Outro. Qual? _____	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)

3. CONDIÇÕES DE VIDA

16. Qual o tipo de alojamento durante o semestre lectivo?

- Quarto arrendado
- Casa dos pais/familiares
- Casa/apartamento própria
- Casa/apartamento arrendada ..
- Outro Qual? _____

17. Qual o rendimento **líquido** médio mensal do seu **agregado familiar**:

- Menos de 806€
- Entre 807€ e 1612€
- Entre 1613€ e 2418€
- Entre 2419€ e 3224€
- Entre 3225€ e 4030€
- Entre 4031€ e 4836€
- Entre 4837€ e 5642€
- Entre 5643€ e 6448€
- Entre 6449€ e 7254€
- Mais de 7254€

18. Quais os gastos médios mensais do seu **agregado familiar** com:

18.1 Alojamento (e.g. renda ou prestação de empréstimo): Euros

18.2 Educação dos filhos: Euros

18.3 Alimentação: Euros

18.4 Livros e outro material escolar: Euros

18.5 Despesas de saúde: Euros

18.6 Actividades de lazer (e.g. filmes, espectáculos, etc.): Euros

18.7 Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, detergentes, etc.): Euros

18.8 Material informático e Internet: Euros

18.9 Despesas correntes (e.g. electricidade, gás, água, TV por cabo, etc.): Euros

18.10 Outras despesas: Euros

Especifique: _____

19. Onde faz regularmente as suas refeições?

	<u>Pequeno-almoço</u>	<u>Almoço</u>	<u>Jantar</u>
- Em casa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Na cantina da Escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- No bar da Escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Em estabelecimentos comerciais de restauração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20. Possui meio de transporte próprio?

- Sim
- Não

21. **Se não possui transporte próprio**, indique quais os gastos médios mensais com deslocações (e.g. bilhete de autocarro, táxi, passagem aérea, etc.):

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150 €

22. **Se possui transporte próprio**, especifique:

22.1 Quais os meios de transporte que o seu agregado familiar possui e a respectiva quantidade?

- Automóvel
- Motorizada (menos de 50 c.c.)
- Mota (mais de 50 c.c.)
- Outro. Especifique _____

22.2 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (e.g. gasolina, manutenção, reparações, seguro, etc.)?

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 150€
- Entre 151€ e 200€
- Entre 201€ e 300€
- Entre 301€ e 500€
- Mais de 500€

22.3 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, táxi, passagem aérea, etc.)?

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150 €

23. Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos?

- Nunca
- Menos de 5 vezes por ano
- Entre 6 a 10 vezes por ano
- Mais de 10 vezes por ano

24. Quanto tempo, em média, permanecem as visitas?

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Três ou mais dias

25. Quanto gasta, em média, cada visita por dia?

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151€ e 175€
- Mais de 175€

26. O seu vencimento é depositado numa dependência bancária do concelho onde trabalha?

- Sim
- Não

27. A sua poupança é depositada numa dependência bancária do concelho onde trabalha?

- Sim
- Não

28. Em média, quanto poupa por mês?

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 100€
- Entre 101€ e 250€
- Entre 251€ e 500€
- Entre 501€ e 750€
- Entre 751€ e 1000€
- Mais de 1000€

29. Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha?

- Sim
- Não

30. **Se respondeu SIM à questão anterior**, indique qual o montante inicial do empréstimo:

- Menos de 10 000€
- Entre 10 001€ e 25 000€
- Entre 25 001€ e 50 000€
- Entre 50 001€ e 75 000€
- Entre 75 001€ e 100 000€
- Mais de 100 000€

31. Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha?

	<u>Montante</u>							
- Casa própria	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>							Euros
- Casa para arrendar	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>							Euros
- Automóvel	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>							Euros
- Empresa	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>							Euros
- Outro. Especifique _____	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>							Euros

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.

ANEXO 2 – INQUÉRITO AOS FUNCIONÁRIOS



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

INQUÉRITO AOS FUNCIONÁRIOS

Este inquérito insere-se num trabalho de doutoramento onde se pretende determinar o impacto económico do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica dos funcionários.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objectivo o trabalho acima mencionado.

Caso tenha alguma dúvida relativamente a este inquérito contacte, por favor, joana@ipb.pt.

1. CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL

1. Qual a sua categoria profissional?

- Dirigente
- Técnico superior
- Informático
- Técnico
- Técnico-profissional
- Administrativo
- Operário
- Auxiliar
- Outra

Qual? _____

2. Local onde desempenha as suas funções:

- ESA
- ESE
- ESTiG
- ESTGM
- ESSa
- Outro

Qual? _____

3. Há quantos anos trabalha no IPB? anos.

4. Quantos dias por semana está, em média, no IPB?

- 1 dia
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias

5. Como avalia as instalações do IPB onde trabalha?

- Muito satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Más
- Muito más

2. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL E FAMILIAR

6. Sexo:

- Masculino
- Feminino

7. Idade: anos

8. Estado civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Separado(a)
- Divorciado(a)
- União de facto
- Viúvo(a)

9. Habilitações académicas:

- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outra

Qual? _____

10. Qual o concelho de onde é natural? _____

11. Qual o concelho de residência actual? _____

12. Mudou de concelho de residência para desempenhar as suas funções no IPB?

- Sim
- Não

13. Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar? Pessoas.

14. Tem filhos?

- Sim
- Não

15. **Se respondeu SIM à questão anterior**, indique:

15.1 Quantos filhos tem: filho(s)

15.2 Qual a idade do mais novo: anos

15.3 O número de filhos e o respectivo ciclo em que se encontram:

	<u>Ensino Público</u>	<u>Ensino Privado</u>	
- Infantário	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)
- 1º Ciclo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)
- 2º Ciclo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)
- 3º Ciclo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)
- Secundário	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)
- Outro. Qual? _____	<input type="text"/>	<input type="text"/>	filho(s)

3. CONDIÇÕES DE VIDA

16. Qual o tipo de alojamento durante o semestre lectivo?

- Quarto arrendado
- Casa dos pais/familiares
- Casa/apartamento própria
- Casa/apartamento arrendada ..
- Outro Qual? _____

17. Qual o rendimento **líquido** médio mensal do seu **agregado familiar**:

- Menos de 806€
- Entre 807€ e 1612€
- Entre 1613€ e 2418€
- Entre 2419€ e 3224€
- Entre 3225€ e 4030€
- Entre 4031€ e 4836€
- Entre 4837€ e 5642€
- Entre 5643€ e 6448€
- Entre 6449€ e 7254€
- Mais de 7254€

18. Quais os gastos médios mensais do seu **agregado familiar** com:

18.1 Alojamento (e.g. renda ou prestação de empréstimo): Euros

18.2 Educação dos filhos: Euros

18.3 Alimentação: Euros

18.4 Livros e outro material escolar: Euros

18.5 Despesas de saúde: Euros

18.6 Actividades de lazer (e.g. filmes, espectáculos, etc.): Euros

18.7 Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, detergentes, etc.): Euros

18.8 Material informático e Internet: Euros

18.9 Despesas correntes (e.g. electricidade, gás, água, TV por cabo, etc.): Euros

18.10 Outras despesas: Euros

Especifique: _____

19. Onde faz regularmente as suas refeições?

	<u>Pequeno-almoço</u>	<u>Almoço</u>	<u>Jantar</u>
- Em casa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Na cantina da Escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- No bar da Escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Em estabelecimentos comerciais de restauração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20. Possui meio de transporte próprio?

- Sim
- Não

21. **Se não possui transporte próprio**, indique quais os gastos médios mensais com deslocações (e.g. bilhete de autocarro, táxi, passagem aérea, etc.):

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150 €

22. **Se possui transporte próprio**, especifique:

22.1 Quais os meios de transporte que o seu agregado familiar possui e a respectiva quantidade?

- Automóvel
- Motorizada (menos de 50 c.c.)
- Mota (mais de 50 c.c.)
- Outro. Especifique _____

22.2 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (e.g. gasolina, manutenção, reparações, seguro, etc.)?

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 150€
- Entre 151€ e 200€
- Entre 201€ e 300€
- Entre 301€ e 500€
- Mais de 500€

22.3 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, táxi, passagem aérea, etc.)?

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150 €

23. Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos?

- Nunca
- Menos de 5 vezes por ano
- Entre 6 a 10 vezes por ano
- Mais de 10 vezes por ano

24. Quanto tempo, em média, permanecem as visitas?

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Três ou mais dias

25. Quanto gasta, em média, cada visita por dia?

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151€ e 175€
- Mais de 175€

26. O seu vencimento é depositado numa dependência bancária do concelho onde trabalha?

- Sim
- Não

27. A sua poupança é depositada numa dependência bancária do concelho onde trabalha?

- Sim
- Não

28. Em média, quanto poupa por mês?

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 100€
- Entre 101€ e 250€
- Entre 251€ e 500€
- Entre 501€ e 750€
- Entre 751€ e 1000€
- Mais de 1000€

29. Tem algum empréstimo numa dependência bancária do concelho onde trabalha?

- Sim
- Não

30. **Se respondeu SIM à questão anterior**, indique qual o montante inicial do empréstimo:

- Menos de 10 000€
- Entre 10 001€ e 25 000€
- Entre 25 001€ e 50 000€
- Entre 50 001€ e 75 000€
- Entre 75 001€ e 100 000€
- Mais de 100 000€

31. Fez algum investimento ou aquisição no concelho onde trabalha?

	<u>Montante</u>							
- Casa própria	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>							Euros
- Casa para arrendar	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>							Euros
- Automóvel	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>							Euros
- Empresa	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>							Euros
- Outro. Especifique _____	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td><td style="width: 20px; height: 20px;"></td></tr></table>							Euros

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.

ANEXO 3 – INQUÉRITO AOS ALUNOS



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

INQUÉRITO AOS ALUNOS

Este inquérito insere-se num trabalho de doutoramento onde se pretende determinar o impacto económico do IPB no desenvolvimento da região, sendo necessário, para isso, a caracterização socioeconómica dos alunos.

Neste contexto, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do mesmo. Os dados recolhidos são **absolutamente confidenciais** e serão tratados tendo como único objectivo o trabalho acima mencionado.

Caso tenha alguma dúvida relativamente a este inquérito, por favor, contacte joana@ipb.pt.

1. CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

1. Sexo:

- Masculino
- Feminino

2. Idade: anos

3. Nacionalidade:

- Portuguesa
- Outra Qual? _____

4. Estado civil:

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Separado(a)
- Divorciado(a)
- União de facto
- Viúvo(a)

5. Tem filhos?

- Sim
- Não

6. **Se respondeu SIM à questão anterior**, indique:

6.1 Quantos filhos tem: filho(s)

6.2 Qual a idade do mais novo: anos

7. Qual o concelho de onde é natural? _____

8. Qual o concelho de residência actual? _____

9. Qual o concelho de residência dos seus pais? _____

10. Mudou de concelho de residência para frequentar o actual curso?

- Sim

- Não

11. Qual foi o principal motivo pelo qual reside nesta região?

- Natural da região

- Frequência do Ensino Superior .

- Motivos profissionais

- Outro Qual? _____

2. PERCURSO ESCOLAR

12. Curso: _____

13. Ano em que está matriculado:

- 1º ano

- 2º ano

- 3º ano

- 4º ano

14. Ano da 1ª matrícula:

15. Aluno:

- Ordinário

- Trabalhador

16. Escola que frequenta:

- ESA
- ESE
- ESTiG
- ESTGM
- ESSa

17. O curso onde ingressou foi a sua 1ª Opção?

- Sim
- Não

18. Qual foi a via de acesso ao Ensino Superior?

- Cursos Gerais/ Tecnológicos
- Cursos Técnico-profissionais
- Ensino Recorrente
- Maiores de 23 anos
- Outra Qual? _____

19. Possuía experiência de trabalho/formação profissional antes de entrar no Ensino Superior?

- Sim
- Não

3. SITUAÇÃO ESCOLAR ACTUAL

20. Quantas horas dedica semanalmente à frequência das aulas?

- Menos de 5 horas
- De 6 a 10 horas
- De 11 a 20 horas
- De 21 a 30 horas
- Mais de 30 horas

21. Quantas horas dedica semanalmente ao estudo pessoal?

- Menos de 5 horas
- De 6 a 10 horas
- De 11 a 20 horas
- De 21 a 30 horas
- Mais de 30 horas

As perguntas n.º 22, 23 e 24 são exclusivamente para alunos trabalhadores-estudantes

22. Qual a sua actual situação ocupacional?

- Patrão (com empregados)

(Isto é, trabalha por conta própria com um ou mais trabalhadores ao seu serviço)

- Independente (sem empregados) ..

(Isto é, trabalha por conta própria sem empregados)

- Assalariado

(Isto é, trabalha por conta de outrem, e recebe uma remuneração)

- Familiar não remunerado

(Isto é, trabalha numa empresa ou estabelecimento pertencente a um familiar, sem receber qualquer remuneração)

- Outra situação

Qual? _____

23. Quantas horas trabalha semanalmente?

- Menos de 5 horas

- De 6 a 10 horas

- De 11 a 15 horas

- De 16 a 34 horas

- Mais de 34 horas

24. Qual a relação entre a sua actividade profissional e o estudo?

- Completamente relacionadas ..

- Bastante relacionadas

- Pouco relacionadas

- Não estão de todo relacionadas

4. CONDIÇÕES DE VIDA

25. Qual o tipo de alojamento durante o semestre lectivo?

- Quarto arrendado individual

- Quarto arrendado partilhado ...

- Lar/Residencial de estudantes ..

- Casa dos pais/familiares

- Casa/apartamento próprio

- Casa/apartamento arrendado ..

- Outro

Qual? _____

26. Como avalia as suas condições de alojamento?

- Muito satisfatórias
- Satisfatórias
- Aceitáveis
- Más
- Muito más

27. Indique o rendimento/orçamento médio mensal à sua disposição segundo a fonte de origem:

- Família ou companheiro/a:

--	--	--	--

 Euros

- Apoio financeiro estatal na forma de:
 - Subsídio (não reembolsável)

--	--	--	--

 Euros
 - Empréstimo (reembolsável)

--	--	--	--

 Euros
 - Bolsa escolar (não reembolsável)

--	--	--	--

 Euros

- Apoio financeiro de entidades não estatais:

--	--	--	--

 Euros

- Rendimento ganho através do trabalho:

--	--	--	--

 Euros

- Outras fontes. Especifique: _____

--	--	--	--

 Euros

28. Indique o valor médio mensal das despesas que a sua família tem com bens, tais como comida que traz de casa, bilhetes de autocarros comprados por familiares, etc.:

--	--	--	--

 Euros

29. Especifique quais os gastos médios mensais que tem com:

- 29.1 Alojamento:

--	--	--	--

 Euros

- 29.2 Alimentação:

--	--	--	--

 Euros

- 29.3 Livros e outro material escolar:

--	--	--	--

 Euros

- 29.4 Despesas de saúde:

--	--	--	--

 Euros

- 29.5 Actividades de lazer (e.g. filmes, espectáculos, etc.):

--	--	--	--

 Euros

- 29.6 Bens pessoais (e.g. roupa, artigos de higiene, detergentes, etc.):

--	--	--	--

 Euros

- 29.7 Material informático e Internet:.....

--	--	--	--

 Euros

- 29.8 Propinas, taxas de matrícula, taxas de exames, etc.:

--	--	--	--

 Euros

- 29.9 Outras despesas. Especifique: _____

--	--	--	--

 Euros

30. Como avalia a sua situação financeira?

- Muito boa
(Isto é, conseguiu poupar dinheiro)
- Boa
(Isto é, não teve qualquer problema)
- Razoável
(Isto é, fez face às despesas)
- Má
(Isto é, teve que cortar muitas despesas)
- Muito má
(Isto é, teve de recorrer a empréstimos/utilizou poupanças)

31. Onde faz regularmente as suas refeições?

	<u>Pequeno-almoço</u>	<u>Almoço</u>	<u>Jantar</u>
- Em casa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Na cantina da Escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- No bar da Escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Em estabelecimentos comerciais de restauração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

32. Qual a distância entre a actual residência e o estabelecimento de ensino?

- ≤ 2 km
- > 2 km

33. Qual o meio de transporte utilizado nas deslocações entre a actual residência e o estabelecimento de ensino?

- A pé
- Transporte público
- Transporte próprio
- Outro Qual? _____

34. **Se não possui transporte próprio**, indique quais os gastos médios mensais com a deslocação (e.g. bilhete de autocarro, táxi, etc.) entre a residência no período lectivo e:

	<u>Estabelecimento de Ensino</u>	<u>Casa de família</u>
- Menos de 50€	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Entre 51€ e 75€	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Entre 76€ e 100€	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Entre 101€ e 125€	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Entre 126€ e 150€	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
- Mais de 150 €	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

35. **Se possui transporte próprio**, indique:

35.1 Quais os meios de transporte que possui:

- Automóvel
- Motorizada (< 50 c.c.)..
- Mota (> 50 c.c.)
- Outro Qual? _____

35.2 Quais os gastos médios mensais com a utilização do meio de transporte (e.g. gasolina, manutenção, reparações, seguro, etc.):

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 150€
- Entre 151€ e 200€
- Entre 201€ e 300€
- Mais de 300€

35.3 Quais os gastos médios mensais com deslocações em outros meios de transporte (e.g. bilhete de autocarro, táxi, passagem aérea, etc.):

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Mais de 150 €

36. Com que frequência costuma receber visitas de familiares/amigos?

- Nunca
- Menos de 5 vezes por ano
- Entre 6 a 10 vezes por ano
- Mais de 11 vezes por ano

37. Quanto tempo, em média, permanecem as visitas?

- Menos de 24 horas
- Entre 24 horas e dois dias
- Mais de 3 dias

38. Quanto gasta, em média, cada visita por dia?

- Menos de 50€
- Entre 51€ e 75€
- Entre 76€ e 100€
- Entre 101€ e 125€
- Entre 126€ e 150€
- Entre 151€ e 175€
- Mais de 175€

5. CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR

39. Qual a situação profissional actual dos seus pais?

- | | <u>Mãe</u> | <u>Pai</u> |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| - Empregado (a) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Desempregado (a) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Reformado (a) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Falecido (a) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Outra | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> Qual? _____ |

40. Qual a categoria socioprofissional actual dos seus pais?

- | | <u>Mãe</u> | <u>Pai</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| - Membros das Forças Armadas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Quadros superiores e dirigentes da Adm. Pública e de empresas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Especialistas das profissões intelectuais e científicas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Técnicos e profissionais de nível intermédio | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Pessoal administrativo e similares | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Pessoal dos serviços e vendedores | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Agricultores e trab. qualificados da agricultura e pescas .. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Operários, artífices e trabalhadores similares | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Operadores de instalações e máquinas e trab. de montagem... | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Trabalhadores não qualificados | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Doméstico (a) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

41. Qual o nível de escolaridade (completo) dos seus pais?

- | | <u>Mãe</u> | <u>Pai</u> |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| - Ensino Básico 1º Ciclo | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Ensino Básico 2º Ciclo | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Ensino Básico 3º Ciclo | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Ensino Secundário | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Licenciatura | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| - Pós-Graduação | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

42. Qual o rendimento **líquido** médio mensal do seu **agregado familiar**?

- Menos de 806€
- Entre 807€ e 1612€
- Entre 1613€ e 2418€
- Entre 2419€ e 3224€
- Entre 3225€ e 4030€
- Entre 4031€ e 4836€
- Entre 4837€ e 5642€
- Entre 5643€ e 6448€
- Entre 6449€ e 7254€
- Mais de 7254€

6. MOBILIDADE INTERNACIONAL

43. Já frequentou alguma instituição de ensino superior no estrangeiro?

- Sim
- Não

44. **Se respondeu SIM à questão anterior**, especifique:

44.1 Se o período de estudo no estrangeiro fazia parte de algum programa:

- Não
- Sim, ERASMUS/TEMPUS..
- Sim, outro programa da EU.
- Outro

Qual? _____

44.2 O nome do país onde permaneceu mais tempo e o tempo que lá permaneceu:

- País: _____

--	--

 Meses

45. Quando terminar o curso pretende residir na região onde actualmente estuda?

- Sim, se conseguir encontrar emprego
- Sim, porque é natural e não pretende mudar de região...
- Sim, porque já constituiu família nesta região
- Sim, porque pretende continuar a sua formação na instituição
- Não, porque pretende regressar à região de onde é natural
- Não, porque pretende estudar/trabalhar no estrangeiro.
- Irá para onde encontrar emprego
- Não sabe/não responde

OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.

ANEXO 4 – PROGRAMAÇÃO E RELATÓRIO DAS VISITAS ÀS ESCOLAS

As tabelas seguintes apresentam o horário das aulas seleccionadas para cada curso/ano e também as observações sobre as situações irregulares.

BRAGANÇA

SEGUNDA-FEIRA, 07 de Maio de 2007

Escola	Horas	Sala	Aula	Curso/Ano	Obs.
ESTiG	09h00-11h00	LEI	CS	Eng. Electrotécnica 2	✓
ESE	09h00-12h00	1.10	TEGI	Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico 1	✓
ESA	10h30-11h30	Aud. D. Gonçalves	Resíduos e Efluentes	Eng. Amb. 3	(1)
ESE	10h30-12h30	1.36	GP	Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico 3	(1)
ESTiG	10h30-12h30	115	QO	Eng. Biomédica 1	✓
ESA	11h30-12h30	Aud. Peq.	Empreendedorismo	Eng. Biotec. 3	✓
ESA	14h00-15h00	Aud. D. Gonçalves	Bioquímica	Eng. Alimentar 1	(2) (A)
ESTiG	14h00-18h00	105	QO1	Eng. Química 1	✓
ESA	15h00-16h00	Aud. D. Gonçalves	Introd. Ciências Sociais	Eng. Agronómica 2	(3)
ESA	15h00-17h00	H1-L3/01	Genética	Eng. Biotec. 1	(4)
ESA	15h00-18h00	Lab. Bot.	Biossistemática	Eng. Amb. 1	(4)
ESE	17h00-20h00	1.28	SD	Desporto 1	✓
ESE	17h30-19h30	1.3	LD	Animação Artística 2	✓
ESE	17h30-19h30	-1.4	DC	Desporto 2	(5)
ESE	17h30-20h00	1.29	SFC	Educação Social 3	(4)
ESSa	17h30-20h30	02	AF-II	Ana. Clínicas e S. Pública 1	(4)
ESTiG	18h00-20h00	213	OGO	Eng. Civil 3	(1)
ESTiG	19h00-21h00	109	LM	Tec. Sistemas Informação 1	(6)
ESTiG	19h00-21h00	211	E2	Contabilidade 1	✓

TERÇA-FEIRA, 08 de Maio de 2007

Escola	Horas	Sala	Aula	Curso/Ano	Obs.
ESE	08h30-12h30	1.22	EA	Desporto 3	✓
ESSa	08h30-12h30	04	MI	Enfermagem 2	✓
ESTiG	09h00-11h00	213	AI	Contabilidade 2	✓
ESSa	09h30-12h30	05	MI	Farmácia 3	(7)
ESE	11h00-13h30	0.102	SFC	Educação Social 2	✓
ESTiG	14h00-16h00	223	GSR	Eng. Informática 3	✓
ESTiG	14h00-16h00	106	TH	Eng. Mecânica 3	(1)
ESSa	14h00-17h00	Aud B	PS 1	Farmácia 1	(4)
ESSa	14h00-17h00	06	G-II	Gerontologia 2	(7)
ESE	14h00-18h00	-1.2	TPEP	Educação Infância 2	✓
ESTiG	14h00-18h00	LPQ	LEQ 2	Eng. Química 3	(8)
ESA	15h00-16h00	Aud. D. Gonçalves	Microbiologia	Eng. Zootécnica 1	(4)
ESA	15h00-17h00	G5-L3/01	Biotec. Prod. Animal	Eng. Biotec 2	✓
ESTiG	15h00-17h00	LEI	TITD	Eng. Informática 1	✓
ESA	17h00-19h00	G5-L3/01	Bio. Ana. Produtos Naturais	Fitoq. e Fitofarm 2	✓

ESE	17h00-20h00	1.36	IT1	Línguas e Rel. Internacionais 1	(9)
ESE	18h00-20h00	1.2	CA	Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico 2	(1)
ESTiG	18h00-20h00	213	M	Gestão 1	✓

QUARTA-FEIRA, 09 de Maio de 2007

Escola	Horas	Sala	Aula	Curso/Ano	Obs.
ESA	08h30-11h30	H1-L3/01	Botânica	Fitoq. e Fitofarm 1	(4)
ESSa	08h30-11h30	1.40	Esp 2	Línguas Rel. Internacionais 2/3	✓
ESA	09h30-11h30	LZ2	Biofísica	Tec. Veterinária 1	(4)
ESA	09h30-11h30	G6-L0/08	Tec. de Cereias	Eng. Alimentar 3	(8)
ESE	09h30-12h00	1.2	MG	Educ. Ambiental 1	✓
ESTiG	10h00-13h00	203	DTMG	Eng. Civil 1	(10)
ESA	10h30-12h30	G3-S0/01	Melhor. Gen. Animal	Eng. Zootécnica 2	(11)
ESTiG	11h00-13h00	110	IO	Eng. Gestão Industrial 2	✓
ESTiG	11h00-13h00	210	TM 1	Eng. Mecânica 2	✓
ESA	11h30-12h30	G5-S3/02	Culturas protegidas	Eng. Agronómica 3	(1)
ESE	12h00-13h30	1.2	Est	Educ. Ambiental 2	✓
ESTiG	14h00-16h00	LE	RIE	Eng. Electrotécnica 3	(1)
ESE	15h00-16h30	1.28	PE	Prof. Ens. Bas. – Ed. Física 1/Ed. Musical 1/Ed. Visual e Tecnológica 1/Port, Hist e C. Sociais 1	✓
ESA	16h00-18h00	G3-S0/01	Model. Simulação	Eng. Florestal 2	(12) (B)
ESTiG	16h00-18h00	120	MEE	Contabilidade 2	(13)
ESTiG	16h00-18h00	114	GF	Gestão 2	✓
ESSa	18h00-20h00	11	B	Enfermagem 3	✓
ESSa	19h00-21h00	G5-L3/02	TPF	Farmácia 2	(10)
ESSa	18h00-20h00	11	PSSI	Gerontologia 1	(7)

QUINTA-FEIRA, 10 de Maio de 2007

Escola	Horas	Sala	Aula	Curso/Ano	Obs.
ESA	08h30-10h30	G2-S0/01	Topografia e Cartografia	Eng. Agronómica 1/Eng. Florestal 1	✓
ESE	08h30-10h30	1.9	PC	Educação Infância 1	✓
ESTiG	09h00-11h00	129	TQ 2	Eng. Química 2	✓
ESTiG	09h00-11h00	106	GSI	Tec. Sistemas Informação 3	(13)
ESA	10h30-12h30	H1-L3/02	Controlo de Qualidade	Eng. Alimentar 2	✓
ESTiG	11h00-13h00	101	HG	Eng. Civil 2	✓
ESTiG	11h00-13h00	120	F	Eng. Electrotécnica 1	(14)
ESA	14h00-15h00	Sala Cave	Bioq. Ana. Clínicas	Tec. Veterinária 2	✓
ESTiG	14h00-15h30	LPAC	DMG2	Eng. Mecânica 1	✓
ESA	14h00-16h00	02	AF-II	Dietética 1	✓
ESE	14h30-18h00	0.50	LS	Animação Artística 1	✓
ESE	15h00-17h00	1.2	Mat	Prof. Ens. Bas. – Ed. Física 2/Ed. Musical 2/Ed. Visual Tecnológica 2	✓
ESSa	16h00-18h00	ST	A	Enfermagem 1	(15)
ESE	17h00-20h00	0.94	TECI	Prof. Ens. Bas. – Ed. Visual e Tecnológica 3	✓
ESE	17h30-20h00	1.9	PA	Educação Social 1	(13)
ESA	18h00-19h00	LZ2	Suicultura	Eng. Zootécnica 3	(13)
ESE	18h00-20h00	0.105	DGR	Prof. Ens. Bas. – Ed. Física 3	(5)
ESE	18h00-20h00	1.21	EMF	Educação Infância 3	✓
ESTiG	18h00-20h00	201	F3	Contabilidade 3	✓

SEXTA-FEIRA, 11 de Maio de 2007

Escola	Horas	Sala	Aula	Curso/Ano	Obs.
ESE	08h30-10h30	0.57	FM 3	Prof. Ens. Bas. –Ed Musical 3	✓
ESSa	08h30-10h30	11	E	Ana. Clínicas e S. Pública 2	✓
ESA	09h30-12h30	Aud. D. Gonçalves	SN	Dietética 2	✓
ESE	10h30-12h30	1.3	Esp 2	Línguas e Rel. Internacionais 2	(1)
ESTiG	10h30-12h30	103	LM	Eng. Gestão Industrial 1	✓
ESTiG	11h00-13h00	207	AED	Eng. Informática 2	✓
ESTiG	11h00-13h00	201	GE	Gestão 3	✓
ESTiG	11h00-13h00	110	IO	Tec. Sistemas Informação 2	✓
ESA	11h30-12h30	Aud. Pequeno	Prot. Florestal	Eng. Florestal 3	(10)
ESA	14h00-16h00	G3-S0/01	Sistemas Inf. Geografica	Eng. Ambiente 2	(16)
ESSa	14h00-18h00	13	S-III	Gerontologia 3	(7)
ESSa	14h30-18h30	05	F	Dietética 3	(1)
ESE	16h00-18h00	1.29	IEE	Port, Hist e C. Sociais 2	(17)
ESTiG	16h00-18h00	114	OGO	Eng. Civil 3	✓
ESA	16h00-18h00	Lab Fito 2	Pastagens e Forragens	Eng. Agronómica 3	(8)

Por haverem vários cursos que não puderam responder ao inquérito, foi feita uma nova tentativa, de um só dia, onde também ocorreram algumas irregularidades, como se apresenta na tabela seguinte.

QUINTA-FEIRA, 17 de Maio de 2007

Escola	Horas	Sala	Aula	Curso/Ano	Obs.
ESSa	08h30-10h30	06	E	Farmácia 2	✓
ESSa	08h30-10h30	11	ECSP	Enfermagem 1	✓
ESSa	08h30-10h30	05	PS	Farmácia 3	✓
ESSa	10h00-12h00	14	PE	Gerontologia 2	(7)
ESA	11h30-12h30	G3-S3/03	Nutri. Toxicologia	Eng. Alimentar 3	(1)
ESSa	14h00-16h00	06	BG	Gerontologia 1	(9)
ESA	14h00-16h00	LZ2	Nutrição Alim. Animal	Eng. Zootécnica 2	(10)
ESTiG	14h00-16h00	204	ES	Tec. Sistemas Informação 3	✓
ESTiG	14h00-16h00	120	MEE	Contabilidade 3	✓
ESE	14h00-17h00	0.102	TDC	Prof. do 1º Ciclo do Ensino Básico 2	✓
ESE	14h00-17h00	1.40	PP1	Prof. Ens. Bas. – Ed. Física 3	✓
ESE	14h30-16h30	0.58	OAM	Educação Social 2	(5)
ESE	14h30-16h30	1.38	PA	Educação Ambiental 1	(18)
ESTiG	15h00-17h00	208	P2	Tec. Sistemas Informação 1	✓
ESTiG	16h30-18h30	203	OGP	Eng. Electrotécnica 3	(19)
ESE	17h00-20h00	1.29	IT1	Línguas e Rel. Internacionais 1	✓
ESE	17h30-20h00	1.9	PA	Educação Social 1	✓
ESA	18h00-19h00	LZ2	Suinicultura	Eng. Zootécnica 3	(10)

MIRANDELA – ESTGM

SEGUNDA-FEIRA, 21 de Maio de 2007

Horas	Sala	Aula	Curso/Ano	Obs.
14h00-16h00	B1	EM II	Marketing 1	✓
14h30-17h00	Inf 2	BD II	Multimédia 2	✓
15h00-20h00	Inf 3	Tec Aud III	Tecnologias da Comunicação 3	(20)
18h00-20h00	B1	Drt Fisc II	Solicitadoria 3	✓
18h00-20h00	B 4	C Geral II	GAP 1	✓

TERÇA-FEIRA, 22 de Maio de 2007

Horas	Sala	Aula	Curso/Ano	Obs.
14h00-16h00	C 8	Gest Cult I	Gestão Sococultural 1	✓
14h30-17h00	Inf 2	Des Web II	Informática e Comunicações 2	(13)
15h00-17h30	C 5	Serv tel	Tecnologias da Comunicação 1	✓
16h00-18h00	C 2	AP	GAP 3	✓
16h00-18h00	B 1	Drt Reais	Solicitadoria 2	✓
16h30-18h30	B 2	T Int	Turismo 2	(21) (D)

QUARTA-FEIRA, 23 de Maio de 2007

Horas	Sala	Aula	Curso/Ano	Obs.
14h00-16h00	C 3	Rel. Públicas	Gestão Sociocultural 2	(22) (C)
14h00-16h00	C 6	P Ctb	Turismo 1	(23) (E)
15h00-17h00	C 1	Arg. Gui	Multimédia 1	✓
16h00-18h00	C 6	ECO	Tecnologias da Comunicação 2	✓
18h00-20h00	A 1	TGD Civ	Solicitadoria 1	✓

QUINTA-FEIRA, 24 de Maio de 2007

Horas	Sala	Aula	Curso/Ano	Obs.
08h30-11h00	Inf 2	ASS II	Informática e Comunicações 3	✓
10h30-12h30	B 1	Met. Com	Marketing 2	✓
14h00-16h30	C 5	SO	Informática e Comunicações 1	(24)
14h00-16h00	B 3	Dt Emp	Turismo 3	(25)
18h00-20h00	B 1	C Gestão	GAP 2	(26)